UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

RAQUEL APARECIDA DE MESQUITA

A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE AS USINAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FRANCA
2023

RAQUEL APARECIDA DE MESQUITA

A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE AS USINAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociabilidade Capitalista. Orientadora: Profª. Drª. Maria José de Oliveira Lima

FRANCA
2023

M582s

Mesquita, Raquel Aparecida de
A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE AS USINAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO / Raquel Aparecida de Mesquita. -- Franca, 2023
182 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Professora Dra. Maria José de Oliveira Lima

1. Sustentabilidade. 2. Gestão Empresarial. 3. ODS. 4. Desenvolvimento Sustentável. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RAQUEL APARECIDA DE MESQUITA

A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE AS USINAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociabilidade Capitalista.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____
Profª. Drª. Maria José de Oliveira Lima

1ª Examinadora: _____
Profª. Drª. Nayara Hakime Dutra Oliveira – UNESP/Franca

2ª Examinadora: _____
Profª Drª Daniela de Figueiredo Ribeiro – Unifacef/Franca)

Franca, 13 de dezembro de 2023

Dedico este trabalho à minha família e a muitos outros que passaram por mim em minha jornada de vida, construindo-me na perspectiva pessoal, profissional, social, cultural. Cada um, a seu modo, contribui imensamente comigo na minha busca por sentido e para ser um ser humano melhor a cada dia!

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiro à Deus pela oportunidade de concluir este objetivo que há muito já havia traçado para minha vida. Tenho absoluta certeza desta força divina em minha vida, pois por trás desta escrita de dissertação consigo enxergar muitos rostos sorridentes, mãos calorosas, abraços demorados e muitas palavras de ânimo para que eu não desistisse do meu sonho e fizeram com que eu acreditasse que quaisquer dificuldades que surgissem, de alguma forma seriam resolvidas. Diante disto, claramente a energia positiva destas pessoas tão especiais sempre foi essencial para me manter com esperanças e chegar até aqui. Trago especialmente o carinho contínuo de meus pais e toda minha família mais próxima, meus amigos ligados aos Psicodrama, o coral e tantos outros que a vida me deu a honra de ter na minha vida cotidiana. Eu agradeço de coração por tudo, pois cada um, a seu modo, me faz sempre ir mais longe do que eu mesma acredito ser possível.

O período do mestrado em meio à Pandemia COVID-19 deixou todo este percurso mais solitário, sem contato presencial com os colegas de sala que sempre estimulam novos olhares para uma mesma questão. Mesmo assim, as discussões que ocorreram nas aulas remotas, o conhecimento compartilhado ali e nos eventos contribuíram em muito para esta minha etapa acadêmica.

Agradeço, de forma especial, à Professora Dra. Maria José de Oliveira Lima. Para além de uma orientadora desta dissertação, em todos os momentos ofereceu todo o suporte, se mostrou disposta ao diálogo, a construir visões, mas nunca deixou de iniciar uma reunião de orientação antes de averiguar se eu, como discente, estava em condições física e emocionais para falarmos desta escrita. Minha escrita ocorreu aos finais de semana, em minhas férias do trabalho, em algumas noites que eu conseguia abrir um livro, construir uma ideia ou uma página desta escrita. Essa trajetória para mim foi realizada com muito esforço, indo além do meu limite mental e emocional por muitas vezes, pois não foi fácil conciliar estudos e trabalho formal. E apesar destas limitações, tudo que fiz sempre foi validado e impulsionado para ser melhor pela Prof. Dra. Maria José. Cada um transborda o que verdadeiramente é em sua essência e a sua eu diria que, para além de conhecimentos acadêmicos, você tem profunda empatia, cuidado, compromisso e amor por sua profissão. Obrigada por estar comigo!

MESQUITA, Raquel Aparecida de. **A Sustentabilidade como estratégia de Gestão Empresarial: um estudo sobre as usinas do setor sucroenergético do Estado de São Paulo.** 2023. 182f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2023.

RESUMO

O tema sustentabilidade atrelado ao tema questão ambiental tem adquirido maior relevância nas discussões das últimas décadas junto às agendas governamentais, nas análises sobre o futuro dos mercados e consequentemente sobre o futuro da humanidade. São inúmeros atores sociais envolvidos nestas problemáticas, muitos interesses em jogo e com muitas dificuldades de conciliação entre todas as partes. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a sustentabilidade quando adotada como estratégia de gestão empresarial e visa compreender a contribuição de organizações empresariais no desenvolvimento sustentável. Ou seja, entender se existem “mundos possíveis” diante do cenário do mercado empresarial vigente na sociedade atual, que opera sob a égide do modo de produção capitalista. Ainda neste sentido, entender a conexão das propostas adotadas pela ONU por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS com a filosofia de sustentabilidade adotada pela gestão empresarial. Essa investigação foi desenvolvida através do método do materialismo histórico-dialético que consiste na busca de explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da sociedade e do pensamento. Houve a necessidade de identificar uma amostra do estudo e para tal utilizou alguns critérios para a seleção: usinas o setor sucroalcooleiro, com mais de 1.000 funcionários, que possuem atividade produtiva dentro do Estado de São Paulo e publicam relatórios de sustentabilidade. A partir desses critérios, identificou-se sete empresas que apareceram com maior relevância nas fontes de pesquisa de plataformas online. O desenvolvimento da investigação está sustentado a partir das categorias teóricas, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, ODS, Gestão empresarial. Assim, foi possível alcançar os objetivos específicos da pesquisa: 1) Desenvolver reflexão crítica sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; 2) Estudar criticamente os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU e a meta da agenda 2030; 3) Compreender os ODS como referência para a Gestão Empresarial de empresas que executam suas estratégias conectadas com o tripé, econômico, ambiental e social.

Palavras-chave: Gestão Empresarial, Sustentabilidade, ODS, Desenvolvimento Sustentável.

MESQUITA, Raquel Aparecida de. **Sustainability as a Business Management strategy:** a study on plants in the sugar-energy sector in the State of São Paulo. 2023. 183f. Dissertation (Master's in Social Service). Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2023.

ABSTRACT

The theme of sustainability linked to the theme of environmental issues has gained greater relevance in discussions over the last few decades along with government agendas, in analyzes of the future of markets and, consequently, of the future of humanity. There are countless social actors involved in these problems, many interests at stake and with many difficulties in conciliation between all parties. This research aims to study sustainability when adopted as a business management strategy and aims to understand the contribution of business organizations to sustainable development. In other words, understanding whether there are "possible worlds" given the scenario of the business market in current society, which operates under the aegis of the capitalist mode of production. Still in this sense, understand the connection between the proposals adopted by the UN through the Sustainable Development Goals – SDGs and the philosophy of sustainability adopted by business management. This investigation was developed through the method of historical-dialectical materialism, which consists of the search for coherent, logical and rational explanations for the phenomena of society and thought. There was a need to identify a sample for the study and to do so, some selection criteria were used: plants, the sugar and alcohol sector, with more than 1,000 employees, which have productive activities within the State of São Paulo and publish sustainability reports. Based on these criteria, seven companies were identified that appeared with greater relevance in online platform research sources. The development of the research is based on the theoretical categories, Sustainability, Sustainable Development, SDGs, Business Management. Thus, it was possible to achieve the specific objectives of the research: 1) Develop critical reflection on sustainability and sustainable development; 2) Critically study the 17 Sustainable Development objectives proposed by the UN and the goal of the 2030 agenda; 3) Understand the SDGs as a reference for the Business Management of companies that execute their strategies connected to the economic, environmental and social tripod.

Keywords: Business Management, Sustainability, SDGs, Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tópicos Prioritários Corporativos Zilor Energia e Alimentos. 84
Figura 2 - Programa + Inclusão & Diversidade.....86
Figura 3 - Zilor + Social.. 87
Figura 4 - Principais Riscos.....90
Figura 5 - Plano Gestão Ambiental Companhia Energética Nardini.....96
Figura 6 - Agenda de Compromissos 2030 BP Bunge Energia.....153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais Características Tecnológicas de cada Revolução Industrial....63
Tabela 2 - Plano Estratégico de Sustentabilidade – Temas Prioritários Raízen 100
Tabela 3 - Temas materiais Tereos Açúcar e Energia Brasil 124
Tabela 4 - Temas Materiais São Martinho S.A. 139

LISTA DE SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil
APP	Área de Preservação Permanente
ATR	Açúcar Total Recuperável
BNDES	Banco Nacional Desenvolvimento Econômico Social
CBIOs	Créditos de Descarbonização
CDB	Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica
CEO	Chief Executive Officer – Diretor Executivo
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COA	Controle Operações Agrícolas
COP	Conferência das Partes
CO2	Dióxido de Carbono (Gás Carbônico)
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EBITDA	Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização
EPA	Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESG	Environmental, Social & Governance
E2G	Etanol Segunda Geração
FAO	Organização para Alimentação e Agricultura
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases de Efeito Estufa
GFC	Green Climate Fund
GRI	Global Reporting Initiative
HPA	Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IFC	International Finance Corporation
INDC	Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (Intended Nationally Determined Contributions)

IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.
IR	Imposto de Renda
KPI's	Indicadores-Chave de Desempenho observados por um negócio
ODS	Objetivos Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ODM	Objetivos Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAISS	Plano BNDES-Finep de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico
PCD	Pessoa com deficiência
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
S-ROI	Retorno do Investimento Social
SICAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
UNESCO	Organização nas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

METODOLOGIA 19

1º CAPÍTULO: CONCEITOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ... 22

1.1 Reflexões sobre sustentabilidade 23

1.2 A sociedade capitalista e as condições para a sustentabilidade 25

1.3: A evolução dos conceitos de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e ESG nas práticas de gestão empresarial 38

2º CAPÍTULO: A ONU, OS ODS E A APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS ESG 52

2.1: A ONU e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's) 53

2.2: Limites e Possibilidades de aplicação das práticas ESG nas empresas brasileiras baseadas nos ODS 62

3º CAPÍTULO: AS CONTRIBUIÇÕES EFETIVAS DAS USINAS DO SEGMENTO SUCROENERGÉTICO PARA O ALCANCE DOS ODS. 69

3.1: Panorama do setor sucroenergético no Brasil 70

3.2: As usinas do setor sucroenergético do Estado de São Paulo e a sustentabilidade 76

3.3: A contribuição efetiva das usinas do segmento sucroenergético do Estado de São Paulo para o alcance dos ODS 81

3.3.1: Zilor Energia e Alimentos 82

3.3.2: Companhia Energética Nardini 89

3.3.3: Raízen 98

3.3.4: Usina Açucareira Ester S.A (Ester Agroindustrial) 108

3.3.5: Tereos Açúcar & Energia Brasil 120

3.3.6: São Martinho S.A. 135

3.3.7: BP Bunge Bioenergia 150

CONSIDERAÇÕES FINAIS 169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 176

INTRODUÇÃO

O tema sustentabilidade atrelado ao tema questão ambiental tem adquirido maior relevância nas discussões das últimas décadas junto às agendas governamentais, nas análises sobre o futuro dos mercados e consequentemente sobre o futuro da humanidade. São inúmeros atores sociais envolvidos nestas problemáticas, muitos interesses em jogo e com muitas dificuldades de conciliação entre todas as partes.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a sustentabilidade quando adotada como estratégia de gestão empresarial e visa compreender a contribuição de organizações empresariais no desenvolvimento sustentável. Ou seja, entender se existem “mundos possíveis” diante do cenário do mercado empresarial vigente na sociedade atual, que opera sob a égide do modo de produção capitalista. Ainda neste sentido, entender a conexão das propostas adotadas pela ONU por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS com a filosofia de sustentabilidade adotada pela gestão empresarial.

O interesse no tema se manifesta a partir da formação acadêmica e experiência profissional da pesquisadora que se deu no âmbito empresarial, atuando com foco em Gestão de Pessoas e Social dentro de empresas há mais de dez anos até o presente momento. Apesar de compreender a complexidade do funcionamento do sistema capitalista e toda a cooptação política, econômica, cultural, social e ideológica que ele se utiliza para se legitimar, parte-se de uma concepção que o papel do cientista social seja compreender tais aspectos e, em cada espaço possível, ser portador de evidenciar pontos de ampliação de consciência crítica acerca do grave risco que a perenidade da vida humana corre ao se colocar o aspecto econômico sempre em primeiro plano, em detrimento do ambiental e social. Entendendo isto, vários atores sociais, (neste caso da pesquisa evidenciando em especial organizações empresarias), precisam urgentemente adquirir uma nova consciência de seu papel no coletivo e fazerem parte da construção de um novo modelo de sociedade verdadeiramente mais sustentável.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte destes esforços de discussão diante da problemática ambiental. Durante a cúpula das Organizações Nações Unidas (ONU), realizada no Rio de Janeiro, Rio+20, que aconteceu em junho de 2012, ficou decidido a criação de um grupo que pensaria sobre a próxima agenda de ações mundiais. A partir de então, os 193 Estados membros da organização discutiram sobre o desenvolvimento sustentável, buscando

criar estratégias que possibilitassem uma forma de continuar evoluindo e atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer a existência das gerações futuras.

Nesta perspectiva, o conceito de desenvolvimento sustentável que será colocado como foco de reflexão é o “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”. Ele é aquele que, ao mesmo tempo: 1) Gera crescimento econômico, com crescimento da produção, da renda, do emprego e consequentemente de impostos pagos para que o governo ofereça os serviços públicos necessários a todos os cidadãos; 2) Está preocupado com o impacto desse crescimento econômico no meio ambiente, nos recursos naturais (água, ar, terra), pensando na qualidade de vida das futuras gerações, que têm o direito de usufruir dessa natureza da mesma forma que a atual geração, em condições preferencialmente melhores; 3) Está voltado para o desenvolvimento da comunidade local, da cidade e do país, portanto um desenvolvimento que busca a justiça e inclusão social, com o fim da pobreza e da fome, e também de todo o tipo de preconceito, de intolerância. (MARTINS, 2008, P.20-21)

A Agenda Universal 2030 busca demonstrar a ambição por medidas ousadas e transformadoras que buscam direcionar o mundo por um caminho sustentável e resiliente, através de atividades imprescindíveis e desafiadoras. Em setembro de 2015, na sede da ONU em Nova York foram publicados os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Essa nova proposta foi ao encontro do que já vinha sendo desenvolvido dentro do trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000, perdurando até 2015. Essa busca por continuidade a esse processo se deu devido aos progressos significativos alcançados a partir dos ODM, tais como a redução da pobreza global, acesso à educação e a água potável. A partir disso, ficou entendido que as metas podem ter contribuído com o alcance desses resultados, porém o que realmente vivenciamos é que os problemas que perpassam a sociedade global estão longe de serem superados. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são compostos por um conjunto de 169 metas correspondentes, que englobam um plano de ação de 15 anos - 2015 a 2030 – que visam solucionar os maiores problemas da humanidade. Estes objetivos são integrados e indivisíveis, e buscam mesclar as três dimensões

do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Para tanto se faz necessário um conjunto de ações entre todos os níveis de governos, sociedade civil, organizações, empresas, entre outros, em âmbito nacional e também internacional em busca de alcançar os objetivos estipulados pela ONU. É importante frisar que os objetivos e metas são únicos, para todos os continentes, países, estados, municípios e comunidades.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis consistem em:

1. **Erradicação da Pobreza:** acabar com a pobreza, em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. **Fome zero e agricultura sustentável:** acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. **Saúde e Bem-estar:** assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. **Educação de Qualidade:** assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. **Igualdade de gênero:** alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. **Água potável e saneamento:** assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. **Energia limpa e acessível:** assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. **Trabalho decente e crescimento econômico:** promover o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos;
9. **Industria, inovação e infraestrutura:** construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. **Redução das desigualdades**: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
11. **Cidades e comunidades sustentáveis:** tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. **Consumo e produção responsáveis:** assegurar padrões de

produção e de consumo sustentáveis;

13. **Ação contra a mudança global do clima:** tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

14. **Vida na água:** conservação e uso sustentável dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15. **Vida terrestre:** proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perca da biodiversidade;

16. **Paz, justiça e instituições eficazes:** promover sociedades pacificas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acessoà justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

17. **Parcerias e meios de implementação:** fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Esta pesquisa parte do pressuposto que os ODS estão distribuídos em vários contextos e que visam superar as expressões da questão social presentes na esfera mundial e que se apresentam conforme as particularidades de cada sociedade. Tratando-se mais especificamente de organizações privadas, busca-se entender qual o papel possível deste importante ator social diante em relação a proposta dos ODS para a construção de uma sociedade sustentável.

Neste contexto, entende-se, a partir de LEFF (2015, P. 15), que a degradação ambiental vivida nos tempos atuais se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza, manifestando claramente o pensamento cartesiano, mecanicista e fragmentado da ciência moderna incapaz de integrar desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Para um direcionamento temporal da pesquisa foi definido um recorte no tempo sócio-histórico, sendo considerado a partir dos anos de 1960, devido ser um período que ficou marcado pelas preocupações mundiais sobre a questão ambiental, com maior intensidade e com a crescente globalização dos mercados, atrelada à mensagem do presidente Kennedy a todos os americanos, reforçando a importância do consumo de forma consciente.

METODOLOGIA

Essa investigação foi desenvolvida através do que Martinelli (1999, P. 21) aponta que é fundamental buscar em novas metodologias de pesquisas. Ela aponta que mais do que buscar índices, modas, medianas, é necessário buscar significados mais do que buscar descrições, buscar interpretações mais do que buscar coleta de informações, buscar mais os sujeitos e suas histórias.

> Certamente, isso pressupõe um outro modo de fazer pesquisa, no qual não deixa de ser importante a informação quantitativa, mas sem que se excluam dados qualitativos. Esses dados ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem. (MARTINELLI, 1999, P.21)

Corroborando a esta visão, Minayo traz consigo a convicção de que qualquer investigação social deve contemplar uma característica básica de seu objeto, que é o aspecto qualitativo, considerando assim o sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação (MINAYO, 2000, P. 22). Compreendendo isto, Minayo também contribui para a visão crítica necessária para a pesquisa social, relembrando que pensar criticamente significa compreender que as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado. (MINAYO, 2000, P. 20).

Gil (2002) fala ainda sobre a pesquisa exploratória, que pode ser também utilizada neste trabalho, pois esse tipo de pesquisa, segundo o autor, visa uma maior aproximação com o problema para torná-lo mais claro, mais explícito ou a desenvolver hipóteses. Além disso, este tipo de pesquisa visa o aprimoramento das ideias e o seu planejamento se apresenta bem flexível.

Esta investigação foi realizada através da pesquisa bibliográfica e documental. Sobre a pesquisa bibliográfica podemos considerar segundo Gil (2002, P.45) que:

> A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002, P. 45).

A pesquisa documental foi desenvolvida com o objetivo de analisar documentos que retratam a problemática de forma mais real, proporcionando aproximação direta com elementos da fonte, isto é, de dentro das próprias instituições. (GIL, 2002, P.46). Foram selecionados documentos como, Relatórios de Sustentabilidade de empresas e outros documentos publicados na imprensa e redes sociais das empresas. Houve a necessidade de identificar uma amostra do estudo, e para tal utilizou alguns critérios para a seleção: usinas o setor sucroalcooleiro, com mais de 1.000 funcionários, que possuem atividade produtiva dentro do Estado de São Paulo e publicam relatórios de sustentabilidade. A partir desses critérios, identificou-se sete empresas que apareceram com maior relevância nas fontes de pesquisa de plataformas online.

O desenvolvimento da investigação está sustentado a partir das categorias teóricas, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, ODS, Gestão empresarial. Assim, foi possível alcançar os objetivos específicos da pesquisa:

1) Desenvolver reflexão crítica sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável;

2) Estudar criticamente os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU e a meta da agenda 2030;

3) Compreender os ODS como referência para a Gestão Empresarial de empresas que executam suas estratégias conectadas com o tripé, econômico, ambiental e social.

1º CAPÍTULO: CONCEITOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste primeiro capítulo foram realizadas reflexões acerca do contexto econômico-histórico sobre a evolução dos conceitos de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e práticas ESG - Environmental, Social & Governance (Ambiental, Social e Governança, em português). Todos estes conceitos têm como fundamentação a definição mais aceita atualmente para o desenvolvimento sustentável, que trata-se em seu princípio maior de um modelo de desenvolvimento econômico “que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas”. Os três conceitos são totalmente vinculados entre si e, a partir das exigências do mercado, foram evoluindo de uma visão mais filantrópica e benevolente dos acionistas para uma visão de ganho de vantagem competitiva e investimentos por parte do mercado financeiro que hoje participa, direta ou indiretamente, na sustentação financeira das empresas.

1.1 Reflexões sobre sustentabilidade

O termo “sustentável” bem como “sustentabilidade” aparecem associados a estudos, indicadores, ferramentas organizacionais, agricultura e alimentação, Mata Atlântica e outros ecossistemas, gestão empresarial, economia, indústria, políticas públicas, turismo ecológico, campesinato, comunidade, agroecologia, responsabilidade social, entre outros. (SCOTTO, 2007, P. 7)

A noção de desenvolvimento sustentável e a própria ideia de sustentabilidade são, mais do que conceitos homogêneos e bem delimitados: tratam-se de campos de disputa sobre diferentes concepções de sociedade a partir de seus pontos de vista. Assim, para compreender esta diversidade de forças sociais que atravessam o debate e condicionam as intenções, aplicações e concepções de desenvolvimento sustentável é fundamental percorrer a história do conceito. (SCOTTO, 2007, P. 8.)

Os questionamentos à sociedade industrial e ao que será designado por seus críticos como a "ideologia do desenvolvimento" despontam já na década de 1960, com os movimentos contraculturais e os movimentos ecológicos, inconformados com o modelo materialista, bélico, individualista, competitivo e degradador do meio ambiente da sociedade de consumo. Ao mesmo tempo, a confirmação de que esta ideologia se trata de um modelo pautado no desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, intensivas em matérias-primas e energias não-renováveis, para além de

movimentos contraculturais também alcançava cada vez mais ressonância na comunidade internacional. Esta percepção foi alimentada principalmente pela constatação dos riscos do modelo desenvolvimentista expostos com a emergência de crises sociais que tinham como centro a ameaça da escassez de um recurso natural, como foi o caso da primeira grande crise do petróleo nos anos 1970. (SCOTTO, 2007, P. 17)

O conceito de desenvolvimento sustentável entra em cena nos anos de 1980, a partir da formulação em um documento intitulado *Our common future* ("Nosso futuro Comum"). Este documento foi resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), formada por representantes de governos, ONG's e da comunidade científica de vários países. A comissão foi criada pela Assembleia Geral da ONU em 1983, em atendimento às resoluções da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano de 1972 (SCOTTO, 2007, P. 8.). Este trabalho foi presidido pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlen Brundtland, motivo pelo qual ficou conhecida como Comissão Brundtland. O documento, *Our common future*, foi publicado em 1987 na Inglaterra e nos EUA, pela Oxford University Press. No Brasil foi publicado em 1988 pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, sob o título "Nosso Futuro Comum" (SCOTTO, 2007, P. 8). A definição de desenvolvimento sustentável que o documento apresenta e que se torna célebre nos anos 90 é a de um "desenvolvimento que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas". (CMMAD, 1988, P.9 apud SCOTTO, 2007, P. 9.)

Quando aproximamos uma lente de aumento, as aparentes concordâncias se dissipam e divergências – mais ou menos profundas – se evidenciam. Mesmo que todos pareçam concordar na avaliação de que existiria uma crise ambiental e social a ser encarada com urgência e no diagnóstico de que o estilo atual de desenvolvimento é "insustentável", a identificação sobre as causas do problema, assim como as soluções e estratégias propostas são bastante diferenciadas e, inclusive, antagônicas em muitos casos. (SCOTTO, 2007, P. 10)

Um meio termo entre o ultra ambientalismo catastrófico e o desenvolvimentismo sem freios definido por Ignacy Sachs é o ecodesenvolvimento, apontando que este modelo de desenvolvimento seria:

> Um processo criativo de transformação do meio com a ajuda de técnicas

> ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. As estratégias do ecodesenvolvimento serão múltiplas e só poderão ser concebidas a partir de um espaço endógeno das populações consideradas. Promover o ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem as suas necessidades e os recursos potenciais para conceber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica (SACHS, 2007, P. 58).

1.2 A sociedade capitalista e as condições para a sustentabilidade

É importante compreender que desde a gênese do sistema capitalista até os tempos atuais, vários eventos de cunho social, político, econômico e filosóficos ocorreram e fazem parte de todo um processo de compreensão extremamente importante para realizar uma crítica acerca da questão socioambiental e entender, na prática, como ela se encontra presente na macro e microeconomia do modo capitalista de produção nos tempos atuais. Além disso, o pensamento moderno foi a grande âncora filosófica para que o capitalismo fosse se configurando tal como aconteceu ao longo do tempo, desde sua gênese até os períodos mais recentes, sendo também um fator de extrema relevância nesta análise para chegar a compreensões mais profundas.

Hacon & loureiro (2014, P.2 apud FOSTER 2002) apontam que:

> O sistema de produção capitalista surgiu ancorado em dois fundamentos básicos inter-relacionados: crescimento das forças produtivas sob a apropriação privada e acumulação de riqueza na forma de capital. Pautado pelo crescimento dos lucros, exigia, portanto, alguns preceitos para desenvolver-se: retorno dos investimentos em curto prazo ou margens de lucro excepcionalmente altas para casos de retorno em prazos mais longos; crescimento econômico ao menor custo possível, incluindo exploração e miséria de grande parte da população mundial (via expropriação do trabalho); e rápida absorção de recursos naturais e energia, desdobrando-se em uma alta produçãode rejeitos e efluentes despejados no ambiente, além da redução da biodiversidade. (HACON & LOUREIRO, 2014, P.2)

Os autores explicam a partir de Dupuy (1980), que esse modo de produção e esse padrão civilizatório imposto pelo sistema capitalista, na medida em que resultaram em desperdícios e degradação do meio ambiente, demonstraram ter atingido determinados limites, possibilitando ver com maior clareza a contradição intrínseca de uma lógica expansionista de acumulação ilimitada devido a indefinição ou falta de planejamento em relação aos limites do crescimento econômico, considerando que os recursos, mesmo que renováveis, possuem um tempo de

reposição maior do que a demanda exigida pelo mercado consumidor. Foster (2002, P. 12) denomina este fenômeno de “conflito entre ecologia e capitalismo”. Em outras palavras, mesmo após inúmeros debates e discussões em agendas governamentais e imposição de metas, Hacon & Loureiro (2014, P.3) explicam que não se conseguiu fazer com que o modelo econômico e todos os envolvidos fizessem uma grande revisão em seu próprio padrão de desenvolvimento baseado na exploração contínua da natureza e dos seres humanos, nas necessidades de mudanças estruturais da base industrial e de acumulação. Insiste-se em restringir a discussão ao manejo institucional dos problemas ambientais “por meio da utilização de novas tecnologias e de um planejamento racional” (ZHOURI et al., 2005, P.12).

Hacon e Loureiro (2014) problematizam de que isto significa dizer que a questão ambiental pouco avança de uma forma verdadeiramente efetiva devido ao fato de que:

> Enquanto a discussão se resume à necessidade de reduzir a perda de energia e matéria-prima envolvidas no processo econômico industrial– ou seja, ao uso de materiais mais eficientes, redução do consumo de energia e da produção de rejeitos, priorização de usos locais e consideração do custo total da cadeia produtiva –, os atores do mercado aceitam debater e buscar soluções técnicas para o problema. Contudo, para algumas visões mais críticas, estas soluções não deixam de ser parciais, pois há um elemento implícito a toda esta lógica, isto é, o modo de produção e seu regime de propriedade, que define o uso que será dado à riqueza produzida: interroga-se sobre os meios ou recursos, mas não sobre os efeitos distributivos relacionados aos fins que motivam a apropriação social desses recursos. (HACON & LOUREIRO, 2014, P.3).

Fazendo um breve histórico sobre a evolução da preocupação com a questão ambiental, a partir do final do século XIX, observa-se que países da Europa, América do Norte e Oceania já implementavam leis que visassem proteger específicas espécies de plantas e animais típicos de sua região, por terem percebido que a caça ou o uso descomedido de plantas provocava praticamente a extinção dos mesmos ao longo do tempo.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, os países em busca de uma reconstrução de suas economias precisaram encontrar novas estratégias para seus mercados. Diante deste cenário, as ideias keynesianas e, posteriormente, neoliberais foram sendo gradualmente incorporados neste novo contexto e, dentro destas estratégias um outro movimento mundial entra em cena: a globalização mundial. O conceito de globalização pode ser entendido como “processo de integração entre as economias e sociedade dos vários países, especialmente no que se refere à

produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações.” (FERREIRA, 2001, P. 348).

Pode-se considerar a seguinte metáfora de Ianni (2002) a respeito da fábrica global para descrever a globalização:

> A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissoras de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos. (IANNI, 2002, P.19).

Com esta busca pela integração dos mercados e a mídia atuando mais fortemente, a disseminação de informação a nível mundial começou a crescer e catástrofes como grandes derramamentos de petróleo em mares fizeram o tema sobre o meio ambiente estar presente cada vez mais na opinião pública criando, a partir disso e de forma gradativa, uma difusão, ainda que tímida, de que era necessário a criação de uma consciência acerca da questão ambiental.

A globalização dos mercados se intensificou a partir de 1960. Neste mesmo momento histórico, a bióloga americana Rachel Carson lançou em 1960 o livro “Primavera Silenciosa”, iniciando assim um debate científico e crítico sobre a consciência ambiental, evidenciando a utilização de agrotóxicos/defensivos agrícolas/pesticidas nos EUA nas décadas de 1940 e 1950. Este foi considerado um grande alerta mundial sobre a nocividade de tais produtos na agricultura e para a vida humana.

A partir deste grande alerta mundial, o debate da consciência ambiental aos poucos ganhava força e manifestações começaram a acontecer em prol deste tema. Este levante poderia barrar e dificultar o progresso econômico tal como estava desenhado pelos grandes atores do mercado. Oliveira, (2016, ONLINE) aponta que o presidente norte-americano John F. Kennedy, estrategicamente, intervém neste período através da famosa mensagem ao Congresso dos Estados Unidos em 1962, onde garantiu quatro grandes direitos fundamentais aos consumidores, transmitindo, em outras palavras, que havia preocupação acerca de toda a problemática ambiental e suas consequências. O presidente quis assegurar, a partir de maneira formalizada, que progresso econômico era seguro e sustentável, pois haveria maior fiscalização

e punição por parte do governo às empresas que adotassem posturas consideradas “não conformes” ou “criminosas”.

Os quatro direitos fundamentais eram:

1) O direito à segurança - de ser protegido contra a comercialização de produtos prejudiciais à saúde ou à vida. (OLIVEIRA, 2016, ONLINE)

2) O direito de ser informado - de ser protegido contra informação, publicidade, rotulagem ou outras práticas que sejam fraudulentas, enganosas, grosseiramente, falaciosas, e que sejam a ele dadas todas as informações das quais precisa para fazer uma escolha adequada. (OLIVEIRA, 2016, ONLINE)

3) O direito de escolher - ser assegurado, sempre que possível, o acesso a uma variedade de produtos e serviços a preços competitivos; e nas indústrias em que a concorrência não é viável que a regulamentação governamental seja efetiva, deve também haver garantia de qualidade e serviço satisfatórios a preços justos. (OLIVEIRA, 2016, ONLINE)

4) O direito de ser ouvido – para se ter a certeza de que os interesses dos consumidores receberão consideração completa e favorável na formulação das políticas de Governo, e também tratamento justo e rápido em seus tribunais administrativos. (OLIVEIRA, 2016, ONLINE)

A referida mensagem é considerada um grande marco histórico na luta pelos direitos dos consumidores nos E.U.A. e nos demais países, além de um grande impulsionador que as empresas, além de se atentarem com a concorrência e sua própria lucratividade, também precisariam adotar uma maior preocupação com sua imagem perante a sociedade. Neste sentido, ferramentas de marketing cada vez mais passaram a ser incorporadas pelas empresas para criação de uma imagem empresarial, pois esta afetava diretamente as avaliações que pessoas, grupos e entidades externas fazem a respeito das ações e ofertas da organização empresarial. Se a imagem da empresa é favorável, os problemas são atenuados. Se a imagem é desfavorável, os problemas são agravados. (URDAN, 2013, P. 460)

A lei brasileira, que é o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo segundo, dispõe que os órgãos federais, estaduais e municipais de defesa do consumidor promoverão festividades, debates, palestras e outros eventos, com vistas a difundir os direitos do consumidor e denunciar certas “práticas abusivas”. Pela ótica da teoria crítica, claramente as “práticas abusivas”, “não conformes” ou

“criminosas” eram as que prejudicavam o ciclo de reprodução do grande capital ou pudessem sugerir que o progresso econômico tal como estava posto não era algo benéfico para a sociedade de modo geral.

Outro fator histórico extremamente importante foi que em 1968, a UNESCO (Organização nas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) organizou a Conferência sobre a Biosfera em Paris, simbolizando a consciência da perda de qualidade do meio ambiente, colocando esse termo, meio ambiente, no lugar do então usado “natureza”, para dar um sentido mais amplo e por tratar de bens comunais internacionais como o ar, mares e oceanos,o espaço, poluição pelo petróleo e dejetos, demonstrando que esse tema poderia ser debatido não só na esfera cientifica, mas também econômica e política. Gurski, Gonzaga e Tendolini (ONLINE, P. 5) discorrem que foi nesse período foi criado o Clube de Roma, um grupo de pessoas de diferentes áreas empenharam estudos na política e economia global, trazendo de forma estatística análises alarmantes e catastróficas sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Em 1972 O Clube de Roma lançou um livro que repercutiu de forma estrondosa, chamado “Os Limites do Crescimento”, demonstrando, a partir das análises, a incapacidade do planeta Terra manter seu equilíbrio tanto por efeitos populacionais como da poluição caso não houvesse nenhuma intervenção no modelo de desenvolvimento econômico. O livro utilizou-se de princípios malthusianos, ou seja, partiu da premissa de que a população mundial continuando a crescer em ritmo acelerado, em algum momento a oferta de alimentos seria superada, o que resultaria em problemas como a fome e a miséria.

Decorrente dessa evolução científica e do aumento da preocupação, em 1972 a ONU (Organização das Nações Unidas) elaborou a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo. De acordo com Le Prestre (2005, P. 174-175) foram quatro os motivos para a realização dessa Conferência:

a) o aumento da cooperação científica nos anos de 1960, da qual decorreram inúmeras preocupações, como as mudanças climáticas e os problemas da quantidade e da qualidade das águas disponíveis;

b) o aumento da publicidade dos problemas ambientais, causado especialmente pela ocorrência de certas catástrofes, eis que seus efeitos foram visíveis (o desaparecimento de territórios selvagens, a modificação das paisagens e

acidentes como as marés negras são exemplos de eventos que mobilizaram o público);

c) o crescimento econômico acelerado, gerador de uma profunda transformação das sociedades e de seus modos de vida, especialmente pelo êxodo rural, e de regulamentações criadas e introduzidas sem preocupação suficiente com suas consequências em médio e longo prazo;

d) inúmeros outros problemas identificados no fim dos anos 1960 por cientistas e pelo governo sueco, considerados de importância maior, afinal, não podiam ser resolvidos de outra forma que não com grande cooperação internacional. São exemplos destes problemas as chuvas ácidas, a poluição do Mar Báltico, a acumulação de metais pesados e de pesticidas que impregnavam peixes e aves.

A partir de Gurski, Gonzaga e Tendolini, (ONLINE, P.6), entende-se que a Conferência de Estocolmo teve como frutos, o reconhecimento do problema ambiental e a necessidade de agir, sendo criada, a partir deste evento, a Declaração de Estocolmo (Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente), com o objetivo de descrever as responsabilidades e nortear as políticas futuras relativas ao meio ambiente apoiadas no Plano de Ação para o Meio Ambiente composto por 109 recomendações, além de ser considerada um marco jurídico mundial.

O ano de 1972 é tido como a data em que o direito ambiental passou a ser reconhecido como ramo jurídico, embora diversos tratados importantes a respeito do tema tivessem já sido assinados anteriormente a esta data e as legislações internas de diversos países tenham se ocupado com problemas ambientais, como a matéria florestal, água e outros. A Conferência de Estocolmo teve o grande mérito de haver alertado o mundo para os malefícios que a deterioração do ecossistema poderia causar à humanidade como um todo. (JONES, LACERDA, SILVA, 2005, P.103).

> A escassez, alicerce da teoria e prática econômica, converteu-se numa escassez global que já não se resolve mediante o progresso técnico, pela substituição de recursos escassos por outras mais abundantes ou pelo aproveitamento de espaços não saturados para o depósito dos rejeitos gerados pelo crescimento desenfreado da produção. (LEEF, 2015, P. 17)

Na década de 1970 e 1980 o mundo enfrentou mais um período de crise a partir de dois eventos extremamente significativos para a economia mundial. O primeiro deles foi verdadeiro colapso do ordenamento financeiro mundial com a

decisão norte americana unilateral de romper com os acordos de Bretton Woods que, após a Segunda Guerra Mundial, convencionaram o padrão-ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro. O outro evento foi o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Em meio a este movimento após a Conferência de Estocolmo e o período de crise econômica vivenciada no mundo, outro importante evento mundial aconteceu em 1970: a criação do G6.

O G6 foi um grupo fundado na década de 1970 pelo então Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, George Schultz. Em 1975, com o agravar da crise econômica mundial e a partir da iniciativa do presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, reuniu-se os chefes de Estado ou de governo da Alemanha, dos Estados Unidos, do Japão, da Itália, do Reino Unido, em Rambouillet, na região de Paris. As reuniões do grupo começaram como o "Grupo da Biblioteca" e a ideia era que esses dirigentes se reunissem sem o acompanhamento de um exército de conselheiros, para discutir a respeito das questões mundiais (dominadas na época pela crise do petróleo) com toda a franqueza e sem protocolo, num ambiente menos formalizado, porém não menos focado na busca de soluções.

Depois do sucesso da reunião de cúpula de Rambouillet, essas reuniões passaram a ser anuais e o Canadá foi admitido como sétimo membro do grupo na cimeira de Porto Rico, em 1976, tornando-se então o G7.

Os trabalhos do grupo evoluíram muito ao longo dos anos, levando em consideração novas necessidades e eventos políticos. Esse fórum que, originalmente, girava essencialmente em torno do ajuste das políticas econômicas de curto prazo entre os países participantes, adotou uma perspectiva mais geral e mais estrutural, acrescentando à sua ordem do dia um grande número de questões políticas e sociais, particularmente na área do desenvolvimento sustentável e da saúde em escala mundial. O caráter informal do grupo permitiu-lhe evoluir sem deixar de ser eficiente e adequado às necessidades.

No cenário econômico, com quedas expressivas nas taxas de lucros e queda no crescimento econômico dos países ricos, colocou-se em questionamento a eficácia da política keynesiana, adotada após a Segunda Guerra Mundial (Pós 1945). Esta política de John Maynard Keynes tinha como premissa uma intervenção

maciça do Estado na economia e a criação de direitos sociais para que, suprindo a necessidade dos milhares de desempregados, famintos, e incapacitados para o trabalho tais como idosos, crianças e deficientes, (e não mais unicamente na regulação de contratos e na garantia da propriedade privada como preconizava o liberalismo clássico), o capital seria capaz de recuperar sua mola propulsora e retomar com mais forças sua produção.

> Assim, o keynesianismo e o fordismo, associados, constituem os pilares do processo de acumulação acelerada de capital do pós-1945, com forte expressão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte-americana, que sai da guerra sem grandes perdas físicas e com imensa capacidade de investimento e compra de matérias-primas, bem como de dominação militar. (BEHRING;BOSCHETTI, 2011, P. 88).

A política keynesiana, implementada com o Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social tinha o pressuposto de que o homem tinha direito de em todos os momentos de sua vida ser assistido através de aparelhos de proteção de serviços públicos e de proteção à população através de direitos sociais, tais como: saúde de qualidade para todas as faixas etárias, educação em todos os níveis, auxílio aos trabalhadores desempregados.

Esping-Andersen (1994) expõe que o Welfare State foi uma das marcas da “era dourada” de prosperidade do pós-guerra, significando mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. O Welfare State conseguiu sua legitimação tendo como pano de fundo o receio do mundo capitalista em relação ao comunismo que se expandia ao leste da Europa. As reivindicações por melhorias nos aparelhos de proteção social eram uma constante e este fato pressionava o Estado a fortalecer os direitos sociais. Em contrapartida, a economia arrasada pelo pós-guerra conseguia se recuperar aos poucos através da geração de empregos, inclusive diante do novo modelo adotado pelo Estado de intervenção nas áreas sociais. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo.

É importante refletir sobre o questionamento da política keynesiana em 1980 porque ela, de certa forma, significou um pequeno rompimento com a ortodoxia

da lógica dogmática liberal conservadora da época. Neste sentido, cabe pensar que existia uma possibilidade maior de pensar o desenvolvimento sustentável dentro desta ótica, tendo em vista que com o aparelho de proteção social instalado, tende-se a pensar que a sociedade estava com suas necessidades mais básicas sanadas e mais conscientes para uma visão de longo prazo. Autores pós-keynesianos, tal como Daly e Farley (2016) apontam que se houvesse uma adaptação em parceria com a natureza e dentro dos limites da capacidade natural do ecossistema para absorver lixos e regenerar os recursos naturais, a escala da ocupação econômica, nesta época, poderia abranger os princípios do desenvolvimento sustentável. Entretanto, cabe que lembrar a partir de Behring e Boschetti (2011, P. 84) que a política keynesiana consistia em um Estado com a função de produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Em outras palavras, Keynes queria reformar o sistema capitalista, não transpô-lo, perdendo força ao longo do tempo.

Em 1982, com o décimo aniversário do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), seus dirigentes perceberam que não havia avançado nos temas ambientais, afirmando que esses problemas tinham inclusive piorado. Os problemas econômicos desencadeados pelas crises do petróleo e a crise econômica que se abatia sobre os principais países do mundo (desenvolvidos ou em desenvolvimento) fizeram arrefecer as preocupações com as questões socioambientais.

Os investimentos nos direitos sociais passaram a ser replicados e houve ataque direto aos movimentos sociais que contribuíram para a consolidação destes direitos.

Neste período, os neoliberais já acusavam os compromissos assumidos pelo Welfare State nos anos 1960, como a principal causa da desaceleração econômica mundial, devido à queda da lucratividade e da competitividade decorrente do aumento dos encargos fiscais e dos direitos sociais consagrados pelo Estado de Bem-Estar Social (FIORI, 1996). O argumento é de que a retomada do crescimento exigiria um aumento dos investimentos e da lucratividade incompatíveis com os níveis salariais e com a carga fiscal requerida pelos sistemas de proteção social obtidos pelos trabalhadores. Portanto, a solução da crise deveria passar pela

desregulamentação dos mercados, flexibilização do mercado de trabalho e desestruturação do Estado de Bem-Estar Social (MARQUES, 1998).

Em outras palavras, a ordem era alterar os paradigmas para sair mais uma vez de uma crise do capital, criando, por exemplo, novas formas de se contratar mão-de-obra trabalhadora. Com o slogan de flexível, de adaptação aos novos tempos, a flexibilização surgiu no mundo em sua verdadeira essência para burlar os contratos de trabalho e não arcar com os custos reais e de direito dos trabalhadores, intensificando mais uma vez a forma de exploração aos trabalhadores.

> A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1993 apud NETTO; BRAZ, 2010, P. 215).

Com a eleição dos conservadores Margareth Thatcher em 1979 na Inglaterra e Ronald Reagan em 1981 nos Estados Unidos, criou-se uma perspectiva econômico-política, criticando friamente a ineficácia do Estado em conter a crise. Reagan, por exemplo, estava mais preocupado com questões econômicas internacionais, a questão de armamentos e os conflitos Leste- Oeste, o que teve por consequência o afastamento dos EUA das questões ambientais; assim, um assunto tão importante e que foi crescendo em discussões, debate e relevância desde 1940, foi considerado pouco útil naquele período, causando caos e preocupação para todos os ambientalistas e todas as pessoas cientes do que um problema ambiental pode causar para todo o planeta.

A partir destes períodos críticos do sistema capitalista, a ideologia neoliberal entra em ascensão e em implementação de forma mais taxativa. Netto e Braz (2010, P. 226) expõem que o que pode se denominar ideologia neoliberal é a compreensão do homem como ser de natureza possessiva, competitiva, calculista. A sociedade, que é o meio do indivíduo realizar seus propósitos, é fundada na ideia natural e necessária de desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade, sendo esta unicamente a liberdade de mercado. Ou seja, o pensar coletivo que o desenvolvimento sustentável propõe, mais uma vez é colocado em segundo plano dentro da ótica neoliberal.

Diante deste cenário de profundas disputas políticas e ideológicas, um

outro evento igualmente importante em âmbito mundial foi o Consenso de Washington, onde pode-se dizer que as ideias neoliberais foram legitimadas para um novo ciclo do sistema capitalista.

O Consenso de Washington foi uma reunião realizada na capital norte-americana, em 1989, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de desenvolvimento, com propostas visando a recuperação econômica dos países latino-americanos em desenvolvimento que passavam por dificuldades. As propostas do Consenso de Washington foram amplamente utilizadas para consolidar o receituário de caráter neoliberal. Os países emergentes, diante dos desequilíbrios de balanço de pagamentos, desajuste das contas públicas e altas taxas de inflação, recebiam das instituições internacionais um receituário de política econômica, cuja execução condicionava os empréstimos e financiamentos a serem concedidos, fomentando ocrescimento econômico destes países periféricos, fator necessário para o atendimento dos interesses do mercado mundial. Fez-se da economia dos países periféricos uma total subordinação aos interesses capitalistas dos países desenvolvidos em todas as esferas em detrimento do atendimento às próprias necessidades internas de cada um dos países, especialmente sociais.

A avaliação objeto do Consenso de Washington abrangeu dez áreas: **1.** Disciplina fiscal; **2.** Priorização dos gastos públicos; **3.** Reforma tributária; **4.** Liberalização financeira; **5.** Regime cambial; **6.** Liberalização comercial (abertura comercial); **7.** Investimento direto estrangeiro; **8.** Privatização; **9.** Desregulamentação da economia; **10.** Propriedade intelectual.

Percebe-se que, nesse momento, inicia o desuso do discurso do ecodesenvolvimento, suplantado pelo discurso do "desenvolvimento sustentável". Embora muitos dos representantes de ambos os discursos concordassem com a defesa do meio ambiente, as estratégias de poder da ordem econômica dominante foram transformando o discurso ambiental crítico, submetendo-o aos ditames da globalização econômica.

As estratégias de apropriação dos recursos naturais no processo de globalização econômica transferiram assim seus efeitos para o campo teórico e ideológico. O meio ambiente, aos poucos, foi cedendo ao poder do discurso do crescimento sustentável. Porém, o conceito de “ambiente” cobra um sentido

estratégico no processo político de superação das "externalidades do desenvolvimento", ou seja, a exploração econômica da natureza, a degradação ambiental, a desigual distribuição social dos custos ecológicos e a marginalização social - estes e outros problemas persistem, apesar da ecologização dos processos produtivos e da capitalização da natureza.

Leff (2015, P. 19) conta que:

> A pedido do secretário-geral das Nações Unidas, em 1984, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para avaliar os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los. Depois de três anos de estudos, deliberações e audiências públicas, a Comissão publicou suas conclusões num documento intitulado Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1988), também conhecido como Informe Bruntland. Nosso Futuro Comum reconhece as disparidades entre as nações e a forma como se acentuam com a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo. Busca, entretanto, um terreno comum para propor uma política de consenso, capaz de dissolver as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais, que plasmam o campo conflitivo do desenvolvimento. Assim, começou a configurar-se uma estratégia política para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização e como condição para a sobrevivência do gênero humano, através do esforço compartilhado de todas as nações do mundo. O desenvolvimento sustentável foi definido como "um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras". O discurso da "sustentabilidade" leva, portanto, a lutar por um crescimento sustentável, sem uma justificação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia) deste processo. A ambivalência do discurso da sustentabilidade surge da polissemia do termo sustainability, que integra dois significados: um, que se traduz em castelhano como sustentable, que implica a internalização das condições ecológicas de suporte do processo econômico; outro, que aduz a durabilidade do próprio processo econômico. Neste sentido, a sustentabilidade ecológica constitui uma condição de sustentabilidade do processo econômico. (LEFF, 2015, P. 19)

A partir de Guitarrara (ONLINE), entende-se que em 1992, o mundo vivia o clima pós-Guerra Fria, enquanto a Europa assinava o Tratado de Maastrich, que naquele momento formalizou a criação da União Europeia. Ao mesmo tempo, a agenda ambiental e suas questões ganhavam cada vez mais notoriedade, principalmente após a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, e do lançamento do relatório "Nosso Futuro Comum", das Nações Unidas, do qual surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, que serviram de base para a Eco-92. A chamada Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (também intitulada Cúpula da Terra ou, mais popularmente, Eco-92), aconteceu entre 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, com a presença de representantes de 178 países para debater formas de desenvolvimento sustentável.

Guitarrara (ONLINE, 2022) aponta que no encontro:

> [...] foram analisadas metas para o controle das emissões de CO2 na atmosfera, bem como para a criação de parâmetros para a proteção da biodiversidade, entre eles o uso sustentável de florestas e a compensação (através de royalties), para países pobres, pelo uso de seus recursos naturais. Assim, os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento (que seja sustentável), que inclui ainda a redução dos padrões de consumo, principalmente, de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral). Os principais documentos resultantes da Eco-92 foram: Declaração do Rio sobre Meio Ambientede Desenvolvimento; Agenda 21; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC); Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB); e Convenção sobre Combate à Desertificação. A Agenda 21, por sua vez, era um texto com 2.500 recomendações com o objetivo de criar um programade transição para o desenvolvimento sustentável, tendo como base o Relatório de Brundtland, para a criação de Agendas 21 nacionais e regionais. Ainda que a Eco-92 tenha sido considerada um evento de caráter mais otimista do que a Conferência de Estocolmo, e a Convenção do clima tenha dado origem ao Protocolo de Kyoto, muitos a consideraram uma decepção, alegando ausência de metasconcretas. (GUITARRARA, ONLINE, 2022).

O Protocolo de Kyoto foi aprovado na terceira reunião da Conferência das Partes (COP), ocorrido no Japão, na cidade de Kyoto em dezembro de 1997, contando com a presença de quase 160 países, com foco principal na problemática do aquecimento global e as consequências para o futuro da humanidade.

Este acordo foi inicialmente assinado por 84 países, em 1997, porém entrou em vigor somente em 2005, devido à necessidade de validação de metade dos países apontados como principais responsáveis pelas emissões dos gases de efeito estufa. No fim de 2004, a Rússia confirmou sua assinatura ao protocolo.

Guitarrara aponta que o Protocolo de Kyoto obteve amplo alcance entre os países, porém a análise final é que ele não alcançou os resultados esperados, devido a metas diferentes de países desenvolvidos e os considerados em desenvolvimento (periféricos). Este foi o motivo apontado pelos Estados Unidos e Canadá para renunciar aos termos do protocolo de Kyoto.

> No primeiro período de vigência (2005-2012), muitos países conseguiram reduzir as emissões de gases poluentes conforme pré-definido pelo acordo, mas as emissões globais sofreram alta de 38%. Para além das metas, o protocolo contava com dispositivos que permitiam a compra de cotas de carbono e medidas de compensação,o que especialistas avaliam que não contribuiu para atingir o objetivo maior do documento. (GUITARRARA, ONLINE, 2022)

Diante desses impasses, o Protocolo de Kyoto foi substituído por um acordo mais abrangente, que é o Acordo de Paris, o qual entrou em vigor em 04 de

novembro de 2016.

> O documento propunha a adoção de uma agenda sustentável de desenvolvimento, a ser efetivada conforme cada contexto nacional, a fim de se cumprir as metas de redução estabelecidas e diminuir os impactos das mudanças climáticas. Entre as oito medidas elencadas, destacam-se a promoção de formas de agricultura sustentável, a proteção de nascentes, o aumento da eficácia na geração de energia e a promoção de fontes renováveis de energia e de tecnologias ambientais inovadoras. (GUITARRA, ONLINE, 2022)

Após o Protocolo de Kyoto, já entra em cena a Rio+20, Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 como grandes eventos que culminaram nas metas a serem cumpridas por todos os países do globo até o ano de 2030.

1.3: A evolução dos conceitos de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e ESG nas práticas de gestão empresarial

Tratar sobre práticas ESG *(Environmental, Social and Governance)* na gestão empresarial dentro de um contexto neoliberal, que é o que a sociedade vive atualmente, consiste em tarefa desafiadora e importante. Dentro uma evolução dos conceitos de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e ESG, cabe a compreensão da importância de conceitos e reflexões acerca de alguns pontos fundamentais que serão discorridos a seguir.

É possível notar que estes três termos possuem diferentes origens e vieses distintos. Entretanto, percebe-se que estão intimamente interligados e apontam para uma mesma direção. Os conceitos de Responsabilidade Social, Sustentabilidade foram ganhando complexidade e importância ao longo dos séculos XX e XXI e, assim, culminaram no surgimento do ESG em 2004, que vem para consolidá-los e proporcionar uma visão completa e integrada às exigências do mercado.

Existe um entendimento de que a atividade das empresas se legitima na sociedade quando cumpre a função social e gera reflexos que colaboram para o bem-estar de todos os envolvidos. Como reflexos positivos do cumprimento da função social da empresa pode-se citar o fortalecimento da economia pela circulação de riquezas, o acréscimo de verbas para o bem-estar-social com o aumento de tributos arrecadados, além da criação de oportunidade de negócios que beneficiam vários grupos envolvidos. Já os reflexos negativos são decorrentes da desobediência ao

princípio da função social da empresa, como por exemplo, a poluição ambiental, a redução da arrecadação de tributos, a diminuição de empregos e da circulação de riquezas, tendo como consequências o aumento das desigualdades sociais, prejudicando a sociedade como um todo. A empresa cumpre a sua função social quando, por exemplo: **a)** respeita o meio ambiente; **b)** a legislação trabalhista e proporciona condições dignas de trabalho; **c)** desenvolve novas tecnologias de valor agregado aos bens que produz; **d)** quando fornece ao consumidor produtos de qualidade; **e)** recolhe os impostos, atua de forma ética no mercado e age de acordo com a legislação imposta para a atividade econômica, entre outros.

No cenário da sociedade atual, através dos vários atores envolvidos no mercado empresarial, o debate mais consciente sobre o papel das organizações empresariais está para muito além da geração de lucros e sobre os impactos no aumento da oferta de bens e o nível de emprego da economia: o debate atual também está fomentado principalmente no processo de desenvolvimento e comprometimento das empresas com relação a justiça social. Como conceito, a justiça social parte do princípio de que todos os indivíduos e agentes de uma sociedade têm direitos e deveres em todos os aspectos da vida social, gerando, por consequência, desenvolvimento e condições de reprodução da vida humana. Neste sentido, essa ideia parte do princípio de que não é possível falar em desenvolvimento de uma sociedade considerando apenas o crescimento econômico, pois há outros inúmeros fatores igualmente importante envolvidos.

Drucker (1993, P.70), confirma esta visão, afirmando que:

> [...] o desempenho econômico não é a única responsabilidade de uma empresa. Nem o desempenho educacional é a única responsabilidade de uma escola, ou o desempenho em cuidados com a saúde a única responsabilidade de um hospital. O poder precisa sempre ser equilibrado pela responsabilidade, pois caso contrário ele se transforma em tirania. Sem responsabilidade, o poder sempre degenera em mau desempenho. E as organizações possuem poder [...]. (DRUKER, 1993, P.70)

Pode-se perceber que as empresas contemporâneas têm demonstrado um aumento na realização de atividades de caráter social. O surgimento da preocupação das empresas com o aspecto social pode ser apontado como resultado de um conjunto de fatores históricos, correlacionados e paralelos que modificaram os comportamentos empresariais para ganhar adesão positiva dos consumidores e investidores. Com isso, abriu-se espaço para a responsabilidade social.

A ideia de responsabilidade social surge com mais evidência em meados de 1953, com a obra “Responsabilidades Sociais do homem de negócios”, do norte-

americano Howard Bowen. A responsabilidade social surge primeiramente definida como ética empresarial. Este termo “ética” vem abrindo um leque para discussões acerca de suas definições. Segundo Ferrel (2001), a ética pode ser entendida neste âmbito como “conjunto de princípios e padrões que orientam os comportamentos da área empresarial”.

Podemos considerar que a ética empresarial ganhou destaque internacionalmente, especificamente nos Estados Unidos, a partir de década de 1960, período em que muitas empresas perceberam a necessidade de repensarem suas relações sociais.

Em 1962, resultante da manifestação de consumidores, fica estabelecida pelo presidente John F. Kennedy a primeira Carta de Direito dos Consumidores, que vem assegurar: o direito à segurança, o direito de ser informado, o direito de escolher e o direito de ser ouvido.

A partir desta época, percebe-se que as empresas passaram a adotar postura mais social, inclusive abstendo-se de realizar certas condutas nocivas à comunidade na qual estão localizadas (como o controle maior da poluição, por exemplo, que afeta diretamente a vida humana), além de atuar em uma espécie de nova gestão administrativa, atrelada à crescente teoria das relações humanas de Elton Mayo (1927) que ganhava força no contexto empresarial. Aumentaram as contribuições do setor empresarial para causas específicas, desenvolveram-se as fundações estimuladas pelo incentivo fiscal; a empresa se tornou um agente de áreas como a cultural, onde muitos esforços de ordem filantrópica se concentraram. As empresas patrocinavam museus, manifestações artísticas de todo tipo e universidades. (SEN; KLIKSBERG, 2010, P.362)

A partir de 1970 a ética empresarial se torna objeto central de discussões entre os norte-americanos e outras questões como suborno e publicidade enganosa são postas em pautas.

Em 1980 foram criados os primeiros códigos de conduta empresarial e grandes empresas internacionais formaram comissões internas para o estudo da ética e da política social.

O conceito de responsabilidade social e ambiental, transitando pelo conceito de sustentabilidade e trazendo até o presente momento com as chamadas práticas ESG, nasceu provenientes de vários fatores econômicos, políticos e de

mercado, tais como: **1)** A globalização acelerada; **2)** As ameaças de crescimento rápido da pobreza e exclusão; **3)** O avanço do conceito de redes, induzido pelas tecnologias de informação e comunicação; **4)** Crescimento da consciência ambiental; **5)** Exigência por ética.

1) A globalização acelerada, iniciada com mais intensidade na década de 1960 foi um fator que corroborou substancialmente a mudança do pensamento empresarial, visto que a globalização pode ser caracterizada como um processo de diminuição de distâncias e como responsável pela diminuição de custos operacionais e de transação, o que possibilitou a operacionalização global das empresas transnacionais e o deslocamento de recursos da esfera produtiva para a financeira e especulativa, fazendo com que o mercado de capitais nacionais e internacionais se expandisse. A partir disso, entende-se que no momento em que a globalização promove a articulação dos meios de comunicação e vincula isto à esfera de atração de investidores, as empresas passaram a se preocupar mais com a sua imagem social, tanto no que tange seu público interno (funcionários), quanto à localidade ao qual está inserida, já que estão submetidas ao controle social e aprovação pública, condições fundamentais para a sobrevivência de qualquer negócio. Compreende-se, a partir disto, que “a adoção de um comportamento que ultrapassa exigências legais agrega valor à imagem da empresa, aumentando o vínculo que os consumidores estabelecem com ela.” (BARCELLAR et al., 2000, P.7)

Ressalta-se que, no cenário social, nem sempre em primeiro momento a sua pretensão de uma marca empresarial é propriamente vender, mas conquistar o apoio da opinião pública para a empresa criar um clima de compreensão e confiança em determinado cenário. Os alvos dessa opinião pública são os mais diversificados, indo além dos clientes para abranger fornecedores, funcionários, governos, acionistas, comunidades e outras entidades ou pessoas do ambiente, de modo a gerar credibilidade à imagem da empresa. A prática para a conquista dessa opinião pública favorável reúne diversas funções: publicidade, propaganda, institucional, patrocínio, relações com clientes, relações internas, relações com a comunidade, relações governamentais e gestão de crises. (URDAN, 2013, P. 463)

2) As ameaças de crescimento rápido da pobreza e exclusão: A globalização gerou muitas oportunidades de negócio e impulsionou o surgimento e crescimento de empresas. Por outro lado, a globalização tornou-se fonte de risco e

incremento da pobreza e de outras formas de exclusão em muitas partes do mundo. (MARTINS, 2008, P. 12).

Países muito dependentes de exportações de matéria-prima, como muitos africanos, ficaram ainda mais marginalizados no cenário mundial. Isso porque a economia globalizada torna-se cada vez mais baseada em conhecimento, em informação, e o consumo exaustivo de matérias-primas perdeu o relevo econômico, além de se tornar grave fonte de problemas ambientais. (MARTINS, 2008, P. 12).

A economia baseada no conhecimento, típica da globalização, mudou o perfil de trabalho. O trabalho especializado, com mais conhecimento acumulado, cresce com consistência. Isso exige padrão de educação cada vez mais elevado. Os países industrializados, que já tinham um padrão educacional mais avançado, tornaram-se mais competitivos. Países com baixa qualidade da educação – o Brasil, inclusive – tendem a ser cada vez mais excluídos do mundo baseado no conhecimento, se não investirem mais na melhoria educacional, (MARTINS, 2008, P. 12) ou, contentar-se com a precarização salarial e das condições de vida.

Neste sentido, o mercado de trabalho já foi muito afetado pelo avanço das tecnologias. Milhares de postos de trabalho já foram suprimidos e substituídos pela máquina. Este é considerado outro fator de exclusão, tecido na economia globalizada. (MARTINS, 2008, P. 12).

Vale lembrar que a exclusão também acontece nos próprios países industrializados. Reestruturações produtivas no mundo empresarial globalizado levaram ao fechamento de fábricas nos países ricos e à sua instalação em países com mão-de-obra barata. O mercado financeiro, com a formato da especulação, tornou-se mais atraente do que muitos negócios produtivos, que foram inevitavelmente fechados. (MARTINS, 2008, P. 13).

3) O avanço do conceito de redes, induzido pelas tecnologias de informação e comunicação: A Internet, que se popularizou a partir de 1995, consolidou a ideia de uma rede mundial, unindo pessoas, empresas, governos e cidadãos. A internet é na realidade uma rede de redes; consumidores, defensores do meio ambiente, dos direitos humanos, e também a empresa com seus fornecedores, clientes e consumidores, todos se reuniram em comunidades de redes de computadores. (MARTINS, 2008, P. 13).

A empresa tem suas próprias redes: Redes de fornecedores de matéria-prima, de clientes, de consumidores, de colaboradores, de relações com os órgãos governamentais, com a imprensa, com a comunidade onde está instalada. Ou seja, a empresa faz parte de redes e ajuda a criar outras redes. (MARTINS, 2008, P. 13).

Manter relações éticas, transparentes, corretas, com todas as redes passou a ser crucial para as empresas. Não adiantaria estar atenta apenas para algumas redes, ou para partes de redes. Era fundamental olhar para o todo. Uma empresa que tivesse ótima política salarial para os colaboradores, mas que adquirisse matéria-prima extraída com uso de mão-de-obra infantil ou escrava, com certeza acabaria sendo vista como não-ética, com prejuízos evidentes para os negócios. Assim é que a empresa ética, séria, teria de zelar no relacionamento com suas redes, com seus diferentes públicos. (MARTINS, 2008, P. 14).

4) Crescimento da consciência ambiental: Avançou muito nas últimas décadas do século 20, e ainda mais no início do século 21, a consciência de que a humanidade faz parte do meio ambiente. E de que se a humanidade continuar a agredir o meio ambiente, a Terra, como vem fazendo, em longo prazo não haverá mais as bases da sustentação da vida. (MARTINS, 2008, P. 14).

Rios cada vez mais poluídos e a escassez de recursos hídricos significam a possibilidade de falta da água, que é fundamental para o funcionamento de grande parte das empresas. O uso indiscriminado de outras matérias-primas também pode levar a um colapso no suprimento de insumos para muitas indústrias. A consciência de que algo deve ser feito, e logo, para preservar o meio ambiente aumentou ainda mais com a constatação de que algumas atividades humanas, como o uso excessivo de alguns combustíveis (como o carvão, petróleo e derivados), têm levado ao superaquecimento do planeta. A empresa tem o seu papel a cumprir em tudo isso, e aquelas que não estiverem atentas tendem a perder clientes e negócios. Além do mais, provou-se que a economia de água, de energia elétrica, bem como os cuidados para evitar o desperdício de lixo traduzem-se em benefícios econômicos enormes para a própria empresa. (MARTINS, 2008, P. 14).

5) Exigência por ética: Em escala mundial, os cidadãos estão exigindo cada vez mais uma postura mais ética dos seus governantes. Ética vem do grego (Ethos), que quer dizer cuidado, respeito. Mas não adianta exigir ética dos governos sem a ética em todos os setores das sociedades. A empresa também tem sido cada

vez mais desafiada a praticar a ética em seus negócios, em suas relações com suas redes. Ética que significa transparência, práticas não corruptas, respeito com a vida, com o ser humano. A exigência cada vez mais forte por ética reforçou, em suma, a ideia de responsabilidade social empresarial. Uma empresa ética é uma empresa responsável com seus públicos, com o meio ambiente, com a sociedade. E uma empresa vista assim tende a ser mais próspera. (MARTINS, 2008, P. 15).

A partir deste contexto, especialmente na década de 1990, percebeu-se que no contexto econômico a globalização trouxe como resultado o fortalecimento de atores não-estatais, provocando uma relação de interdependência entre os mesmos e o Estado. O Estado, de política neoliberal, passou a concentrar-se na garantia da estabilidade econômica e minimizou significativamente sua responsabilidade de promotor de políticas sociais, onde as empresas passaram a perceber uma necessidade de intervenção nesta conjuntura de marginalização do social, pois os problemas sociais de seus empregados passaram a afetar diretamente a força de trabalho e a produtividade dentro da empresa.

Neste sentido, Ferrel (2001), aponta que o pensamento empresarial passa, desde 1990, por uma mudança muito importante: o entendimento de que a empresa precisava construir interesses voltados para além da lucratividade dos seus acionistas, começando assim a reflexões de novos conceitos de gestão empresarial. Estes conceitos ainda hoje são voltados para os interesses de seus acionistas, mas também leva em consideração todos os seus stakeholders que influenciam diretamente os negócios.

> A empresa é socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso por acreditar que assim será uma empresa melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. (BARCELLAR et al., 2000, P.7).

Segundo Ferrel (2001), a responsabilidade social empresarial é composta por quatro dimensões: a dimensão econômica, a dimensão legal, a dimensão filantrópica e a dimensão ética.

A responsabilidade econômica é a principal dimensão encontrada na prática das empresas e sua principal razão de existência são os lucros.

A responsabilidade legal é a definição do comportamento empresarial adequado, no qual atenda as exigências econômicas, estruturais e legais, e ofereça serviços com padrões de segurança e dentro das normas.

A responsabilidade filantrópica é a contribuição voluntária à sociedade, não imposta por lei e, muitas vezes, assumindo parcerias com entidades assistenciais.

A responsabilidade ética são comportamentos empresariais ou atividades que a sociedade espera da empresa, não estando necessariamente postas em lei, mas que atendam aos interesses de diversos segmentos.

> Quando as organizações não se comprometem a solucionar os problemas internos e externos de seus funcionários, abre-se uma lacuna, onde cada um faz sua parte, não há inter-relacionamento e ninguém agrega valor para ninguém. Não se preocupando com a família do funcionário, a sua alimentação, os baixos salários e as longas jornadas de trabalho, sucede o contrário do esperado: baixas produtividades, baixa dedicação e alta rotatividade. Compromete-se a qualidade dos produtos e serviços, além do desperdício e matérias-primas e horas de treinamento. [...] E quando a sociedade ou parte dela é desconsiderada, como os deficientes físicos, negros, velhos, mulheres, a questão se complica e mais dificilmente se aceitam tais atitudes. O mundo globalizado não consegue mais ocultar tais situações. A transparência de ações com e pela comunidade é exigida a cada dia. (TOLDO, 2002, P. 80)

A partir da década de 1990, o mundo já se encontra com uma economia totalmente globalizada, avançada na tecnologia, na comunicação e rompendo mais fronteiras. Diante disto, os governos, especialmente dos países periféricos, passam a ser preocupar com o excesso de burocracia e ineficiências estruturais ocasionadas por este novo contexto de produção capitalista, pois a globalização não beneficia a todos os países de maneira igualitária. Na prática, intensifica-se os problemas ambientais por causa do aumento da exploração de recursos naturais, o que ocorre devido à elevação da produção mundial de mercadorias. Além disso, exigem-se menores custos de produção e maior tecnologia. Por consequência destes fatores, a mão-de-obra menos qualificada é descartada, aumentando índices de desemprego e pobreza. Com o objetivo de buscar saídas para amenizar as expressões da questão social que afligiam a sociedade, os governos passaram a propor parcerias com as iniciativas privadas.

As organizações empresariais aderiram a estas propostas de parcerias com o governo diante da realidade vivenciada, buscando, a partir disso, obter vantagens competitivas e ganhar a lealdade do consumidor, agregando valor a sua

marca e ao seu produto, aumentando sua lucratividade, produtividade e garantindo sua sobrevivência no mercado.

Os benefícios para as empresas que adotam as práticas de responsabilidade social têm ligação principal com sua imagem na mídia, visto que o momento atual é o da era da conexão. Assim, ser uma empresa responsável socialmente melhora sua imagem pública, com isto fazendo que seu *slogan* de empresa cidadã seja aceita pelo público-alvo e tenha seu retorno em lucros.

Em âmbito geral, a responsabilidade social das empresas seria a integração voluntária, por parte das empresas, das preocupações sociais e ambientais, com suas operações comerciais e com suas relações com seus representantes e sua área de influência. Assim, ser socialmente responsável significa ir além das obrigações com capital humano, percebendo que o bem deles reflete no bem da empresa.

> A responsabilidade social, que se une à possibilidade do sucesso da empresa, dá oportunidade a cada um de dar um outro sentido à vida individual e coletiva. A empresa pode afirmar com segurança que faz algo para que a vida pessoal e coletiva tenha mais sentido, porque ela está provocando mudanças na sociedade. (GRAJEW, 2000, P. 44.)

Diante deste cenário, cada vez mais ganha destaque o trabalho de responsabilidade social das empresas e tendo crescimento gradual ano após ano destas práticas, sendo refinadas e passando a ter novas nomenclaturas, compondo o tripé da Sustentabilidade Empresarial e atualmente exercendo forte papel dentro da filosofia das práticas ESG (Environmental, Social and Governance).

O termo sustentabilidade está relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, a capacidade de suprir as demandas da geração atual, garantindo o atendimento às necessidades das gerações futuras em condições preferencialmente melhores. Essa definição começou a ser delineada na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, 1972), criada pela ONU para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. O termo foi se popularizou em 1987, descrito no Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” e, desde então continuou a ser amplamente utilizado.

A sustentabilidade, assim como o desenvolvimento sustentável, abrange um conceito mais amplo do que o de responsabilidade social, para afirmar que uma organização trabalha com base no desenvolvimento sustentável, é preciso atuar de

forma que os três pilares do conceito - Social, Econômico e Ambiental - coexistam e interajam entre si plenamente. Na busca por este equilíbrio, a empresa necessita dialogar com todos seus stakeholders estratégicos, estando atenta a cada um deles para que a empresa permaneça sólida e perene.

ESG, Sustentabilidade e Responsabilidade Social estão intimamente ligados, já que a sigla é proveniente do inglês *"Environmental, Social and Governance",* ou seja, "Ambiental, Social e Governança".

Com o surgimento do conceito de práticas ESG, em 2004, o incremento da terminologia em comparação ao termo sustentabilidade é que o consumidor passou a encontrar mais informações sobre as ações das empresas, uma vez que a definição de critérios e métricas ocorre de forma mais sistematizada pelo setor empresarial, apoiado principalmente pela sociedade civil.

Sobre os pilares que sustentam estes conceitos que estão intimamente ligados, em relação ao pilar **social**, este refere-se à preocupação com o capital humano interno da empresa e com a sociedade de uma maneira geral. Trata-se de olhar todas as pessoas de maneira sistêmica que estão, direta ou indiretamente, relacionadas às atividades desenvolvidas por uma empresa, chamados de *stakeholders*. Isso inclui, além de seus funcionários, seu público-alvo, seus fornecedores, a comunidade ao seu entorno e a população como um todo.

Um dos aspectos cada vez mais levados em consideração por investidores no que tange o aspecto social é em relação ao quanto as empresas estão ativamente comprometidas com a superação da desigualdade e da discriminação, tanto por meio do tratamento justo dos funcionários quanto garantindo que nenhum grupo social seja excluído do acesso a produtos e serviços essenciais.

Desenvolver ações socialmente sustentáveis trata-se de por exemplo, desenvolver flexibilidade no trabalho, remunerações justas, benefícios, inclusão, diversidade e suporte aos funcionários internos. Deve-se proporcionar um ambiente que estimule a criação de relações de trabalho legítimas e saudáveis, além de favorecer o desenvolvimento pessoal e coletivo dos envolvidos. No âmbito externo à empresa, implantar projetos sociais, ações de valorização e capacitação da mão de obra local, programas de apoio ao bem-estar, voluntariado, incentivo a doação de sangue, incentivo educacional são alguns bons exemplos de como atuar no âmbito externo da empresa.

Em relação ao pilar **econômico** (ligado ao pilar “governança” do ESG), este está ligado ao lucro, que é sempre uma questão alvo das empresas, porém as empresas que querem se enquadrar em um modelo de gestão amplamente sustentável precisam pensá-lo de uma forma diferente, entendendo que os demais pilares da sustentabilidade são igualmente importantes e devem operar em conjunto, não podendo ser negligenciados em busca do lucro pois, em algum momento, o reflexo desta negligência virá a tona.

A visão sobre o pilar econômico exige atenção pois, em geral, a busca pela lucratividade a partir de um formato de produção mais barata, porém muitas vezes mais agressiva à natureza, com condições mais precarizadas e exaustivas de trabalho aos funcionários e terceirizados envolvidos no processo, pouco investimento nos maquinários e funcionários, além de uma série de outros fatores. Os números finais alcançados em lucro até podem aparecer no curto prazo, porém o reflexo da relevância e da imagem da empresa no longo prazo fica comprometida.

A reflexão do tripé econômico é que a empresa deve ser capaz de consumir, produzir, distribuir e oferecer seus produtos ou serviços de forma que estabeleça uma relação justa com seu público interno e que haja competitividade justa com os demais concorrentes do mercado. Como exemplo, podemos citar renovação do que é necessário em nível de equipamentos e ferramentas, investindo para ter bons resultados e mantendo uma prestação de serviços qualidade: somente esta ação já envolve toda uma cadeia de vinculada ao processo produtivo.

Cabe-se ainda a responsabilidade na gestão financeira, especialmente, em relação aos investimentos e orçamentos: análises e estudos mais detalhados são importantes para que, em longo prazo, a companhia consiga se manter sem problemas econômicos.

De modo geral, a governança de uma empresa atrelada ao tripé econômico de uma empresa possui 4 princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Isso leva em consideração os requisitos éticos de ser um bom cidadão corporativo, como políticas anticorrupção e transparência tributária, bem como preocupações tradicionais de governança corporativa, caso do gerenciamento de conflitos de interesse, diversidade e independência do conselho, qualidade das divulgações financeiras e avaliação sobre se os acionistas minoritários são tratados de forma justa pelos acionistas

controladores.

Os dados de governança, ao contrário dos dados ambientais ou sociais, têm sido compilados há mais tempo e os critérios para o que compreende a boa governança e sua classificação têm sido mais amplamente discutidos e aceitos, inclusive valendo-se de metodologias mais estruturadas para sua avaliação.

Atendendo também à conformidade, as empresas precisam se comprometer em demonstrar seus resultados de maneira adequada em relação a sua parte fiscal, sobretudo, quando existem acionistas e investidores, os principais interessados nessas informações. São obrigações que se estendem à gestão de documentos fiscais e ao pagamento dos devidos tributos e declarações à Receita.

Ressalta-se que o desenvolvimento econômico não deve existir às custas de um desequilíbrio nos ecossistemas ao seu redor. Se uma empresa lucra explorando as más condições de trabalho dos funcionários ou a degradação do meio ambiente da área à sua volta, por exemplo, ela não está atendendo ao pilar econômico.

Por fim, o pilar **ambiental** (ligado em pilar Environmental do ESG) considera a valorização aos recursos naturais, sendo estratégias relacionadas ao que a empresa faz pela conservação do meio ambiente e recursos naturais. Isso inclui questões como poluição (emissões de carbono, produtos químicos e metais tóxicos, embalagens e outros resíduos), o uso de recursos naturais (água, terra, árvores) e as consequências para a biodiversidade (a variedade de vida na Terra), bem como tenta minimizar o impacto ambiental (eficiência energética, agricultura sustentável, edifícios verdes).

O desenvolvimento sustentável ambientalmente correto se refere a todas as condutas que possuam algum impacto - direto ou indireto - no meio ambiente, seja a curto, médio ou longo prazo, mantendo práticas de produção mais adequadas, como opções de baixa emissão de poluentes e o descarte adequado de matéria-prima. Busca-se, em primeiro lugar, minimizar ao máximo os danos ambientais que podem ser causados pela produção industrial, além de evitar os possíveis desperdícios no dia a dia de trabalho. Como práticas desse pilar, podemos citar a utilização de matérias primas renováveis, programas de preservação, o reúso de água, reciclagem, reaproveitamento de resíduos e principalmente o comprometimento com o incentivo de novas práticas mais interessantes e mais

ecológicas. Neste pilar, o foco é utilizar os recursos naturais com mais responsabilidade, pois são finitos.

Ter maior responsabilidade ecológica é um caminho que exige mudanças estruturais profundas, e não somente algo voltado para a construção de uma imagem positiva da empresa, muitas vezes, superficial. A empresa que consegue alcançar mudanças estruturais alcança outro patamar e, em longo prazo, colherá bons frutos.

A sustentabilidade é uma mentalidade de gestão: precisa de planejamento, acompanhamento e avaliação de resultados, pois seus três pilares devem estar alinhados com os objetivos da empresa, não podendo ser definidos com base em ações pontuais ou simplesmente voltadas para a construção de uma imagem positiva superficial. Trata-se de uma filosofia de respeito mútuo e consciência de que todas as empresas, comunidades, pessoas e demais seres estão integrados em um único ecossistema e que são afetadas por suas ações.

A formalização do ESG começou em 2004 e, em 2006, a ONU lançou seus Princípios para o Investimento Responsável, uma estrutura para incorporar questões ESG ao investimento. Começou com 63 signatários, supervisionando US$ 6,5 trilhões em ativos, e cresceu para mais de 3 mil signatários, com mais de 100 trilhões de dólares em ativos até 2020.

O apoio multinacional aos objetivos ESG deu um grande passo em 2015, quando os 193 países da Assembleia Geral da ONU adotaram os 17 objetivos globais interligados (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ODS) da ONU, com a meta de colocar o mundo em um caminho em direção a um futuro mais sustentável e igualitário. Alcançar os ODS pode criar oportunidades no valor estimado de US$ 12 trilhões até 2030, de acordo com a Comissão de Negócios e Desenvolvimento Sustentável.

O conceito ESG é uma jornada de transformação no mundo dos negócios, pois envolve uma mentalidade mais sistêmica e que contribui efetivamente para um mundo mais inclusivo, com mais equidade e respeitando às leis do meio ambiente, buscando a garantia de qualidade de vida para todos. Alcançar este patamar exige que as empresas desenvolvam competência para alinhar lucro, propósito e transparência.

Apesar das diferentes nomenclaturas e a evolução do conceito ao longo dos anos, o alvo principal seja da responsabilidade social, sustentabilidade ou das

práticas ESG tem intenções semelhantes: cuidar das pessoas, do meio ambiente e contribuir para que a atuação da empresa esteja para além do lucro efetivo, buscando também gerar impacto socioambiental positivo onde ela está inserida.

2º CAPÍTULO: A ONU, OS ODS E A APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS ESG

Neste capítulo foram abordados tópicos sobre a ONU (Organização das Nações Unidas), os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e as práticas ESG nas empresas brasileiras de modo geral.

A ONU foi criada com o grande objetivo de alcançar a paz mundial e desenvolver os direitos humanos, além de auxiliar no desenvolvimento socioeconômico e nas ações protetoras ao meio ambiente. Inúmeros fatos históricos estavam em curso na época da criação da ONU, tais como o fim da Segunda Guerra Mundial e a urgência na reconstrução dos países diretamente envolvidos no conflito. Em relação a questão ambiental, a ONU participou do debate crítico acerca da visão de que o avanço do sistema capitalista já demonstrava desequilíbrio entre a demanda de matéria-prima extraída do meio ambiente, o tempo de reposição das mesmas e o prazo de reconstrução de todo um ecossistema. Em suma, a longo prazo, previa-se um colapso na ordem mundial e risco da perenidade da vida humana. Inúmeros foram os debates esforços de acordo entre países e, dentre eles, em 2015, surgiram os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e a agenda 2030, que deveria ser seguida à risca pelos governos dos países e um cascateamento efetivo dos mesmos em todas as esferas da sociedade. Na linha empresarial, por exemplo, os bancos, que atuam como grandes parceiros das empresas por meio do empréstimo de recursos financeiros, também estão submetidos ao controle de seus serviços, especialmente, por serem empresas globais. Estes passaram a criar mais critérios para concessão de crédito, por exemplo, utilizando-se de auditorias de processos dentro das empresas que solicitam empréstimo antes do endosso do mesmo a seus clientes. Neste sentido, empresas passaram a adotar as práticas de ESG de maneira formalizada para demonstrarem assim maiores atributos de garantia de que o montante financeiro emprestado será empregado com eficiência e eficácia, garantindo retorno às partes interessadas na negociação.

2.1: A ONU e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's)

A Organização das Nações Unidas (ONU) é um dos principais organismos internacionais existentes na atualidade, sendo responsável por uma série de objetivos e atributos que dizem respeito, principalmente, à geopolítica e ao desenvolvimento humano no mundo. Sua criação data-se no período final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. As perdas deste momento histórico eram

devastadoras: mais de 30 milhões de feridos e pelo menos 50 milhões de mortos distribuídos em inúmeras cidades, totalmente destruídas.

Nações como a França, a Inglaterra e Alemanha estavam arrasadas. Somente a Polônia perdera seis milhões de habitantes, e o Japão, 1,5 milhão em decorrência das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e em Nagasaki. Foram 6 milhões de judeus assassinados nos campos de concentração nazistas.

O mundo já estava politicamente dividido entre capitalistas e socialistas, liderados respectivamente por Estados Unidos e União Soviética. Era o começo da Guerra Fria, um período de incerteza e insegurança.

Em fevereiro de 1945, mesmo antes de ser oficializado o final da Segunda Guerra Mundial, foi realizada a Conferência de Yalta, às margens do mar Negro, na Crimeia (União Soviética). Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos (1882-1945), Winston Churchill, da Inglaterra (1874-1965) e Josef Stalin, da União Soviética (1878-1953) começaram a discutir a criação da ONU. O objetivo central dessa conferência era determinar a divisão dos territórios, sobretudo europeus, além de apresentar a ordem internacional no período do pós-guerra.

Reunidos em São Francisco (nos Estados Unidos), entre os dias 25 de abril e 26 de junho de 1945, representantes de 50 países redigiram e assinaram a Carta das Nações Unidas. O documento passou a existir oficialmente no dia 24 de outubro de 1945.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi um documento proclamado pela ONU no dia 10 de dezembro de 1948. É composta por 30 artigos que visam reforçar o que foi apresentado na Carta das Nações Unidas. O objetivo da Declaração é servir como um ideal de sociedade justa, igualitária e fraterna, que garanta a liberdade a dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, consideram-se como objetivos da ONU no mundo atual:

1) Manter a paz: lutar por medidas e ações que visem prevenir ou resolver conflitos internacionais e manter a paz e segurança em todo o mundo. A ONU procurará primeiramente meios pacíficos com auxílio da justiça e do direito internacional para atingir a solução às situações que arriscam a manutenção de paz;

2) Cooperação entre as nações: as relações entre as nações serão amistosas e baseadas no princípio da igualdade de direitos, da autodeterminação dos povos e do fortalecimento da paz mundial;

3) Contribuir para a solução dos problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário: as ações serão direcionadas à promoção dos direitos individuais e coletivos, independente de raça, cor, religião, língua ou sexo;

4) Centro de harmonização: edificado e estruturado para desenvolver ações que garantam o cumprimento dos objetivos.

A ONU é constituída por seis órgãos principais:

1) Assembleia Geral: É o órgão que define as políticas tomadas pela ONU. Esse órgão é considerado igualitário por ser formado pelos 193 países-membros da ONU, sendo que cada um deles tem direito a um voto, independentemente de sua influência internacional. Sua função é discutir os assuntos relacionados com a paz, a segurança, o bem-estar e a justiça no mundo. Os países-membros não podem tomar decisões: apresenta-se apenas voto de recomendação e função consultiva.

2) Conselho de Segurança: Um dos principais espaços decisórios da instituição, sendo considerado a sua instância mais importante. O objetivo do Conselho de Segurança da ONU, ao menos em termos oficiais, é lutar por medidas e ações que visem prevenir ou resolver conflitos internacionais e manter a paz e a segurança em todo o mundo. O Conselho de Segurança da ONU é a única instância internacional capaz de autorizar o uso legítimo da força em caso de ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. É por este motivo que a ONU tem o poder de mediar conflitos e aprovar resoluções que devem ser seguidas por todos os países-membros das Nações Unidas.

A composição do Conselho de Segurança da ONU é de quinze países-membros. Cinco deles são permanentes e dez são temporários, de modo a serem substituídos em um período máximo de dois anos. O conselho permanente é composto por algumas das principais potências econômicas e/ou políticas da atualidade, a saber: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China. Com exceção do último país citado, todos os membros estiveram entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial, conflito que precedeu a criação da própria ONU em 1945.

Vale lembrar que, nas reuniões do Conselho de Segurança da ONU, todos os quinze países que o compõem possuem direito a voz e voto. Todavia, apenas os cinco países-membros permanentes têm direito a veto. Isso significa que, para a aprovação de qualquer resolução, além de nove votos favoráveis, é necessária uma

unanimidade entre o conselho permanente, o que gera muita dificuldade na resolução de medidas consideradas críticas e importantes.

Por esse motivo, existem muitas críticas ao Conselho de Segurança e, não por acaso, muitas reivindicações para que seja realizada uma reforma, discurso reproduzido por vários países, muitos deles interessados em ganhar um assento permanente. O Brasil, por exemplo, é um dos países que mais vêm lutando por uma completa reforma na ONU na última década, atuando em ações humanitárias e militares da própria ONU para ganhar apoio (como no caso do Haiti) e exigindo publicamente que o atual funcionamento do órgão seja revisto.

3) Conselho Econômico e Social: O objetivo é promover o bem-estar econômico e social das populações. Atua por meio de comissões, como a Comissão de Direitos Humanos, Comissão dos Estatutos da Mulher, a Comissão de Entorpecentes, entre outras. Também coordena agências especializadas, como a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura); a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância); a OIT (Organização Internacional do Trabalho); o FMI (Fundo Monetário Internacional); a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina); a FAO (Organização para Alimentação e Agricultura); a OMS (Organização Mundial da Saúde).

4) Conselho de Tutela: Tinha a função de proteger povos sem governo próprio sendo composto por membros do Conselho de Segurança e outros eleitos pela Assembleia Geral. Foi desativado em 1997, três anos após a independência da última colônia, Palau, que se tornou um Estado membro das Nações Unidas, em dezembro de 1994. O conselho de tutela só se reúne a pedido da Assembleia Geral.

5) Secretariado: O Secretariado Geral da ONU é dirigido pelo secretário-geral, a principal autoridade da ONU, que tem a função de administrar a instituição. É eleito por 5 anos (com direito a reeleição), pelo Conselho de Segurança e aprovado pela Assembleia Geral.

6) Corte Internacional de Justiça: É o principal órgão jurídico da ONU.

Os cinco primeiros têm sede em Nova York, EUA, e o último em Haia, Países Baixos.

A relação da ONU e as questões ambientais iniciaram principalmente após 1960. Decorrente do pós-guerra, a era nuclear fez surgir temores de um novo tipo de poluição por radiação. O movimento ambientalista ganhou novo impulso em 1962

com a publicação do livro de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, que fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos, onde a cientista e escritora destacou a necessidade de respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente.

Em 1969, a primeira foto da Terra vista do espaço chamou a atenção de muitos para a conscientização de que todos nós, seres humanos, vivemos em um ecossistema frágil e interdependente. A responsabilidade de proteger a saúde e o bem-estar desse ecossistema começou a surgir na consciência coletiva do mundo.

Com o fim da tumultuada década de 1960, seus mais altos ideais e visões começaram ser colocados em prática. Entre estes estava a visão ambiental – agora, literalmente, um fenômeno global. Enquanto a preocupação universal sobre o uso saudável e sustentável do planeta e de seus recursos continuou a crescer, em 1972 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia).

A Conferência de Estocolmo de 1972 promoveu a formação de ministérios e agências ambientais em todo o mundo, deu início a uma série de novos acordos globais para proteger coletivamente o meio ambiente. Aproveitando a energia gerada pela Conferência, a Assembleia Geral criou, em dezembro de 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que coordena os trabalhos da família ONU em nome do meio ambiente global. Suas prioridades atuais são os aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas.

O evento foi um marco e sua declaração final contém 19 princípios que representam um Manifesto Ambiental para nossos tempos. Ao abordar a necessidade de “inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano”, o Manifesto estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas.

Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Brundtland foi uma escolha natural para este papel, à medida que sua

visão da saúde ultrapassa as barreiras do mundo médico para os assuntos ambientais e de desenvolvimento humano. Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um documento inovador, chamado Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público:

> O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades. [...] Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso à crises ecológicas, entre outras… O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos. [...] Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia…No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. [...] Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas [...] (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987)

As amplas recomendações feitas pela Comissão levaram à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que colocou o assunto diretamente na agenda pública, de uma maneira nunca antes feita. Realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a “Cúpula da Terra”, como ficou conhecida, adotou a “Agenda 21’, um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável, a culminação de duas décadas de trabalho que se iniciou em Estocolmo em 1972.

Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável foi vista e reconhecida em todo o mundo. Na Agenda 21, os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. As áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos.

Mas, a Agenda 21 foi além das questões ambientais e abordou também os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem:

a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte destes esforços de discussão diante da problemática ambiental. Durante a cúpula das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, Rio+20, que aconteceu em junho de 2012, ficou decidido a criação de um grupo que pensaria sobre a próxima agenda de ações mundiais. A partir de então, os 193 Estados membros da organização discutiram sobre o desenvolvimento sustentável, buscando criar estratégias que possibilitassem uma forma de continuar evoluindo e atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer a existência das gerações futuras, conforme preconiza o conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, entende-se o desenvolvimento sustentável sendo aquele que, ao mesmo tempo: 1) Gera crescimento econômico, com crescimentoda produção, da renda, do emprego e consequentemente de impostos pagos para que o governo ofereça os serviços públicos necessários a todos os cidadãos; 2) Está preocupado com o impacto desse crescimento econômico no meio ambiente, nos recursos naturais (água, ar, terra), pensando na qualidade de vida das futuras gerações, que têm o direito de usufruir dessa natureza da mesma forma que a atual geração, em condições preferencialmente melhores; 3) Está voltado para o desenvolvimento da comunidade local, da cidade e do país, portanto um desenvolvimento que busca a justiça e inclusão social, com ofim da pobreza e da fome, e também de todo o tipo de preconceito, de intolerância. (MARTINS, 2008, P.20-21).

Em setembro de 2015, na sede da ONU em Nova York foi publicado os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável construídos a partir da Rio+20. Essa nova proposta foi ao encontro do que já vinha sendo desenvolvido dentro do trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000, perdurando até 2015. Essa busca por continuidade a esse processo se deu devido aos progressos significativos alcançados a partir do ODM, tais como a

redução da pobreza global, acesso à educação e a água potável. A partir disso, ficou entendido que as metas podem ter contribuído com o alcance desses resultados, porém o que se vivencia na prática é que os problemas que perpassam a sociedade global estão longe de serem superados.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram desdobrados por um conjunto de 169 metas correspondentes, que englobam um plano de ação de 15 anos - 2015 a 2030 – que visam solucionar os maiores problemas da humanidade. Este plano de ação é chamado de “Agenda Universal 2030”, onde busca-se demonstrar a ambição por medidas ousadas e transformadoras que buscam direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente, através de atividades imprescindíveis e desafiadoras.

Estes objetivos são integrados e indivisíveis e buscam mesclar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Para tanto se faz necessário um conjunto de ações entre todos os níveis de governos, sociedade civil, organizações, empresas, entre outros, em âmbito nacional e também internacional em busca de alcançar os objetivos estipulados pela ONU. É importante frisar que os objetivos e metas são únicos, para todos os continentes, países, estados, municípios e comunidades.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis consistem em:

1. Erradicação da Pobreza: acabar com a pobreza, em todas as suas formas, em todos os lugares;

2. Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

3. Saúde e Bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades;

4. Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

5. Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

6. Água potável e saneamento: assegurar a disponibilidade e gestão

sustentável da água e saneamento para todos;

7. Energia limpa e acessível: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

8. Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos;

9. Industria, inovação e infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

10. Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;

11. Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12. Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

13. Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

14. Vida na água: conservação e uso sustentável dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15. Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perca da biodiversidade;

16. Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacificas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

17. Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

2.2: Limites e Possibilidades de aplicação das práticas ESG nas empresas brasileiras baseadas nos ODS

O mercado está mudando e estes três conceitos – Responsabilidade Social, Sustentabilidade e ESG – estão no escopo de análise de consumidores e investidores, o que faz com que as empresas tenham que traçar resultados e agir segundo critérios mais exigentes do que no passado. As práticas ESG, atrelada ao tema questão ambiental, tem adquirido maior relevância nas discussões das últimas décadas também em agendas governamentais e sendo constantemente avaliadas pela sociedade na forma como as empresas alcançam seus resultados, como utilizam os recursos naturais, nas análises sobre o futuro dos mercados e consequentemente sobre o futuro da humanidade. São inúmeros atores sociais envolvidos nestas problemáticas, muitos interesses em jogo e muitas dificuldades de conciliação entre todas as partes.

Embora reconheça-se a importância de se pensar e planejar globalmente objetivos e diretrizes que orientem “para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, é preciso compreender de forma crítica o direcionamento, os limites e possibilidades das ações que fundamentam ODS da ONU. Pois, objetivar mudanças, cujo cerne seja a construção relações sociais mais igualitárias, implica em compreender com mais profundidades os padrões de produção e reprodução das desigualdades sociais, desigualdades essas que se estendem para todas as esferas da vida social, nas diferentes localidades do mundo. Demanda, também, apreender que as expressões da questão social são agravadas, conforme as particularidades históricas e culturais que permearam a estruturação social de cada país. E por fim, reconhecer que, propor diretrizes que demandem ações coletivas (Estado, sociedade civil) para assegurar o desenvolvimento sustentável exige questionar os padrões de produção e reprodução das relações sociais vigentes.

Sob essa perspectiva, parte-se do pressuposto de que os ODS são inalcançáveis em uma sociedade na qual as relações de produção dominantes fundam-se no capitalismo. Isto é, em uma sociedade na qual o modo de organização social fundamenta-se na exploração do homem pelo homem, por meio da dominação da burguesia sobre o conjunto da classe trabalhadora, ou seja, sustenta-se a partir da relação desigual entre capital e trabalho. E a esse contexto, associa-se o

fortalecimento do Estado capitalista, que, historicamente, defende, legitima e reproduz os interesses da classe detentora do poder político e econômico.

A partir de LEFF (2015, P. 15), entende- se que a degradação ambiental vivida nos tempos atuais se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza, manifestando claramente o pensamento cartesiano, mecanicista e fragmentado da ciência moderna incapaz de integrar desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Entretanto, dentro do cenário possível da sociedade atual, entende-se que a real adoção dos ODS podem ser importantes direcionadores no caso das empresas que trabalham no viés das práticas ESG, pois sabe-se que são estratégias que podem contribuir para vantagens competitivas para empresas, mas para um objetivo maior que é construção de uma sociedade “mais justa e igualitária”.

Nessa direção, é necessário compreender de forma crítica-propositiva como pode ocorrer a incorporação desses objetivos no planejamento das empresas.

Cavalcanti (2007) reflete que vivemos atualmente um período de transição entre a sociedade industrial, a sociedade da informação e do conhecimento a partir da Quarta Revolução Industrial, ainda com resquícios de velhos processos de produção e de organização do trabalho. As principais características tecnológicas e produtivas de cada Revolução Industrial podem ser entendidas a partir do quadro abaixo:

Tabela 1 - Principais Características Tecnológicas de cada Revolução Industrial

Revolução Industrial	**Período**	**Características Tecnológicas**
Primeira Revolução Industrial	Iniciou na segunda metade do século XVIII e avançou até meados do século XIX. Ocorreu entre as décadas de 1760 e 1840.	Máquina a vapor; substituição da produção artesanal pela produção fabril; tear mecânico.
Segunda Revolução Industrial	Iniciou no século XIX e avançou na primeira metade do século XX. Ocorreu entre as décadas de 1860 e 1900.	Energia elétrica; petróleo; sistema de produção taylorista-fordista; divisão do trabalho manual e intelectual; automação e produção em massa; linha de montagem móvel.
Terceira Revolução Industrial	Iniciou na segunda metade do século XX e avançou até o final deste século. Ocorreu entre 1960 e 1990.	Surgimento da informática e avanço das comunicações; surge a sociedade do conhecimento; sistema de produção flexível; tecnologia da informação; computação.

Quarta Revolução Industrial	Iniciou na primeira década do século XXI, na década de 2000.	Internet móvel; sensores menores e mais poderosos; fusão das tecnologias e interação entre domínios físicos, digitais e biológicos; sistemas e máquinas inteligentes conectados possibilitando um modelo de produção de personalização em massa; robótica avançada

Aires, Moreira, Freire, 2017, com base em Aires, Freire e Souza 2016 e Schwab 2016

No quesito de mentalidade na gestão empresarial, as alterações nos últimos anos foram profundas e em um espaço de tempo curto, considerando o tamanho de seus impactos no dia a dia das empresas. Existia no passado uma aversão ao risco, planejamentos detalhados, evitar erros, trabalho especializado e fragmentado, hierarquias rígidas. No ambiente de trabalho as tarefas eram repetitivas, os treinamentos eram vistos como eventos pontuais e o poder estavam nas mãos dos chefes. O mercado era mais estático e as mudanças demoravam mais a acontecer.

No cenário atual, entende-se que a dinâmica do mercado muda constantemente e necessita respostas rápidas; riscos são inevitáveis e é preciso aprender com os erros. Ao invés de planejamentos detalhados, a experimentação precisa ser contínua, realizando pequenos protótipos para ganhar tempo; trabalho customizado ao invés de produção em massa; trabalho colaborativo e multidisciplinar, de modo a analisar sob vários ângulos em um curto espaço de tempo. O trabalho tornou-se inovativo e precisa ter sentido para as pessoas para que processo empresarial se retroalimente. A educação e capacitação necessita ser contínua para fomentar nos profissionais uma maior visão sistêmica. Os times atuam de forma mais auto gerenciável e o poder, antes centrado nos chefes, atualmente se encontra nos clientes e colaboradores. Ampliou-se a percepção das empresas e clientes acerca do tripé da sustentabilidade (social, ambiental, econômico), sendo esta visão cada vez mais integrada ao mundo dos negócios. A partir de Martins (2008, P.11) entende-se que se, por exemplo, uma empresa contratar mão-de-obra escrava (ou agredir o meio ambiente, ou praticar corrupção) em um país para vender seus produtos em outro, ela poderá ser rapidamente denunciada por meio dos veículos de de comunicação e redes sociais, com péssimos resultados para a sua imagem e seus negócios. Isso já aconteceu, levando empresas a terem que rever logo suas políticas e práticas de gestão.

> As palavras do nosso vocabulário traduzem as questões com que se depara o ambiente empresarial: mercados globais, tecnologia da informação, ambientes ambíguos, concorrência acirrada, consumidores exigentes,

> obsessão pela qualidade, fusões e aquisições de empresas, informações em excesso, incerteza e caos, estresse, fim do emprego tradicional, envelhecimento da população e novo cenário demográfico, problemas urbanos, evolução da consciência humana, espiritualidade, consumo excessivo de recursos, deteriorização do meio ambiente e tantas outras questões. (CAVALCANTI et al, 2007, P.16).

Diante disto, entende-se que existe uma reflexão de que pessoas e organizações passaram a buscar entender o verdadeiro significado do papel que representam para a sociedade, entendendo que está para além do lucro. Com pessoas mais conscientes, o conceito de alienação – elaborado originalmente na modernidade pelo filósofo alemão Hegel e muito referido nas teorias marxianas – tem sido refletido acerca das condições de saúde mental que as empresas atuais conseguem proporcionar aos seus empregados. Alienação se refere a tudo aquilo que uma pessoa produz, mas não compreende a fundo a razão. É somente um executor de tarefas, alheio aos fins que são dados àquela etapa ao qual ele tem participação. O trabalho alienado provoca uma série de desconforto nas pessoas, sendo capaz de causar doenças mentais irreversíveis.

> A prática da responsabilidade social revela-se internamente na constituição de um ambiente de trabalho saudável e propício à realização profissional das pessoas. A empresa com isso aumenta sua capacidade de recrutar a manter talentos, fator-chave para seu sucesso numa época em que a criatividade e inteligência são recursos cada vez mais valiosos. (BARCELLAR et al., 2000, P.7)

Pode-se observar também que através das estratégias da responsabilidade social empresarial, os empresários conquistam seus funcionários, ao terem suas necessidades básicas satisfeitas, os funcionários passam a se sentirem parte daquele espaço, valorizam mais o seu trabalho e tornam-se funcionários que buscam oferecer boa produtividade à empresa, causando menos conflitos internos. Weber (1999, P.420), afirma que quando consegue-se estabelecer uma troca de interesse de ambas as partes – funcionário e empresa – na continuidade desta relação de troca, ambos cumprem seus acordos para além da formalidade e, naturalmente, trocam uma relação mais positiva.

Esta reflexão já demonstra mudanças no ambiente corporativo e mostra que velhas práticas já não são eficazes para garantir vantagem competitiva hoje. Existe a necessidade de que as organizações busquem direções novas, “com intervenção na esfera do conhecimento, que proporcione concomitantemente aos

profissionais e gestores o entendimento e o desenvolvimento global e sistêmico". (PACHECO et al, 2009, P. 34).

Para as pessoas, ampliou-se a necessidade de satisfação com seu trabalho e a sensação de contribuição para um bem maior.

> Motta (1999) afirma que, na organização do século XXI, o homem não aceitará ser tratado como mera peça de uma engrenagem. Ele vai querer não só entender o sentido do seu trabalho, participar do processo decisório e dos lucros ou resultados da empresa, como, acima de tudo, vai querer também contribuir, de algum modo, para um objetivo maior. (CAVALCANTI et al, 2007, P. 17).

É importante compreender que a responsabilidade social empresarial, sustentabilidade empresarial ou práticas ESG fazem parte de um modelo de gestão empresarial e compõe uma filosofia de atuação.

O conceito de "gestão" tem como princípio fundamental incentivar a participação, estimular a autonomia e a responsabilidade dos funcionários. Sendo assim, gerir é atingir os objetivos da companhia de maneira eficaz ao valorizar o conhecimento e as habilidades das pessoas que trabalham dentro da empresa. O gestor deve ter a capacidade de manter a sinergia entre o grupo, a estrutura e os recursos já existentes. O gerenciamento é, por sua natureza, focado nos fins e, portanto, na missão geral de qualquer organização, que é "satisfazer necessidades de seres humanos". A satisfação destas necessidades é a grande missão de qualquer organização, privada ou pública, entretanto, os grandes problemas das organizações estão em nossa incapacidade de cumprir esta missão.

A responsabilidade social, sendo então um modelo de gestão, se define pela relação ética e transparência da empresa, com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis como desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2003). Essas atividades sociais costumam ser publicadas em balanços sociais e, em compensação, essas atividades realizadas podem ser deduzidas do montante a ser pago a título de imposto de renda, por exemplo. Pode-se dizer que esse modelo de gestão empresarial com a filosofia da responsabilidade social, sustentabilidade ou das práticas ESG é quando a empresa reconhece o seu poder-dever em relação à sociedade e passa a contribuir voluntariamente com o desenvolvimento sustentável, juntamente com os

empregados, suas famílias, a comunidade local, a sociedade como um todo. É inegável que tal implantação para ser efetiva só é possível empresas que possuem lideranças executivas com visão sistêmica, que entendem de fato o papel de uma empresa na sociedade e que tem a mentalidade de que “as empresas capazes de inovar em soluções e valores de maneira socialmente responsável são as que têm maior probabilidade de sucesso” (KOTLER E KELLER, 2012, P. 690). Além deste fator, as características pessoais dos líderes executivos também exercem influência nestes processos, uma vez que as preferências pessoais, experiências, bagagem cultural, valores e crenças são grandes influenciadores do comportamento humano. Sendo assim, é possível afirmar que os valores pessoais dos líderes (morais, religiosos, culturais, sentimentais, etc) também influenciam o processo de adoção de medidas sócio responsáveis. Sem a adesão do principal líder executivo, qualquer implantação de modelo de gestão torna-se impossível, pois ele deve ser o primeiro a seguir a cultura organizacional da empresa, permear estes valores em suas condutas e tomadas de decisão e exigir que toda a empresa também compartilhe da mesma visão.

As práticas de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e ESG nas empresas estão deixando de ser atribuídas apenas ao compliance, ou seja, deixam de ser vistas como uma necessidade de somente se cumprir as leis e regulamentações e passam a ser entendidas como diretrizes estratégicas dos negócios. Assim, podemos observar diversos movimentos das organizações em busca de alinhar-se às políticas de amenização das mudanças climáticas, de promoção de diversidade e inclusão dentro dos quadros de colaboradores, de investimento social privado, entre outras ações.

Assim, entende-se que estes conceitos (ESG e compliance) são integrados, já que as organizações privadas necessitam dessas estratégias para garantir a sobrevivência do negócio no mercado atual.

O Congresso Estadual de Municípios é um evento voltado aos gestores públicos paulistas, que reúne, durante quatro dias, representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Estado e da União, para discutir os assuntos relevantes aos municípios paulistas. Em maio de 2023 o evento trouxe um entendimento significativo de que, atualmente, o conjunto de práticas que demonstra a preocupação de uma cidade com os impactos das atividades públicas no âmbito

socioambiental é determinante para atrair investimentos privados, como a construção de novas empresas e por consequência, gerar novos empregos, por exemplo. Já é percebido que cidades que se preocupam com a agenda ESG conseguem demonstrar aos investidores um diferencial, levando-os a perceber que eles serão capazes de ter retorno em seus investimentos pois, teoricamente, são cidades que buscam uma boa gestão de recursos hídricos, obras com preocupação ambiental, segurança alimentar e nutricional da população, entre outros, sendo estes, fatores fundamentais para a sustentabilidade de uma empresa.

O BNDES, que é o banco público de desenvolvimento e grande parceiro das instituições privadas, por exemplo, por meio de parcerias com instituições como a International Finance Corporation (IFC), do grupo Banco Mundial, capacitou sua equipe técnica na aplicação dos padrões de desempenho socioambientais, tornando-os aptos a captar recursos do Green Climate Fund (GFC) e, a partir disso, construiu uma nova metodologia para classificação do risco socioambiental (Curva ABC) dos projetos apoiados, alinhada às melhores práticas internacionais. Além disso, a atuação conjunta com o UK Prosperity Fund tem possibilitado o desenvolvimento de uma série de ações que buscam fortalecer o Sistema de Gestão Socioambiental do Banco e a estruturação de novas soluções financeiras verdes, que é mais uma condição diferenciada para investimentos sustentáveis ou que colaborem para a transição para uma economia de baixo carbono. Com este movimento, o BNDES foi reconhecido pela Bloomberg como o principal financiador de energia limpa do mundo no período 2004-2018 e é pioneiro no tema das finanças verdes.

3º CAPÍTULO: AS CONTRIBUIÇÕES EFETIVAS DAS USINAS DO SEGMENTO SUCROENERGÉTICO PARA O ALCANCE DOS ODS.

Neste capítulo foi abordado o panorama geral do setor sucroenergético no Brasil, mostrando seu momento atual, propostas de inovação, novos mercados possíveis para os produtos comercializados e outras análises. Após, apresentou-se o cenário das usinas do setor no Estado de São Paulo e os desafios enfrentados em virtude da natureza agrícola da atividade, especialmente no quesito mão de obra. Por fim, foram apresentadas algumas das ações e práticas já realizadas pelas usinas do segmento sucroenergético do Estado de São Paulo que tem ligação com as práticas de ESG.

3.1: Panorama do setor sucroenergético no Brasil

O setor sucroenergético compreende o ciclo produtivo da cana de açúcar que pode derivar em diversos produtos. No caso das indústrias, cana é utilizada na produção de açúcar ou álcool, além da capacidade, a partir do bagaço da cana, por exemplo, de produzir energia limpa em larga escala. A atratividade do etanol de cana-de-açúcar e a bioeletricidade gerada com base no bagaço de cana foram os grandes determinantes das decisões de investimento do setor na última década. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2012, P. 13, com adaptações do autor).

O setor sucroenergético, bem como toda a cadeira envolvida em seus processos é de fundamental importância para a economia brasileira, movimentando grande quantidade de recursos, empregos, impostos e tem capacidade de interiorizar cada vez mais o desenvolvimento do país. O setor representa cerca de 1,5% do PIB total do Brasil. O setor gera cerca de um milhão de empregos diretos, sendo 400 mil somente em São Paulo. (PROGRAMA EDUCAÇÃO TUTORAL, ONLINE, 2023)

Atualmente, em 2023, no Brasil, existem 367 usinas instaladas moendo aproximadamente 657,4 milhões de toneladas de cana de açúcar, sendo assim o 2º lugar em produção de etanol no mundo (produziu 27,5% do consumo mundial) e 1º em açúcar em escala global (18% da produção total). (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, ONLINE, 2023)

Quase metade do setor sucroenergético concentra-se no estado de São Paulo, tanto pelo quesito oferta quanto demanda de etanol. Existe aproximadamente 172 usinas no Estado, que inicialmente produziam açúcar e principalmente a partir de 1970 incorporaram a produção de etanol em seus processos. A incorporação foi vista

como vantajosa devido ao incentivo do governo estadual ao consumo de etanol ao estabelecer alíquota mais baixa nos impostos (ICMS) em relação a gasolina, aumentando assim a demanda pelo produto. (BNDES, ONLINE, P.6)

A expansão do segmento na última década concentrou-se nos estados de Goiás, de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul, que receberam investimentos na construção e expansão de usinas, sobretudo pela maior disponibilidade de terras a custos mais atraentes, assim como por incentivos locais aos investimentos. A expansão também se deve a características próprias da cana-de açúcar, que necessita que sua produção seja realizada em regiões de clima tropical e que intercalem períodos de chuva (fase vegetativa) e seca (fase de concentração de açúcar), o que limita a produção em regiões como Sul e Norte do Brasil. (BNDES, ONLINE, P.6)

No tocante à competitividade, o fator custo de produção é de extrema relevância, na medida em que não há significativa diferenciação pela qualidade do produto no aspecto de combustão. Com relação às questões ambientais, o etanol do Brasil (cana- -de-açúcar) se diferencia daquele produzido nos EUA (milho), pois o produto brasileiro gera um volume de CO2 que é estimado em 90% inferior ao americano, já que os EUA utilizam carvão para produzir seu etanol. (BNDES, ONLINE, P.6)

A exploração da matéria-prima brasileira (cana-de-açúcar) impõe a necessidade de que haja proximidade entre usinas e plantações. Isso decorre do fato de a cana não poder ser estocada: ainda que possa ser colhida ao longo de todo o ano, necessita ser moída em até 36 horas depois da colheita. Em contraste, o milho nos EUA pode ser estocado por longo prazo, ainda que só possa ser colhido quatro meses após o plantio. Por outro lado, ainda, a produtividade do etanol de cana-de-açúcar é de quase sete mil litros por hectare, enquanto o etanol de milho não supera quatro mil. (BNDES, ONLINE, P.7)

A matéria-prima brasileira (cana-de-açúcar) para etanol tem vantagens ao ser produzida internamente, a saber: (BNDES, ONLINE. P.7-9)

- Matéria-prima (cana-de-açúcar) que não compete com principais cadeias de alimento como ocorre com o etanol dos demais mercados – EUA (milho) e Europa (trigo).
- Extensa área geográfica agricultur

- Clima e solo favoráveis em boa parte do país (regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste).
- Produtividade da cana-de-açúcar maior do que a de grãos, exigindo menor área de plantio, o que permite que a expansão de seu cultivo não implique redução significativa de outras culturas agropecuárias.
- Elevada cogeração de energia a partir da biomassa (por meio da queima da palha e do bagaço, obtém-se, em geral, toda a energia necessária para o funcionamento das usinas, chegando a haver excedentes que podem ser comercializados).
- Melhor sustentabilidade ambiental pela maior capacidade de reduzir emissões de CO2.
- Aceleração do desenvolvimento de novas tecnologias para o E2G por meio do fomento do BNDES e da Finep – Plano BNDES-Finep de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS) – realizada pelo Brasil, apesar de ter sido iniciada com atraso em relação aos EUA e à Europa.

Por outro lado, devem-se reconhecer as características que prejudicam a atratividade e o potencial de crescimento comercial do etanol de cana:

- Influência significativa de fatores políticos: o principal produto concorrente do etanol hidratado (gasolina) pode ter seu preço arbitrado pelo governo.
- Diversas usinas ainda apresentam um elevado nível de endividamento, o qual inibe ações para a realização de novos investimentos.
- Investimento no desenvolvimento tecnológico agrícola e industrial em ritmo e intensidade abaixo dos desejados.
- Inserção tardia e ainda incipiente da cultura de cana-de-açúcar na era da transgenia, em contraste com o que já ocorre com a maioria dos grãos (milho, soja etc.), em parte por sua maior complexidade (12 cromossomos de cana, perante dois cromossomos de grãos).
- Produto mais complexo para iniciar uma produção agrícola (uma vez iniciada uma plantação de cana-de-açúcar, ela dura seis anos de safra).
- Regiões mais adaptadas para cana-de-açúcar relativamente saturadas para haver expansão física e maior concorrência por matéria-prima, o que encarece os custos de produção.

Em relação a inovações, a biotecnologia industrial e agrícola tem se beneficiado da evolução de duas tecnologias genéricas: tecnologia da informação e robótica. A primeira permitiu a evolução dos estudos e pesquisas que necessitam de uma capacidade elevada de processamento de dados. Já a segunda proporciona a capacidade crescente de realização de testes de seleção e melhoramento de organismos geneticamente modificados. (BNDES, ONLINE. P.8)

Como resultado, há evolução em diversas tecnologias com aplicação na indústria do etanol, por exemplo:

- Novos conhecimentos baseados em engenharia genética, biologia de sistemas e novos processos fermentativos e enzimáticos;
- Biologia sintética como uma poderosa ferramenta que pode permitir o desenho de rotas metabólicas inovadoras;
- Serviços de mapeamento genético;
- Enzimas mais eficientes para hidrólise da biomassa;
- Novos microrganismos com diferentes especialidades funcionais;
- Melhoramento genético da cana-de-açúcar;
- Introdução de novas culturas, mais energéticas, como a cana-energia.

Está em curso atualmente uma corrida tecnológica internacional pelos biocombustíveis lignocelulósicos, tal como o E2G. (BNDES, ONLINE, P.8-9)

A produção desses biocombustíveis representa uma inovação significativa, uma vez que envolve plataformas científicas de fronteira, como a biotecnologia. Essa perspectiva abriu a oportunidade para o surgimento de empresas de alta tecnologia no exterior e em razão das imensas possibilidades representadas pela cana-de-açúcar, várias destas empresas instalaram-se no Brasil. BNDES, ONLINE, (BNDES, ONLINE, P.9)

A inovação no setor não se restringe unicamente a novos processos para a produção de biocombustíveis. A química verde também surge como alternativa promissora para a agregação de valor para as empresas do setor sucroenergético. A alcoolquímica e a sucroquímica tornam possível a conversão de etanol e açúcares da cana em produtos e intermediários químicos, como o farneseno, o eteno e o butanol. Por essa razão, empresas do setor petroquímico, como Braskem, Dow e Dupont, estão se voltando para pesquisas na área da química verde. Especificamente no

Brasil, muitas dessas empresas têm buscado parcerias com as usinas processadoras de cana. (BNDES, ONLINE, P.9)

A inovação do E2G pode se tornar um grande diferencial competitivo, ao permitir aproveitar “resíduos” da produção (no caso da cana-de-açúcar, bagaço e palha) para produzir etanol. Assim, sem precisar ampliar a área de produção de cana, é possível produzir mais etanol. Testes iniciais apontam para um potencial de aumento de produtividade por hectare em torno de 45%. Adicionalmente, o E2G enfraquece o argumento relativo à diminuição da oferta e ao aumento de preço de alimentos na fabricação de etanol a partir de matéria-prima que é utilizada para alimentação, pois torna a produção de etanol complementar à de alimentos. Sem mencionar que a receita adicional derivada do E2G serve como um importante benefício ao produtor agrícola. (BNDES, ONLINE, P.9)

O BNDES, juntamente com a Finep, promoveu incentivo a investimentos no E2G no Brasil por meio do plano de fomento conjunto PAISS, que gerou mais de R$ 3 bilhões em investimentos. Como consequência, o Brasil tem agora as duas primeiras plantas em escala comercial da nova tecnologia, equiparando-se aos EUA na corrida tecnológica pelo desenvolvimento do E2G. A primeira planta inaugurada foi a da Granbio, em Alagoas, com cerca de noventa milhões de litros/ano de capacidade. A segunda planta, da Raizen, foi construída de forma integrada a uma usina de etanol de primeira geração em Piracicaba (SP) e tem capacidade para 45 milhões de litros de E2G por ano. (BNDES, ONLINE, P.10)

Os potenciais novos entrantes no mercado brasileiro enquadram-se geralmente nos seguintes perfis: (BNDES, ONLINE, P.11)

- Tradings de commodities agrícolas;
- Empresas do setor de petróleo e indústria química;
- Indústria farmacêutica (enzimas);
- Indústria de papel/celulose (equipamentos para pré-tratamento).

No futuro, as usinas processadoras de cana também incorporarão novos produtos, como os biocombustíveis de maior densidade energética (querosene de aviação, diesel e butanol, por exemplo) e produtos químicos de maior valor agregado. (BNDES, ONLINE, P.11)

Essa diversificação produtiva possibilitará às empresas tornarem-se biorrefinarias, em alusão ao conceito de refinarias de petróleo, em que há uma multiplicidade de produtos vendidos. (BNDES, ONLINE, P.11)

Nas questões ambientais, o diferencial do etanol de cana na emissão de CO2 gera uma grande oportunidade por meio da decisão da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) de qualificar o etanol brasileiro como biocombustível “avançado”. Com essa decisão, a EPA reconhece o etanol de cana como o único capaz de reduzir, no mínimo, 60% das emissões de gases de efeito estufa. (BNDES, ONLINE, P.12)

Com a introdução do E2G, é esperado que essa capacidade de redução de CO2 aumente para 80%, no caso de utilização de bagaço e palha de cana, e mais de 90%, com o uso de cana-energia. Nesse contexto, caso a preocupação crescente com as mudanças climáticas oriundas do aquecimento terrestre implique medidas de apoio a tecnologias de baixo carbono, o consumo internacional de E2G poderá ser ainda mais acelerado. (BNDES, ONLINE, P.12)

Nessa conjuntura, destaca-se que, em novembro de 2015, quase duzentos países aprovaram o chamado Acordo de Paris, um marco internacional que busca reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em quantidade suficiente para manter o aquecimento global abaixo de 2ºC, além de redobrar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5ºC. (BNDES, ONLINE, P.13)

No caso brasileiro, as metas de redução de emissões anunciadas pelas Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (Intended Nationally Determined Contributions – INDC) do país são de 37% abaixo dos níveis de 2005 como meta para 2025. Para 2030, 43% menos para o conjunto da economia. Para o cumprimento dessas metas, estão previstas, entre outras, medidas como aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030, expandindo o consumo de biocombustíveis, aumentando a oferta de etanol, inclusive por meio do aumento da parcela de biocombustíveis avançados (segunda geração), e aumentando a parcela de biodiesel na mistura do diesel. (BRASIL, 2015, P. 3)

Com a introdução do E2G, além do mercado norte-americano, um grande mercado que pode vir a se abrir para o etanol é a China. Trata-se do segundo mercado automotivo do mundo, com cerca de 130 milhões de veículos. Apenas em 2014, cerca

de vinte milhões de veículos foram adicionados a sua frota. A título de comparação, toda a frota do Brasil abrange quarenta milhões de carros, tendo sido adicionados dois milhões e quinhentas mil unidades em 2014. A limitação do uso de alimentos para produção de combustíveis nesse país (em razão da escassez de alimentos), somada às fortes questões ambientais, tende a gerar medidas que estimulem combustíveis mais benéficos ao meio ambiente e indica que pode surgir, no médio/longo prazo, um mercado de grande porte para o E2G. O crescimento do consumo de combustível, combinado com a falta de investimento em refinarias de gasolina e as limitações da infraestrutura nacional para importação de gasolina, sinaliza a possibilidade de um "apagão de combustíveis" no médio prazo. Um aumento do suprimento do etanol é uma das alternativas potenciais para evitar esse apagão. (BNDES, ONLINE, P.13)

3.2: As usinas do setor sucroenergético do Estado de São Paulo e a sustentabilidade

O desenvolvimento do mercado sucroenergético tem se beneficiado da crescente relevância da questão ambiental e do problema do esgotamento de combustíveis fósseis. (BNDES, ONLINE, P. 15)

O Estado de São Paulo é o maior produtor mundial de etanol de cana-de-açúcar, contribuindo para que o Brasil seja o segundo maior produtor de etanol do mundo, atrás somente dos EUA. O Estado tem atualmente 172 usinas do segmento sucroenergético em atividade. Na safra 2016/17, o Estado de São Paulo correspondeu a 42% do total da produção brasileira e foi responsável por 56% da cana moída nacionalmente, de acordo com dados da UNICA, União da Indústria de Cana-de-Açúcar. O setor emprega, em São Paulo, aproximadamente 400 mil pessoas. (AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ONLINE, 2023, com adaptações do autor).

São Paulo também é um grande produtor de açúcar. Em 2016, nas usinas paulistas foram produzidas 24,3 milhões de toneladas de açúcar, que correspondem a 14% do total produzido no mundo. Isso coloca o estado à frente de produtores como Índia (13%), União Europeia (10%), Tailândia (6%), China (6%) e Estados Unidos (5%). (AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ONLINE, 2023, com adaptações do autor).

O Estado de São Paulo é destaque no uso de energia de fontes renováveis. De acordo com balanço divulgado pela Secretaria de Energia, a participação dessas fontes na matriz energética paulista chegou a 60,8% em 2016. O etanol e a bioeletricidade dão uma grande contribuição para atingir esse elevado índice. O combustível é utilizado em substituição à gasolina, quando hidratado ou misturado a ela quando anidro. A bioeletricidade é gerada pela queima do bagaço da cana em caldeiras. As usinas geram eletricidade para suas próprias atividades, sendo autossuficientes e parte dessas usinas ainda produzem excedentes comercializáveis. (AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ONLINE, 2023, com adaptações do autor).

Em cálculos feitos pelo Programa de Combustíveis Renováveis da Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA), a redução de gases do efeito estufa proporcionados pelo uso de etanol de cana-de-açúcar é maior em relação a outras matérias primas quando considerado o ciclo de vida do produto, desde o plantio até a utilização do combustível nos automóveis. (AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ONLINE, 2023, com adaptações do autor).

Para reforçar seu compromisso com o meio ambiente, o Estado de São Paulo adotou, em 2007, o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético, com o objetivo de substituir a queima da palha pela colheita mecanizada. Após uma década, o Protocolo evitou a emissão de mais de 9,27 milhões de toneladas de CO2 e mais de 56 milhões de toneladas de poluentes atmosféricos. A área de queima autorizada na última safra foi de apenas 2,5% do total da área de colheita de cana no Estado. (AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ONLINE, 2023, com adaptações do autor).

Outro ponto de destaque do protocolo foi a redução do uso de água no setor. Entre 2010 e 2016, houve um decréscimo de 40% no consumo de água para o processamento industrial da cana-de-açúcar; nos anos 90, 5 m^3 de água eram utilizados para o processamento de 1 tonelada de cana nas usinas; na safra 2016/2017, esse valor caiu para 0,9 m^3/t. (AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ONLINE, 2023, com adaptações do autor).

De acordo com estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), o etanol brasileiro não apresenta riscos para a segurança alimentar, além de apresentar a maior produtividade em litros por hectare quando comparado às demais alternativas. O Brasil utiliza 2% de suas terras cultiváveis para produção de etanol e suas principais áreas de produção de cana-de-açúcar ficam a pelo menos 2,5 mil quilômetros de distância da Amazônia. (AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ONLINE, 2023, com adaptações do autor).

Em 2009, foi lançado o Zoneamento Agroambiental elaborado pelas secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento. Ele foi criado para orientar o planejamento sustentável do crescimento do setor sucroenergético no Estado de São Paulo. No levantamento, foram considerados os aspectos hidrográficos, físicos, topográficos e climáticos. Além das áreas, foram estabelecidas regras para o licenciamento de novas usinas de etanol em território paulista. (AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE, ONLINE, 2023, com adaptações do autor).

Como pontos de atenção e sob o olhar da sociedade em geral, o latifúndio da cana-de-açúcar envolve situações geradoras de diversos impactos no meio ambiente e redução de toda biodiversidade, causada principalmente pelo desmatamento e pela implantação desta monocultura, além de sérios comprometimentos à saúde dos trabalhadores. A extensão dos danos atinge pessoas situadas em diferentes espaços, proximidades e graus de envolvimento na atividade. A maior parte das usinas produtoras de açúcar e álcool possuem programas e áreas dedicadas à análise a fatores relacionados à segurança e à saúde dos trabalhadores, tendo ações efetivas com equipamentos de proteção individuais e coletivas para mitigar riscos ambientais, fisiológicos, ergonômicos, mecânicos e outros. Entretanto, a compra da matéria-prima muitas vezes acontece a partir de pequenos produtores terceiros (chamado Parceiro Agrícola) que, em busca de reduzir seus custos, negligencia aspectos fundamentais do trabalhador no campo, gerando agravos muitas vezes irreversíveis à saúde.

Muitas vezes estas violações de direitos e abalos à saúde do trabalhador do campo ocorrem devido a condições adversas no corte de cana-de-açúcar, como trabalhar sob altas temperaturas, variando entre 23 e 36°C; a presença de poeira e

fuligem provenientes da terra e da queima da cana e de animais peçonhentos; os instrumentos usados são cortantes e podem ocasionar acidentes de trabalho; as jornadas diárias são longas, as pausas para descanso são insuficientes, o ritmo de trabalho e o esforço físico são intensos e os salários são baixos. (ABREU et al, ONLINE, 2011)

A queima da cana, proibida no Estado de São Paulo, infelizmente ainda é um processo comum nos canaviais de outras regiões do país, afetando não só os trabalhadores, mas também os moradores do entorno. Os HPA (Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos) presentes na fuligem da cana são dotados de grande potencialidade para que sejam desencadeados processos carcinogênicos e mutagênicos nos seres humanos. O perigo que representam pode se manifestar por inalação ou penetração dérmica aos volantes que cortam a cana queimada. E, qualquer que seja o nível absorvido, sempre haverá o risco de intoxicação pela substância e de que se desenvolva o câncer. (ABREU et al, ONLINE, 2011)

Cita-se, também, o material particulado presente na fumaça, constituído de 94% de partículas finas e ultrafinas que transpõem a barreira epitelial e atingem o interstício pulmonar, de forma a desencadear o processo inflamatório. (ABREU et al, ONLINE, 2011)

Além de problemas respiratórios, há riscos de câncer no órgão genital masculino, problemas com a fotossíntese e outras questões que afetam diretamente a vida humana. Há ainda o risco de intoxicação pelo manuseio de agrotóxicos, mudança da qualidade do ar pelos efeitos provocados pela fumaça e seus poluentes, poluição do solo pelo tratamento inadequado de vinhaça e outros fatores causadores que agravamento à saúde. (ABREU et al, ONLINE, 2011)

No estado de São Paulo, a proibição das queimadas nos canaviais é objeto de vários decretos e leis estaduais que regulamentam esta prática, os principais são: (1) Decreto Estadual nº 41.719 de 1997 que determina a proibição da queimada da cana e institui a redução gradativa desta prática, determinando sua extinção em oito anos, nas áreas definidas como mecanizáveis, e em 15 anos, nas áreas definidas como não mecanizáveis; (2) Lei Estadual nº 10.547 de 2000 que mantém a proibição das queimadas, altera o prazo de sua extinção para 20 anos e regulamenta de forma detalhada a prática das queimadas durante este período; (3) Lei Estadual nº 11.241 de 2002 que estabeleceu prazos para a erradicação da queima – 2021, nas áreas

passíveis de mecanização integral da colheita, ou seja, onde podem operar as colhedoras automotrizes, e 2031, nas áreas em que tais máquinas não conseguem operar (áreas com declividade maior do que 12%). Em 2007, visando a proteção ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento e a União da Indústria da Cana-de-Açúcar firmaram o Protocolo Agroambiental que reduziu ainda mais os prazos para a eliminação da queima. (ABREU et al, ONLINE, 2011)

São estabelecidas também as áreas de proibição de queima, como faixas de proteção nas proximidades de perímetros urbanos, rodovias, ferrovias, aeroportos, reservas florestais e unidades de conservação, entre outros. (ABREU et al, ONLINE, 2011)

Os operadores de máquinas agrícolas também estão submetidos a um conjunto de cargas laborais que podem ser classificadas conforme Laurell e Noriega (apud ABREU et al, ONLINE, 2011)

• Cargas físicas: a radiação solar, as mudanças bruscas de temperatura, umidade provocada pela chuva ou sereno; ruído e vibrações provocadas pelo movimento das máquinas, iluminação deficiente no turno noturno;

• Cargas químicas: poeira da terra, fuligem da cana queimada, neblinas e névoas decorrentes das mudanças de temperatura, resíduos de produtos químicos utilizados nos tratos culturais da cana;

• Cargas biológicas: picadas de animais peçonhentos e contaminação bacteriológica por ingestão de água e alimentos deteriorados;

• Cargas mecânicas: acidentes de trajeto e acidentes em geral provocados pelo manuseio de máquinas de pequeno e de grande porte, pelos diversos tipos de equipamentos, implementos e ferramentas, risco de incêndio e de explosão;

• Cargas fisiológicas: posturas incorretas, movimentos repetitivos, trabalho noturno e alternância de turnos;

• Cargas psíquicas: atenção e concentração constantes, supervisão com pressão, consciência da periculosidade e ausência de controle do trabalho, ritmos intensificados, ausência de pausas regulares, subordinação aos movimentos das máquinas, monotonia e repetitividade, responsabilidade, ausência de treinamento adequado, ameaça de desemprego e de redução no valor real do salário, entre outras.

São nítidos os benefícios e as condições desafiadoras enfrentadas pelas usinas do setor sucroenergético. Sem dúvidas, um setor que tem inúmeras

possibilidades de ampliação e que emprega milhares de trabalhadores diretos e indiretos que dignamente, sustentam suas famílias. Entretanto, faz-se necessário observar as condições para a sustentabilidade do negócio, analisando os aspectos social, econômico e ambiental, necessitando assim de um verdadeiro pacto contra todas as formas de precarização do trabalho, envolvendo a corresponsabilização efetiva das empresas e compromisso dos governos com fiscalização. Aqueles que se dedicam minimamente a seguir os conceitos do desenvolvimento sustentável, não podem aceitar empresas que querem evoluir no quesito tecnológico, porém que continuam estabelecendo relações precárias de trabalho, ainda que como corresponsáveis.

3.3: A contribuição efetiva das usinas do segmento sucroenergético do Estado de São Paulo para o alcance dos ODS

Os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável são integrados e buscam mesclar as três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e econômico, em busca de alcançar os objetivos estipulados pela ONU até o ano de 2030.

Estes objetivos são internacionais e fazem um apelo global para que haja um conjunto de esforços e ações entre todos os níveis de governos, sociedade civil, organizações, empresas, entre outros, em âmbito nacional e também internacional para buscar formas de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Cada ator da sociedade, em sua esfera, é responsável pelo alcance deste objetivo.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis consistem em: 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome zero e agricultura sustentável; 3) Saúde e Bem-estar, 4) Educação de Qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energia limpa e acessível; 8) Trabalho decente e crescimento econômico; 9) Industria, inovação e infraestrutura; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Ação contra a mudança global do clima; 14) Vida na água; 15) Vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; 17) Parcerias e meios de implementação.

Dentro do âmbito empresarial, considerando mais especificamente as usinas do segmento sucroenergético do Estado de São Paulo, os objetivos do desenvolvimento sustentável se materializam em ações que tem vinculação com a temática social, ambiental e de governança, que são a base do conceito de ESG. Questões como inclusão e diversidade, direitos humanos, engajamento dos funcionários, privacidade e proteção de dados, políticas e relações de trabalho relações com as comunidades são preocupações cada vez mais frequentes no dia-a-dia das empresas.

Tendo por base os relatórios anuais de sustentabilidade, serão trazidas de forma resumida as ações que sete usinas do segmento sucroenergético do Estado de São Paulo, com mais de 1.000 funcionários tem desenvolvido nos últimos anos. Estas sete usinas foram selecionadas a partir destes critérios acima mencionados (usinas com atividades dentro do Estado de São Paulo, segmento sucroenergético, mais de 1.000 funcionários) e, ao realizar a busca online pelos relatórios de sustentabilidade de usinas dentro destes critérios, estas empresas foram as que apareceram com maior relevância nas buscas em plataformas online. Serão analisadas as práticas efetivas e comprovadas ligadas ao ESG das usinas sucroenergéticas: Zilor Energia e Alimentos, Companhia Energética Nardini, Raízen, Usina Açucareira Ester S.A (Ester Agroindustrial), Tereos Açúcar & Energia, São Martinho S.A, BP Bunge Bioenergia.

3.3.1: Zilor Energia e Alimentos

A Zilor Energia e Alimentos é uma multinacional brasileira com posição de referência nos setores sucroenergético brasileiro e de biotecnologia, com produtos comercializados para cerca de 60 países (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.18). A empresa possui em média 3,6 mil colaboradores atuantes em nas divisões Agroindustrial e Biorigin. Em 2022, completou 76 anos de existência no mercado. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.10)

No ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, o estudo se baseou nas Normas GRI (Global Reporting Initiative) e é uma ferramenta voltada ao gerenciamento e comunicação das ações, resultados e indicadores ambientais, sociais e econômicos e contou com o engajamento de stakeholders internos e externos por meio de uma pesquisa online aberta e entrevistas qualitativas com representantes dos públicos

priorizados (instituições financeiras, clientes, distribuidores, organizações setoriais, poder público e especialistas). (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.5)

> Refletindo o amadurecimento dos processos de governança e planejamento da empresa, consolidamos o Programa de ESG Zilor + Sustentável 2030, com ações que reforçam a conexão entre o negócio e os desafios de desenvolvimento sustentável. Também em 2022/2023, aprovamos a incorporação de metas ambientais, sociais e de governança aos critérios de remuneração variável do CEO e todos os colaboradores, a partir da próxima safra. Medidas como essa reiteram o compromisso dos acionistas e da administração com a consolidação de uma Zilor resiliente, responsável e sintonizada às necessidades da sociedade. Nossa cultura segue em evolução, e acreditamos estar preparados para lidar com riscos e oportunidades próprios do negócio – a exemplo das mudanças climáticas, da transição energética e da busca de produtividade e excelência no campo e na indústria. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.7)

A empresa possui ações em todas as áreas abaixo mencionadas, já mencionando qual objetivo do desenvolvimento sustentável sua prática está vinculada:

Tema material GRI 3-2	Abordagem	ODS
Estratégia e compliance	Abrange a governança dos negócios, a fim de garantir uma atuação ética, íntegra e em conformidade com a legislação. Inclui ainda a expectativa dos *stakeholders* por clareza na tomada de decisão e no direcionamento estratégico da Companhia e o alinhamento de premissas e diretrizes para as duas divisões de negócios.	8 9 16
Inovação e produtividade	Reúne o desempenho operacional das duas divisões e as iniciativas de inovação aplicada nas atividades. Abrange a busca incessante por melhoria de *performance* e produtividade, do campo à indústria.	9
Mudanças Climáticas	Perspectivas de mitigação e adaptação à mudança climática. Na primeira, destacam-se iniciativas para reduzir o consumo de combustíveis, ampliar a presença de fontes renováveis de energia e, com isso, reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas às operações. Na segunda, a temática central do setor é o papel do etanol na descarbonização da cadeia de valor.	3 6 7 8 11 12 14 15 13 16
Recursos hídricos	Impactos da Companhia sobre a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos nas regiões em que opera. Uma vez que a água é necessária tanto nas atividades agrícolas quanto nas industriais, há preocupação sobre os impactos associados a esse consumo e as práticas adotadas pela Companhia para reduzir sua demanda hídrica.	6 8 9 12

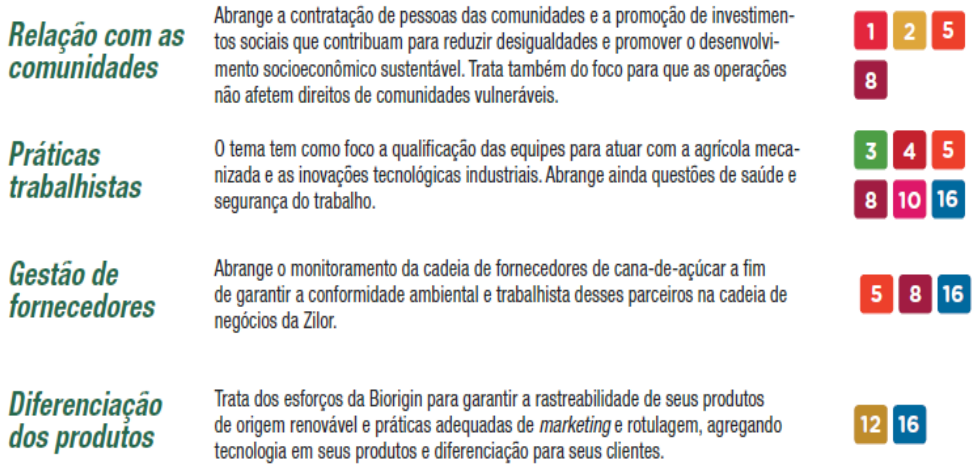

Figura 1 - Tópicos Prioritários Corporativos Zilor Energia e Alimentos (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 6).

Como um de seus destaques, o relatório anual de sustentabilidade da Zilor aponta: 1) Desenvolvimento Social, com mais de 3,7 milhões para apoio às comunidades, entre recursos próprios e aportes via Leis de Incentivo; 2) R$ 2,3 milhões em impacto positivo (Retorno do Investimento Social – S-ROI) na geração de emprego e renda nas comunidades, via projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura (IR); 3) 0,41 de taxa de frequência de acidentes com afastamento, quase 66% abaixo da safra 2021/2022, além de R$ 16 milhões em investimentos em projetos de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.15)

Houve ainda: 220 ações de patrocínios e doação, 27 projetos sociais beneficiados, 30 instituições atendidas nas comunidades do entorno, mais de 1 milhão de mudas plantadas desde 2014 (Programa Florestar), 631 hectares de áreas de reflorestamento desde 2014 (Programa Florestar) equivalente a 631 campos de futebol. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.16)

Outro destaque da empresa é o Programa de Parcerias Agrícolas, considerado como um diferencial competitivo e uma força da Companhia nesse sentido: investe-se no fortalecimento de laços e nos controles ESG com os produtores parceiros de cana-de-açúcar, combinando a gestão de riscos e o crescimento sustentado dos negócios. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 8)

No quesito rastreabilidade e à garantia de conformidade em todo o processo de plantio, colheita e provimento de matéria-prima integra as ações de acompanhamento dos fornecedores. Visitas presenciais e avaliações documentais integram as rotinas da equipe dedicada da Zilor, com a geração do Índice de

Desempenho Socioambiental, indicador próprio focado na análise de performance dos fornecedores e no monitoramento de riscos. A Companhia conta com uma matriz de priorização de riscos e um plano de ações, inspirado pelo mapeamento de potenciais impactos na cadeia. Todas as não conformidades identificadas em auditorias são tratadas em planos de ação com os parceiros. Durante 2022/2023: 1) Não houve caso confirmado de violação de direitos humanos nos fornecedores, como trabalho escravo, infantil ou degradante registrados nos fornecedores de cana da Zilor; 2) Houve apenas não conformidades consideradas menores e sem riscos para o negócio e para manutenção das certificações (58 casos – identificados por auditorias internas em 48 casos; e externas, em dez casos) em fornecedores nas auditorias de responsabilidade socioambiental que já foram tratadas e reportadas à certificadora. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 96).

Durante a safra, a Zilor também avançou de modo relevante seus procedimentos ligados à gestão de pessoas. Foi contratada uma consultoria especializada para promover diagnósticos de maturidade em seus processos de Pessoas & Organização. Em linha com o esforço de aprofundar o entendimento de seus progressos e desafios futuros, a Companhia desenhou um plano de trabalho para aprimoramento dos programas de P&O, em atenção à experiência do colaborador. Na linha de Gestão de Desempenho e Gestão de Competências, a Zilor realizou avaliação de competências 360 graus e 9Box, na safra 2022/2023, direcionada às lideranças. Nessa fase, a iniciativa foi realizada com 100% dos gerentes. No processo, são mapeadas as lideranças com desempenho em gestão de pessoas e resultados. Após as avaliações, ocorrem as Conversas de Desenvolvimento (feedback) e os Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), para a promoção das competências. Na avaliação 9Box, são mapeados os colaboradores com alto potencial/ entrega de resultados que poderão ocupar futuras posições de sucessão ou novas oportunidades de carreira. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.81)

O Programa + Inclusão & Diversidade tomou corpo ao longo da safra 2022/2023. Com um formato transversal e propositivo, visa traçar uma rota de desenvolvimento organizacional, alinhada à cultura empresarial da Zilor. A iniciativa reúne ações de pesquisa e conhecimento sobre a temática, engajamento das colaboradoras e dos colaboradores por meio de campanhas de comunicação,

disseminação da importância da inclusão e diversidade e capacitações para as lideranças e equipes. O programa abrange ações para promover informações sobre:

Figura 2- Figura 2: Programa + Inclusão & Diversidade. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 92)

O foco inicial da Zilor é atuar na promoção da equidade de gênero em todas as unidades e operações, inclusive em cargos de liderança. Paralelamente, a Companhia atua fortemente nas campanhas de conscientização e engajamento, por meio de uma agenda positiva mensal de comunicação. O objetivo é disseminar conhecimento sobre esses temas fortalecendo a reflexão acerca do legado de cada indivíduo para transformar o ambiente de trabalho e a sociedade em lugares mais respeitosos, empáticos e com oportunidades justas. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, p . 92).

Dentre as políticas da Zilor voltadas à equidade de gênero, vale destacar: 1) Equidade salarial: homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo possuem a mesma faixa salarial; 2) Combate a todo tipo de assédio por meio do Canal de Ética, aberto a todos os públicos, ferramenta segura e confidencial, as denúncias são recebidas por uma empresa independente e especializada, com atendimento 24 horas, sete dias por semana; 3) Desenvolvimento de cargos e lideranças, onde mulheres participam do programa e hoje representam 21% das lideranças na empresa; 4) Licença-maternidade estendida para gestante: a Zilor adota o modelo Projeto Empresa Cidadã, que garante o período de seis meses de licença-

maternidade e estabilidade no retorno às suas funções. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, p . 93).

No Programa "Zilor É + Social", a empresa tem como objetivo ampliar o alcance dos investimentos sociais e fortalecer o desenvolvimento local, realizando aportes financeiros para apoio a projetos sociais por meio das leis de incentivo federais, atuando a partir da Lei Rouanet (incentivo à cultura), Lei do Esporte, Fundo do Idoso e Fundo de Apoio à Criança e ao Adolescente. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, p .99).

Figura 3 - Zilor + Social. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 99).

A Zilor realiza chamamentos públicos para proponentes nas comunidades (produtores de projetos esportivos, sociais ou culturais), promove a capacitação desses artistas, produtores do esporte e de cidadania, promove uma seleção de projetos, no modelo de edital, realiza o aporte de recursos financeiros via leis de incentivo fiscal (IR), acompanha a implementação dos projetos nas comunidades e monitora o impacto social gerado nessas comunidades, como a geração de emprego

e renda, além das pessoas beneficiadas com os projetos nas comunidades. Assim, promove um ciclo virtuoso de iniciativas para dar sustentabilidade às comunidades nos municípios em que a Companhia tem operações. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.99).

Entre os projetos e organizações locais contemplados estão: Festival Integrado de Literatura de Lençóis Paulista (Fillp): o evento, em sua 14ª edição, reuniu uma série de atrações da literatura, música, teatro, dança e contação de histórias. Depois de dois anos em formato virtual, o festival pôde retomar os encontros presenciais para crianças, adolescentes e adultos no Teatro Municipal Adélia Lorenzetti. Associação Lençoense de Incentivo à Cultura: programa voltado a levar peças teatrais ao município de Lençóis Paulista, com apresentações no Teatro Municipal Adélia Lorenzetti. Projeto Sempre Vôlei: iniciativa que leva profissionais de vôlei a escolas de Lençóis Paulista para ensinar fundamentos desse esporte a crianças. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 100).

No montante geral, foram R$ 3,7 milhões destinados às comunidades em investimento próprio e recursos incentivados. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 102).

A prevenção de impactos negativos potenciais e reais se inicia no processo de fabricação de etanol e açúcar, com foco em garantir a menor pegada de carbono possível. A gestão de resíduos, o controle de emissões e o uso de recursos naturais são foco. A cadeia produtiva também é objeto de parceria com os produtores de cana-de-açúcar, com ações que abrangem manejo do solo, conservação de biodiversidade e uso responsável de agroquímicos. Além disso, a produção de energia feita a partir do bagaço de cana-de-açúcar constitui uma oportunidade de impactar positivamente a transição energética, com fonte de eletricidade renovável e potencial de circularidade para os subprodutos do negócio agroindustrial. Esse benefício, diretamente atrelado ao produto, é reconhecido por iniciativas como o Programa RenovaBio, política pública brasileira que estabelece linhas para a descarbonização da matriz de combustíveis do País. A ação, inclusive, resulta em mais de R$ 44 milhões de receita (safra 2022/2023) da Zilor com a comercialização de Créditos de Descarbonização (CBIOs). (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 104).

Diante dos resultados consolidados na Safra 2022/2023, a Zilor celebrou 13 recordes, como eficiência industrial, produtividade agrícola, moagem, na produção

de açúcar e energia, ingredientes de origem natural, entre outros, com comemoração especial por meio do Programa Celebrar – Metas e Resultados – para as equipes nas unidades durante as refeições, com o reconhecimento das lideranças. (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P. 73). Neste ano, a empresa entregou o melhor resultado da história da Companhia, com recorde na receita líquida de R$ 3,4 bilhões (ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS, P.7).

3.3.2: Companhia Energética Nardini

A Companhia Energética Nardini, uma indústria brasileira que se tornou uma das maiores do setor sucroenergético nacional. A produção está focada nos melhores resultados e em produtos com maior valor agregado, como açúcar cristal e etanol anidro. A empresa também produz energia elétrica a partir de biomassa, por meio da nossa subsidiária CEN (Companhia Energética Nardini). Fundada em 1973, com valores baseados na transparência, responsabilidade e na atuação ética, herdados e seguidos à risca pelos continuadores da obra do nosso fundador, Aurélio Nardini, a forma de trabalhar da empresa garante bem-estar e segurança aos colaboradores e à comunidade onde estão inseridos. Atualmente, as atividades industriais são desenvolvidas no município de Vista Alegre do Alto e a produção de cana-de-açúcar está distribuída em diversas cidades do interior do Estado de São Paulo. A capacidade de moagem é de 4,7 milhões de toneladas de cana por safra. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.6)

O Relatório Anual de Sustentabilidade, referente ao ano safra 2021/2022, é elaborado com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), um dos padrões mais utilizados no mundo. Em consonância, a empresa apresenta suas contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.2)

Dentre os resultados alcançados pela empresa, destaca-se: 1) Moagem de 3,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar; 2) Aumento de 129% nos investimentos; 3) Mais de 80 milhões investidos na unidade Aporé; 4) Mais de 560% de aumento em valores distribuídos à comunidade; 5) Valorização de 63% de nosso ativo biológico; 6) Aumento de 19,7% no Lucro Operacional; 7) Aumento de 44% no Patrimônio Líquido; 8) Redução de 9,7% da Dúvida Líquida; 9) Produção 3.484.625 GJ de energia; 10)

Redução de quase 20% no consumo específico de água por tonelada de cana, em comparação com a safra anterior; 11) 100% dos resíduos reutilizados, reciclados ou destinados adequadamente; 12) Redução de 62% nos acidentes com afastamento; 13) Eleita a melhor usina do setor na categoria mecanização agrícola, na 18ª edição do prêmio Visão Agro. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.5)

Com apoio de consultoria especializada, foram identificados o que representa os principais riscos para a perenidade da empresa, a fim de estabelecer respostas e monitoramento. Para todos os riscos classificados em uma matriz, há um plano de ação do gestor responsável por ele. Os riscos mapeados são reportados à direção da companhia em reuniões periódicas de acompanhamento, bem como as ações tomadas e seu respectivo andamento, visando manter o bom funcionamento da empresa. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.21)

Figura 4 - Principais Riscos. COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.21

Mesmo com o cenário desfavorável desta safra, a empresa afirma em seu relatório que conseguiu superar os altos patamares atingidos na última safra, com todos os nossos principais índices econômicos e financeiros com variação positiva, demonstrando que as operações da Nardini seguem sólidas e equilibradas. A

empresa teve um aumento de mais de 11% na receita bruta e de 19,7% no lucro operacional, mesmo com as reduções na produção. O patrimônio líquido foi o índice que teve maior incremento, com variação positiva de 44,6%, o que demonstra a capacidade da valorização do negócio, mesmo frente às adversidades. Além dos avanços nos resultados, a empresa conseguiu manter a dívida líquida, reduzindo quase 10% em relação à última safra, onde 18% da dívida se classifica como de curto prazo, contra os 22% obtidos na última análise.

A alavancagem financeira também teve redução, representando aumento dos investimentos próprios, porém com o saldo em caixa aumentando em 12,1%. Ou seja, mesmo com menor alavancagem, a empresa conseguiu administrar seus recursos para reduzir as dívidas e ainda deixar em caixa valor maior do que o encontrado no resultado da safra 2020/2021. Tais dados reforçam a segurança e o equilíbrio com que as contas da empresa vêm sendo conduzidas, resultado da continuidade da boa gestão operacional e, também, do trabalho desenvolvido por cada membro da equipe. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.16)

A empresa também afirma continuar trazendo benefícios diretos e indiretos, principalmente em se tratando de retorno à comunidade. A Nardini continua sendo a maior empregadora dos municípios em que tem unidades de operação, focando na contratação de profissionais e fornecedores locais, investindo e contribuindo para o desenvolvimento local. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.17)

Outro destaque foi que a empresa completou mais uma safra sem nenhuma denúncia de casos de corrupção, concorrência desleal, truste e monopólio. O Canal de Ética e de Ouvidoria seguem ativos e de prontidão, caso haja situações de risco, estando todos os colaboradores instruídos quanto às boas-práticas e trato das questões. A empresa está em contínua melhoria de suas práticas e controles anticorrupção avaliando, sob esta ótica, diversas operações, como:

• Contratação de terceiros;

• Contato com órgãos e entidades fiscalizadoras nas áreas tributária e trabalhista, nas esferas municipal, estadual e federal;

• Contato com agentes do ministério público e justiças estaduais e federais;

• Obtenção de licenças, autorizações, renovação ou regularização junto a agências reguladoras, como: ANP, ANEEL, etc.

Reforçando a transparência, submetemos nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas à auditoria realizada por empresa externa independente e especializada, onde foi constatado que todos os dados apresentados, bem como a posição patrimonial e financeira da Nardini, encontram- se de acordo com as boas práticas contábeis brasileiras, sempre se mantendo o respeito com a conformidade legal de suas operações e resultados.

A administração e os colaboradores da empresa estão assumindo, cada vez mais, o comprometimento com a integridade, o que traz segurança ao negócio. Dessa forma, temos mantido boas relações com todos os nossos principais stakeholders, promovendo o bem-estar geral da sociedade do nosso entorno. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.18)

Para reforçar o time, 1.203 colaboradores foram admitidos, entre efetivos e safristas. A empresa encerrou a safra 2021/2022 com 3.528 colaboradores, com rotatividade de 38%. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P. 19)

Em alguns de seus programas internos, a Nardini apresenta:

Programa Planejando o Futuro: O Programa é voltado para a preparação de colaboradores para a aposentadoria e tem, como objetivo, fomentar a saúde financeira, espiritual, emocional, social e física do colaborador, resultando em uma melhor qualidade de vida. Considera esta fase como parte de um processo inerente à carreira e à vida produtiva das pessoas - um recomeço. Estimula, também, o compromisso com um bom planejamento financeiro. Este programa ocorre durante a entressafra, com 30 participantes. São ministradas aulas teóricas e com atividades práticas sobre cada tema, todos são estimulados ao um futuro mais consciente. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.19)

Programa Aprendiz Nardini: O Programa Aprendiz da Nardini promove a inserção de jovens no mercado de trabalho, incentivando o desenvolvimento e profissionalização. Além do setor Administrativo, que atende o programa com 60 alunos realizando diversas atividades de rotina administrativa, o programa também conta com uma turma de 19 jovens no setor Automotivo da empresa, com projetos pensados para o desenvolvimento dos jovens e o comprometimento das lideranças em passar adiante o ensinamento da profissão, formando futuros profissionais para o mercado de trabalho, bem como para a própria Nardini. Na próxima safra será iniciado o programa de Estágio da Nardini com visão mais estratégica para o negócio,

propiciando projetos futuros. Nos interessamos pela valorização de nossos colaboradores, por essa razão, buscamos sempre melhorar a cada ano, incentivando-os ao desenvolvimento e, por ações assim, obtivemos o selo Great Place To Work, sendo reconhecidos como uma ótima empresa para trabalhar, pelo terceiro ano consecutivo. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.19)

Programa de Apoio Pessoal: Nessa safra um novo benefício passou a ser oferecido aos colaboradores e seus dependentes, o Programa de Apoio Pessoal. O Programa consiste em orientação psicológica, jurídica e financeira gratuita e sigilosa pelo telefone 0800 779 9979, de segunda a sexta-feira das 7h às 20h. O atendimento é humanizado, 100% realizado por profissionais capacitados, cada um em sua área de atuação, tendo como objeto o bem maior que é o ser humano. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.20)

Capacitação e Treinamentos: Nesta safra os resultados só foram possíveis por meio da união e comprometimento de nossa equipe, além de todo o preparo que tiveram em mais de 320 treinamentos realizados, contabilizando mais de 58.000 horas de treinamento e capacitação. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.20)

Diversidade: Enfrentando os desafios existentes no setor sucroenergético, especialmente relacionados à questão de gênero e seguindo os valores de respeito e trabalho em equipe, a empresa apoia e acredita na diversidade. Por isso, a empresa está incluindo, cada vez mais, mulheres em nossas operações. Nesta safra, o número de profissionais mulheres no setor agrícola aumentou generosamente, isso porque houve motivação e incentivo ao desenvolvimento profissional. As frentes de trabalho passaram a contar com grandes mulheres em seu time, como: motoristas canavieiras, operadoras, além de outras contratações em cargos estratégicos. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.21)

"Empresas Parceiras do Bem" Hospital de Base de Rio Preto: No final de dezembro de 2021, a empresa fez doações ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), junto à Fundação Faculdade Regional de Medicina (FUNFARME) de São José do Rio Preto/SP. A ação contribuirá com projeto de sala cirúrgica inteligente e projeto de reabilitação profissional e emprego para pessoas com deficiência, atendidas pelo Sistema Único de Saúde

(SUS), na Rede de Reabilitação Lucy Montoro de São José do Rio Preto. Para solenidade de lançamentos dos projetos apoiados e incentivados, no dia 22 de março, a FURFARME realizou o evento “Empresas Parceiras do Bem 2021”, que com contou com a presença de lideranças de grupos empresariais nacionais, internacionais e autoridades públicas. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.21)

Doação de mais de 15 mil litros de Álcool 70%: No período da pandemia, a empresa desenvolveu diversas ações internas e externas para o combate da COVID-19. Uma das importantes ações realizadas foi a doação de álcool 70% para hospitais e prefeituras de toda região que atendem entidades que cuidam de crianças e idosos. A empresa doou mais de 15.000 litros. Importante lembrar que o álcool 70% é um dos principais agentes utilizados para higienização de superfícies e para evitar a propagação do vírus, pois age de maneira instantânea nos microrganismos e de forma satisfatória na prevenção de infecção. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.21)

Projeto De Volta pra Casa: Em março, as crianças ganhadoras do projeto “De Volta Pra Casa 2022” estiveram no Clube Recreativo da Nardini, juntamente com os pais, para uma manhã repleta de brincadeiras, conhecimento e diversão. O objetivo do prêmio é conscientizar os colaboradores quanto à importância do comportamento seguro, por meio de desenhos feitos por seus filhos/irmãos, lembrando-os de que, ao final do expediente, devem voltar bem e seguros para suas famílias. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.21)

Campanha do Agasalho: Neste ano a campanha aconteceu nas duas unidades da Nardini, em Aporé e em Vista Alegre do Alto. As doações foram destinadas a causas sociais, contribuindo para aquecer o inverno de muitas famílias que passam por dificuldades. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.21)

Inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD’S): Implantado pela Nardini em 2007, é um Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiências (PcD’s), em parceria com o Centro de Referência no Atendimento aos PcD’s da Escola “Ítalo Bologna”, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Itu (SP). O objetivo do programa é incentivar a inclusão de deficientes no mercado de trabalho, eliminando a discriminação e preconceitos existentes na sociedade. E, neste sentido, o trabalho vem tomando grandes proporções, envolvendo firmemente a comunidade, parceiros como APAE´s e centros de atendimentos especializados. Na próxima safra,

o Programa proporcionará treinamento especializado a equipe da área de Gente & Gestão e lideranças, sobre o assunto. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.21)

No projeto "#SegurançaéVida", a implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional tem sua base na norma ISO 45.001, internacionalmente reconhecida pelo sistema de gestão de riscos. O sistema está sendo implementado em todas as áreas da empresa (industrial, administrativo, automotiva e agrícola), por empresa especializada, que gerencia o processo de implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança. A melhoria contínua do SSMA se dá por meio da metodologia PDCA. Nessa safra foi iniciado o projeto, contemplando ferramentas técnicas estruturantes e culturais. A empresa atingiu uma redução de 62% nos acidentes com afastamento durante a safra 2021/2022. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.22)

Na cadeira de fornecedores, a empresa busca garantir os valores e objetivos, pautados na qualidade e sustentabilidade, sejam disseminados, garantindo uma relação de confiança com nossos parceiros. Para isto, 100% dos fornecedores da empresa são constantemente avaliados e suas obrigações sociais e ambientais são pré-requisito para assinatura de contratos. Dentre as exigências, podemos destacar: Estatuto da Terra, Legislação Ambiental, Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos requisitos de manutenção do Padrão de Produção e Cadeia de Custódia de Balanço de Massa da certificação Bonsucro. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.23)

Na Gestão ambiental, a empresa apresenta o seguinte quadro:

Figura 5 - Plano Gestão Ambiental: COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.24

Biodiversidade: A empresa se diz consciente da responsabilidade ambiental e social que o desenvolvimento econômico determina e entende que a proteção dos recursos naturais é fundamental para a preservação das gerações futuras e para a perpetuidade da própria empresa. Nenhuma das unidades operacionais, seja própria, arrendada ou gerida, está dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental. Todas as áreas próprias da empresa se encontram registradas no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), com áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais respeitadas, monitoradas e gradativamente restauradas por meio de regeneração natural e plantio de mudas de espécies nativas, visando enriquecimento dos corredores ecológicos. Atualmente, dos 1.120 ha de APP's e reservas legais existentes, somente 19 ha encontram-se em estágio inicial de regeneração e estão em processo de restauração ecológica, com acompanhamento, até a área apresentar indícios da estabilização natural, criando condições favoráveis para prosseguir em seus demais estágios sucessionais. Todo o restante se encontra em estágio médio a avançado de regeneração. Em propriedades de fornecedores, a empresa fomenta a restauração florestal em áreas protegidas, por

meio de orientação e doação de mudas, quando necessário. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.26)

A empresa também afirma em seu relatório que a avaliação dos impactos ambientais possibilitou identificar questões significativas no que se refere à ocorrência de impactos negativos das nossas operações, considerando que são todos passíveis de mitigação por meio da implantação de medidas preventivas, de monitoramento e/ou compensatórias. Em situações específicas, onde há necessidade de implantação de um plano de monitoramento, considera-se que as medidas adotadas são eficientes e suficientes para oferecer proteção ao meio ambiente. O diagnóstico ambiental da nossa área de influência direta, registrou que as áreas objeto de ampliação já estão antropizadas e consolidadas há décadas. No que se refere aos aspectos relativos ao meio biótico, buscamos desenvolver programas de conservação e proteção de APP's e fragmentos florestais, que além dos serviços ecossistêmicos que prestam, também oferecem alimento e servem de abrigo à fauna terrestre, avifauna e fauna aquática. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.27)

Nos inventários faunísticos realizados, foram registradas 25 espécies de mamíferos, 193 aves, 25 anfíbios, 11 répteis e 40 peixes. O principal fator de impacto sobre a fauna no interior das nossas operações é o atropelamento. Para isso, é exigido de todo colaborador o relato por meio do departamento ambiental quando presenciar o fato e, se possível, registrar a ocorrência com fotos. De acordo com as ocorrências são adotadas medidas mitigadoras. Os animais silvestres atingidos por incêndios, são encaminhados para o Hospital Veterinário da UNESP de Jaboticabal para avaliação e tratamentos julgados necessários pela equipe veterinária. Para avaliar a qualidade ambiental nas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da fauna silvestre, associadas às áreas de produção agrícola, é realizado o monitoramento, por dois anos, de espécies bioindicadoras da mastofauna.(COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.27)

Nos levantamentos florísticos realizados por meio de sobreposição de imagens de satélite e levantamento de campo, foram identificadas todas as APP,s nas propriedades do escopo Bonsucro. Todas as áreas próprias se encontram registradas no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), onde constam todas as informações ambientais pertinentes. As áreas de preservação totalizam 1.120 ha que

são monitorados por dois anos, a fim de determinar as áreas que necessitam de restauração ecológica. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.27)

A manutenção das áreas reflorestadas é realizada periodicamente, com a entrega dos respectivos relatórios de acompanhamento dos Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental, firmados junto aos órgãos ambientais competentes. Com viveiro de mudas próprio, temos como objetivo, plantar anualmente 20.000 mudas de árvores nativas em áreas próprias ou de terceiros, incluindo, nesta quantia, as doações a fornecedores e parceiros regionais, como prefeituras. Na última década foram produzidas e plantadas na região mais de 420.000 mudas. (COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI, P.27)

3.3.3: Raízen

A Raízen, referência global em bioenergia, completou 10 anos em junho de 2021. Uma empresa posicionada para um novo ciclo de crescimento e expansão, proporcionando uma matriz energética cada vez mais limpa e competitiva. O que credencia a empresa a isso é uma trajetória que transformou de produtora de açúcar, etanol, bioenergia e distribuidora de combustíveis em plataforma única e integrada de negócios de energia. A partir de um modelo de atuação irreplicável, a empresa tem o propósito de prover a energia de que a sociedade precisa hoje e desenvolver novas formas de energia para o futuro, sempre com vistas para uma transição energética gradual e sustentável, colaborando para uma economia de baixo carbono. O ponto de partida é a matéria-prima, a cana-de-açúcar, da qual se produz açúcar, etanol e bioeletricidade. Também é investido continuamente em soluções com base em fontes renováveis, como solar e biomassa, e são distribuídos e comercializados combustíveis sob a licença da marca Shell, suprindo rede de postos de serviços, bases em aeroportos e clientes B2B no Brasil e na Argentina. As operações incluem ainda as lojas de conveniência Shell Select e os mercados de proximidade OXXO do Grupo Nós. (RAÍZEN, P.12)

Com receita operacional líquida de R$ 114,6 bilhões em 2020/2021, a empresa conta com mais de 30 mil funcionários e funcionárias no Brasil e na Argentina, além de parcerias com produtores de cana, transportadoras e revendedores, gerando renda e dinamizando a economia. A empresa também entende a performance social como parte da estratégia e, por meio da Fundação

Raízen, impulsiona crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social a protagonizarem os próprios caminhos. Ao lado desses públicos, superamos desafios e adquirimos muito aprendizado, sobretudo durante a pandemia da Covid-19, que alterou as prioridades de governos, empresas e pessoas, ao passo em que evidenciou a necessidade de se reinventar. (RAÍZEN, P.13)

Como quadro-resumo, a Raízen apresenta: 1) O lucro líquido atribuível a acionistas controladores somou R$1,5 bilhão no período; 2) R$ 6,6 bilhões de EBITDA combinado e consolidado ajustado; 3) EBITDA consolidado ajustado de R$ 2,7 bilhões em Marketing & Serviços; 4) R$ 1,7 bilhão de EBITDA ajustado no negócio de Açúcar, aumento de 60% em relação à safra anterior; 5) R$ 2,2 bilhões de EBITDA ajustado na frente de Renováveis Melhoria de 6% na produtividade agrícola em comparação com a safra 2019/2020; 6) Moagem de 61,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. (RAÍZEN, P.55)

O Plano Estratégico de Sustentabilidade busca endereçar ações e definir metas de acordo com cada tema priorizado, visando à continuidade dos negócios. A diretriz é composta por ambições de longo prazo, planos de ação de curto e médio prazo, além de metas a serem estrategicamente estruturadas e desdobradas ao longo das safras para cada tema material, um dos quais referente às mudanças climáticas, cuja ambição é nos posicionar como protagonista na transição para uma economia de baixo carbono. Para isso, uma das estratégias é manter o gerenciamento das emissões de gases de efeito estufa (GEE), além das abaixo mencionadas: (RAÍZEN, P.76)

Tabela 2 - Plano Estratégico de Sustentabilidade – Temas Prioritários Raízen

TEMAS - GRI 102-44	AMBIÇÃO E ESCOPO - GRI 103-1	COMPROMISSOS ESG ASSUMIDOS PUBLICAMENTE - GRI 102-12	ODS RELACIONADOS
Mudanças climáticas e transição energética	Nossa ambição é protagonizar a transição energética, provendo a energia de que a sociedade precisa hoje ao passo em que desenvolvemos novas formas de energia para o futuro, colaborando para uma economia de baixo carbono. O tema inclui, além de nossa estratégia para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, a forma como monitoramos as nossas emissões atmosféricas e o nosso consumo de energia, bem como apoiamos na redução da pegada de carbono dos nossos clientes.	1) Reduzir a pegada de carbono de etanol e açúcar em 10%	7, 9, 11, 12, 13
Gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente	Queremos ser reconhecidos pela eficiência na gestão hídrica e pela excelência na gestão do uso da terra como principal exemplo nos setores em que atuamos. O tema abrange políticas e práticas relacionadas à gestão de riscos, de saúde, segurança e meio ambiente (como água, biodiversidade, resíduos, acidentes de trabalho), considerando as especificidades de cada negócio. Inclui ainda questões relacionadas à integridade das operações e segurança cibernética.	2) Reduzir a captação de água de fontes externas em 10% 3) Aumentar o indicador GJ/ha em 15% 6) Manter todas as unidades em operação certificadas por um padrão internacionalmente reconhecido	3, 6, 11, 12, 15
Governança, ética e compliance	Consideramos critérios sociais e ambientais na seleção de nossa matéria-prima, buscando assegurar a rastreabilidade de 100% da cana-de-açúcar que moemos, tanto própria quanto de terceiros. Também empreendemos esforços em robusto programa de ética e compliance a fim de que seja referência nos segmentos em que atuamos e sinônimo de boas práticas de governança do mercado em geral. O tema diz ainda respeito à difusão de	4) Garantir um sistema robusto para rastreabilidade de 100% do volume de cana moída 8) Influenciar de maneira ativa nossos parceiros estratégicos a eliminarem os riscos de violação dos nossos valores	2, 5, 8, 12, 16

	políticas internas e de princípios de conduta, bem como ao combate às diferentes formas de corrupção, concorrência desleal e demais práticas que repudiamos.	de ética e compliance	
Inovação, desenvolvimento e economia circular	Buscar inovação incremental ou disruptiva faz parte do dia a dia do nosso time, estimulado a realizar agora, olhando para o futuro. O tema considera questões relacionadas à eficiência energética e ao máximo aproveitamento da nossa matéria-prima e dos recursos naturais, bem como investimentos em novas tecnologias para melhoria dos processos, pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços, antecipação de tendências do mercado e busca contínua pela circularidade da cadeia e dos negócios.	1) Reduzir a pegada de carbono de etanol e açúcar em 10% 2) Reduzir a captação de água de fontes externas em 10% 3) Aumentar o indicador GJ/ha em 15%	9 e 12
Relacionamento com comunidades	Temos a intenção de potencializar o desenvolvimento socioeconômico nos entornos das operações de forma integrada às estratégias de negócio, sendo referência em impacto social positivo nos setores em que atuamos, ao passo em que: proporcionamos experiências significativas para funcionários e funcionárias, bem como comunidades; impulsionamos uma rede de solidariedade; mobilizamos recursos públicos e privados de forma planejada, monitorada e sistemática; e promovemos transformação social e geração de negócios ao longo da cadeia de valor. O tema considera a nossa Estratégia de Performance Social e as ações empreendidas pela Fundação Raízen, voltadas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes autônomos, protagonistas e cidadãos.	9) 100% de entornos** contemplados pela Fundação Raízen	1, 3, 4, 11, 12, 16, 17

Direitos humanos, diversidade e inclusão	Almejamos mobilizar nossa cadeia de valor na eliminação dos riscos de violação aos direitos humanos e na promoção da equidade e do respeito às individualidades. O tema trata da mitigação de riscos relacionados a assédio, discriminação e trabalho escravo, degradante ou infantil – dentro e fora do time. Inclui ainda questões relacionadas a liberdades sindical e individual.	5) Garantir programas de sustentabilidade internacionalmente reconhecidos para as fontes de cana-de-açúcar 7) Promover avanços na área de direitos humanos em nossas operações e em nossa cadeia de suprimentos 10) Alcançar 30% de mulheres em cargos de liderança, a partir de gerência, até 2025	1, 5, 8, 10, 16
Desempenho econômico-financeiro e expansão dos negócios	Abrange a excelência na gestão econômico-financeira, a estratégia de expansão dos negócios e a disciplina na alocação de capital combinada com a aplicação de critérios ESG no processo decisório. Não há compromissos diretamente relacionados, pois trata-se de um tema transversal, que orienta a condução dos demais, uma vez que sempre tratamos o conceito EESG, com acréscimo de Economics, como sendo nosso quarto pilar de sustentabilidade e mecanismo de criação de valor para o futuro.	Não aplicável	7, 8, 9, 12, 16, 17

Tabela 2: Plano Estratégico de Sustentabilidade – Temas Prioritários. (RAÍZEN, P.6-9)

A empresa já é um importante player em mercados que visam à descarbonização de suas matrizes energéticas e que utilizam programas específicos com ferramentas e padrões de cálculo de pegada de carbono. Querendo ir além, a empresa assume o compromisso público de reduzir a pegada de carbono do etanol (MJ) e açúcar (Kg) em 10% até 2030 em nossas operações. A meta é baseada na intensidade, em comparação com safra 2018/2019 e com a projeção baseada para a safra 2029/2030.

A empresa investe em pesquisa e desenvolvimento, buscando constantemente inovações que aumentem produtividade e eficiência energética e reduzam a pegada de carbono de seus produtos. No plano tático, todos os projetos que envolvem as fontes mais relevantes da pegada de carbono (como uso de

fertilizantes sintéticos, corretivo no solo ou consumo de diesel) têm suas emissões estimadas e projetadas antes da execução. (RAÍZEN, P.76)

As projeções para mudanças climáticas, a partir da média do conjunto de modelos climáticos do IPCC5 (IPCC AR5), indicam aumento de temperatura sobre toda a América do Sul, e o intervalo de variação de temperatura projetado pela média do conjunto sobre o Brasil está entre:

- Clima atual: para o cenário otimista, aumento de 1-2°C; e, para o pessimista, aumento de 2-3°C.
- Clima futuro: para o cenário otimista, aumento de 2-3ºC; e, para o pessimista, acima de 5ºC.

Em relação às projeções de mudanças de precipitação, a média do conjunto do modelo em questão indicou um pequeno aumento da precipitação ao longo do verão em quase toda a América do Sul para 2081-2100, porém em diversos estudos foi encontrada baixa confiabilidade nas projeções das precipitações, dadas as disparidades encontradas.

O efeito das mudanças climáticas no cultivo da cana-de-açúcar foi avaliado, pois episódios anteriores mostraram como as flutuações climáticas podem impactar negativamente a produção, embora a cultura seja mais resiliente em relação a outras. Considerando os efeitos conjuntos do aumento da temperatura e mudanças nos padrões de chuvas, estão previstos aumento de produtividade da cana-de-açúcar e aumento da eficiência do uso da água. (RAÍZEN, P. 77).

A cana-de-açúcar é uma das culturas cuja produtividade menos sofrerá os impactos das mudanças, com ganho ou poucas variações de produtividade, principalmente na região Sudeste, e esses aspectos se replicam na nossa cadeia de fornecimento de cana. As conclusões foram comparadas com as tendências de mercado e a realidade de todas as operações, incluindo cultivo, produção de açúcar, etanol e bioenergia e distribuição de combustíveis. Foi possível mapear riscos e oportunidades em todos os setores. (RAÍZEN, P. 77).

Com todos os riscos e oportunidades mapeados, foram envolvidas áreas internas para ranquear os riscos de maior impacto nos negócios classificando-os entre as naturezas física, regulatória, reputacional ou de mercado. Os impactos associados aos riscos mapeados poderiam ocasionar queda de produtividade ou danos às nossas estruturas físicas, ao passo em que as oportunidades resultam em maior participação

de mercado, facilidade de acesso a crédito mais barato e geração de receita por meio de mecanismos de precificação de carbono. Como medidas de gestão desses riscos e oportunidades, realiza-se um acompanhamento de demandas e tendências de mercado, bem como busca-se adotar medidas internas, como a gestão robusta das nossas emissões, por meio do monitoramento anual do inventário de gases do efeito estufa (GEE) e da análise do ciclo de vida (ACV), que avalia a pegada de carbono dos produtos. (RAÍZEN, P. 77)

A empresa utiliza água em seus processos industriais para resfriamentos, geração de vapor, diluições, entre outras aplicações. Suas fontes são águas superficiais e água retirada da própria cana, minimizando a captação de fontes externas. A empresa investe em ações para a redução de captação/consumo de água, tais como fechamento de circuitos de água (fabricação de açúcar, resfriamento da fermentação e condensação de etanol, entre outros), instalações de torres de resfriamento, aproveitamento de condensado de vapor (água gerada no processo) em etapas da produção, deixando de consumir água nesses processos. Considerando a diversidade plantas operacionais e suas diferentes localizações, cada unidade é responsável por seu balanço hídrico, com as correntes hídricas detalhadas frente ao consumo de cada etapa do processo industrial. Os despejos industriais das unidades produtoras e destilarias são recuperados e tratados por controles internos. As técnicas empregadas são as seguintes: recirculação, reutilização de despejos, equipamentos mais eficientes, processos menos poluidores e fertirrigação da lavoura. O controle externo é composto pelos sistemas de tratamento dos despejos necessários para que os resíduos e efluentes se enquadrem na legislação. (RAÍZEN, P. 79)

No Brasil, monitora-se a qualidade do efluente gerado de acordo com a legislação vigente, conforme estabelecido nas exigências técnicas das licenças ambientais. Por meio de investimentos em Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) e em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs), busca-se a melhora da qualidade dos efluentes outorgados para lançamento. Para promover a redução de geração de efluente, são realizados investimentos em projetos de tecnologia para reúso de água, monitoramento e mapeamento de uso por processo, fechamento de circuitos e torres de resfriamento para reaproveitamento de água. (RAÍZEN, P. 79)

A empresa informa que não adota uma metodologia específica, matriz ou um indicador que demonstre quais são os impactos a biodiversidade positivos, negativos, significativos ou não, diretos ou indiretos. Entretanto, a certificação das unidades produtoras orienta ações e iniciativas como estudos e campanhas de monitoramento de fauna para avaliar impactos da atividade de cana-de-açúcar para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Também realiza a inscrição de suas áreas próprias no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e é uma empresa signatária do Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde, no âmbito do qual a empresa se compromete voluntariamente com a eliminação do método de queima nos canaviais para colheita. (RAÍZEN, P. 81)

A biodiversidade é um dos temas abordados no Plano de Gestão Ambiental das unidades certificadas Bonsucro. Trata-se de um documento constituído por ações mensuráveis, que têm o objetivo de demonstrar a gestão realizada por cada uma das unidades produtoras para minimizar os impactos ambientais de suas atividades. (RAÍZEN, P. 82)

A avaliação de cada área protegida ou restaurada é feita por meio de:

- Dashboard dos avistamentos de animais silvestres nas áreas de operação agrícola das unidades;
- Identificação das localizações agrícolas com maior incidência de animais para posterior instalação de sinalizações, com o intuito de alertar sobre a proibição de pesca e caça e, o risco de atropelamentos;
- Resultados do plano estratégico de monitoramento da Biodiversidade em algumas regiões por meio de três indicadores: Conhecimento Específico da Biodiversidade, Mapeamento de Sensibilidade Ambiental e Proposição de Ações de Manejo;
- Mapeamento do estágio de regeneração de APPs e ações locais de fomento para incentivo à preservação. (RAÍZEN, P. 82)

As normas e premissas adotadas para a realização das ações relacionadas à gestão da biodiversidade foram:

- Plano de Gestão Ambiental (PGA): documento elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Padrão de Produção Bonsucro, contendo dez temas com ações e metas específicas para cada um deles, demonstrando a gestão realizada nas unidades para minimizar o impacto de suas operações;

- Plano Estratégico de Monitoramento da Biodiversidade: Em algumas regiões, são realizadas avaliações dos impactos da atividade de cana-de-açúcar para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, realizada por meio da aplicação de conceitos de conservação da biodiversidade e ecologia de paisagem, de acordo com as exigências do Padrão Bonsucro; e
- Mapeamento do estágio de regeneração das APPs: Diagnóstico realizado por empresa contratada, identificando os estágios de regeneração das APPs por meio de mapeamento da hidrografia, delimitação da APP conforme diretriz definida no Código Florestal e mapeamento do uso e cobertura do solo nas APPs. (RAÍZEN, P. 82)

No quesito promoção da saúde do trabalhador, os funcionários e funcionárias são cobertos por planos de saúde regulamentados pela Agência Nacional de Saúde (ANS), por meio dos quais os beneficiários têm acesso a consultas, exames, terapias, internações clínicas e cirúrgicas que estejam contemplados no rol de procedimentos de cobertura obrigatória pela operadora, estabelecido pela ANS. Além disso, em parceria com as operadoras de saúde, oferecemos médicos assistenciais para atendimento no ambulatório de algumas unidades, com foco à atenção primária à saúde, com o monitoramento de gestantes, pacientes com doenças crônicas e funcionários internados, realizado por equipe técnica especializada e via telefone, de forma rotineira. Também é oferecido aos funcionários o serviço de telemedicina pelo programa PAE com atendimento psicológico, jurídico, social e financeiro. (RAÍZEN, P. 85)

Os agentes de riscos relacionados ao trabalho mapeados como possíveis de desencadeamento de problemas de saúde são:

- Agentes físicos: ruído, calor de fontes artificiais, vibrações, umidade, radiação não ionizante, radiação ionizante, ultravioleta, infravermelho etc.;
- Agentes químicos: fumos metálicos, poeiras em forma de bagaço de cana ou mineral, benzeno – presente na gasolina, óleos e graxas, defensivos agrícolas (herbicidas/inseticidas), querosene, gasolina etc.;
- Agentes biológicos: agentes patogênicos;
- Aspectos ergonômicos: levantamento de peso, posição de trabalho, esforço físico, sustentação de peso com membros superiores etc.(RAÍZEN, P. 88).

Para minimizar ou eliminar esses riscos, empreendeu-se uma série de iniciativas: emprego de abafadores de ruído, exaustores, capelas, revezamento, carrinhos, guindastes manuais e ponte rolante; Programa de Ginástica Laboral – Área Agrícola; Diálogos de Segurança (DDS) para levantamento e transporte de peso; utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); e avaliações ambientais.(RAÍZEN, P. 88).

Os riscos de saúde consideram concentração/intensidade, duração da tarefa, frequência da tarefa e o dano provável. Os riscos identificados neste indicador foram classificados como “aceitáveis com atenção”. Os agentes classificados como “aceitáveis” não foram considerados e, atualmente, não temos mapeados agentes “não aceitáveis” pela área. (RAÍZEN, P. 88).

Na parte de compliance, foram confirmados 34 casos de corrupção no Brasil que foram encerrados no ano-safra. Como resultado das apurações, 27 casos foram registrados com desligamento de funcionários e quatro contratos com parceiros comerciais foram rescindidos ou não renovados no mesmo período. Os casos se enquadravam nas categorias fraude, desvio/roubo, propina e antitruste. Nenhum processo judicial público relacionado à corrupção foi movido contra os negócios da empresa ou contra empregados. (RAÍZEN, P. 94)

Foram recebidas 36 denúncias de discriminação em 2020/2021, sendo 10 pelo Canal de Ética e 26 advindas de reclamações trabalhistas recebidas pela área Jurídica. Os registros foram investigados pelas equipes competentes e, conforme a procedência, medidas administrativas foram tomadas, como advertência oral e escrita ou, até mesmo, desligamento do funcionário por justa causa. Segue em fase de conhecimento, ainda sem julgamento, uma ação judicial, recebida em 2017. Entretanto, não foram encontradas evidências de dispensa discriminatória nas informações levantadas para a preparação da defesa. (RAÍZEN, P. 117)

Na cadeia de suprimentos, a empresa considera como impactos socioambientais negativos: manter contrato com empresas que empregam pessoas em condições de trabalho escravo ou análogo a escravo ou que não mantêm em dia o recolhimento de tributos de seus empregados; transacionar com fornecedores envolvidos em atos de corrupção, fornecedores irregulares em questões fiscais e que não cumprem com as condições contratuais em termos de prazo e qualidade. De 2.477 fornecedores monitorados pela área de Suprimentos, a empresa identificou

pendências em 61 fornecedores estratégicos, que participaram de avaliação de desempenho (Índice de Qualificação de Fornecedores – IQF), que bloqueou cinco empresas por não preencherem os nossos requisitos mínimos referentes a prazo e qualidade. Adicionalmente, o processo de gestão de risco trabalhista (GRT) garante o cumprimento da legislação trabalhista vigente para cada fornecedor crítico monitorado. Em 2020/2021, quatro fornecedores foram identificados na lista de empresas inidôneas e suspensas no Cadastro Nacional; um fornecedor foi apontado em recuperação judicial decretada; e sete estavam com pendências de apresentação de documentação trabalhista. Esses fornecedores também foram bloqueados da base da empresa. Na safra 2020/2021, ainda foram realizadas 202 reuniões com os fornecedores estratégicos monitorados no IQF, que representam 80% do volume de compras da empresa. Esses encontros tratam de qualidade de material e entrega no prazo. O principal objetivo é melhorar a performance desse público. Não há identificação de impactos ambientais para a cadeia de suprimentos. (RAÍZEN, P. 96)

3.3.4: Usina Açucareira Ester S.A (Ester Agroindustrial)

A Usina Açucareira Ester S.A. (Ester Agroindustrial) está situada na zona rural da cidade de Cosmópolis, São Paulo (CEP 13.150-000), às margens da Rodovia Professor Zeferino Vaz. A Ester Agroindustrial é um dos marcos do desenvolvimento regional, sendo uma das mais antigas usinas de açúcar do Estado de São Paulo em atividade. A empresa é um exemplo de tradição no setor sucroenergético brasileiro, tendo sido fundada em 2 de março 1898 (124 anos de existência). O nome “Ester” é uma homenagem prestada à esposa do empresário Paulo de Almeida Nogueira, a senhora Esther Nogueira. A Usina foi fundada por Arthur Nogueira, José Paulino Nogueira, Sidrack Nogueira, Antonio Carlos Silva Telles, além de Paulo de Almeida Nogueira. Em vários momentos, a trajetória da empresa se insere na história do Brasil, do Estado de São Paulo e da região em que Cosmópolis está localizada, que está entre as mais desenvolvidas do país. Isso porque a empresa sempre foi sinônimo de inovação desde a sua fundação, no Século XIX, com atuação intensa de seus proprietários, que na época da origem da empresa participaram de vários acontecimentos políticos, culturais e esportivos de relevância. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.14)

É uma empresa brasileira do setor sucroenergético, que produz e comercializa, basicamente, cana-de-açúcar, bioenergia, etanol e açúcar. Mais especificamente atende o mercado com os seguintes produtos: etanol neutro, etanol industrial, destilado alcoólico, hidratado combustível, açúcar VHP e açúcar cristal. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.15)

Os produtos do portfólio da empresa são comercializados para tradings e fábricas de diferentes segmentos, como indústrias de bebidas, de alimentos, de aromas e fragrâncias, e farmacêuticas. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 21)

A Ester Agroindustrial é uma Sociedade por ações, de capital fechado. No período coberto por este relatório (entre abril de 2020 e março de 2021), atingiu vendas líquidas de R$ 510.682.825,00 (todas realizadas junto a organizações do setor privado). Para alcançar tal patamar de vendas, no referido ano-safra produziu 2.640.008 sacas de açúcar e 110.321.000 litros de etanol. Não apenas o desempenho comercial e produtivo comprova a solidez econômico-financeira da Ester Agroindustrial. Isso também se evidencia pelo nível de capitalização total da organização, cuja dívida está em MR$ 833.072 e o patrimônio líquido em MR$ 25.134. (ESTER AGROINDUSTRIAL, p 21-22)

Na empresa, existem variações entre o número de trabalhadores da safra e da entressafra. Quando o ciclo de moagem se inicia, cerca de 200 e 300 funcionários são contratados, o que geralmente eleva o número de trabalhadores ativos na organização para mais de mil pessoas. Quase a totalidade dos colaboradores da Ester Agroindustrial foram abrangidos por acordos de negociação coletiva no ciclo 2020/21. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 24)

Apesar de os gestores da companhia terem sempre guiado a sua gestão sobre valores inegociáveis de responsabilidade social e ambiental, nos últimos anos a Ester Agroindustrial tem fortalecido suas práticas sustentáveis, seguindo um modelo de gestão transparente e focado em transmitir as premissas da sustentabilidade a todos os seus stakeholders. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.6)

A empresa enxerga a sustentabilidade como uma ferramenta imprescindível para ganhar ainda maior competitividade no mercado em que atua e se fortalece na busca por atingir suas grandes metas estratégicas, como aumentar sua presença no mercado de etanol neutro, melhorar a alavancagem da empresa, participar de novos mercados com marca própria e ingressar com solidez nos

segmentos de biogás e bioeletricidade. Para a Ester Agroindustrial, cada vez mais, adotar práticas sustentáveis não é uma obrigação, ou um peso para nossa área de investimentos. Dedicar recursos e tempo em sustentabilidade é saber que estão no caminho certo, no caminho do futuro que querem para a nossa empresa e para os seus filhos. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.7)

É fato que uma usina sucroenergética, dedicada à produção de açúcar, etanol e bioenergia, tem um elevado potencial de impacto ambiental e social. Por isso, a empresa tem consolidado práticas cada vez mais robustas no sentido de evitar e mitigar impactos negativos. Na área ambiental, a empresa avançou em práticas como:

- Correta utilização de subprodutos, como vinhaça, torta de filtro e bagaço;
- Gerenciamento de riscos de incêndios de origem desconhecida em canaviais;
- Controle de emissões das caldeiras;
- Manutenção e enriquecimento das áreas de preservação permanente;
- Gerenciamento de resíduos;
- Aplicação consciente dos defensivos agrícolas, dentre outras. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.6)

Já na área social:

- Assegura o cumprimento das legislações;
- Aprimora o nosso código de conduta;
- Investe no desenvolvimento de nossos colaboradores;
- Garante um ambiente adequado de trabalho;
- Realiza ações que nos aproximam da comunidade e que afinam nosso relacionamento com stakeholders. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.7)

A empresa tem o entendimento de que um negócio alicerçado sobre os pilares da sustentabilidade é fruto da melhoria contínua, com a qual a Ester Agroindustrial se diz totalmente comprometida. No entanto, a partir da premissa de que a edificação de um business sustentável é uma jornada em permanente movimento, a empresa enxerga no horizonte alguns desafios, que são sempre acompanhados e estão contemplados em seu planejamento estratégico. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.7)

O propósito, os valores e a estratégia da companhia foram definidos pelo Conselho de Administração e pela alta liderança da empresa, visando o

desenvolvimento e a ampliação de nossa empresa. Com esse objetivo, inclusive, traçaram as Políticas de Segurança, o Código de Conduta e demais políticas que atualmente servem de base para a operação de nossos negócios. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 28)

Neste 1º Relatório de Sustentabilidade da Ester Agroindustrial, a companhia dá transparência ao seu desempenho em diferentes indicadores econômicos, socioambientais e de governança. Para tanto, inspira-se nos parâmetros da GRI (Global Reporting Initiative), que é uma organização não-governamental holandesa detentora de um dos modelos de reporte mais reconhecidos e utilizados em todo o mundo. Além disso, o relatório é inspirado nos índices ESG (Meio Ambiente, Social e Governança, ou Environmental, Social and Governance, na sigla em inglês). A partir de um olhar sobre essas três áreas de sustentabilidade, estes índices permitem que o desempenho sustentável da companhia seja avaliado e os impactos de suas operações possam ser mensurados. O processo de construção do relatório se inicia em um diálogo com os stakeholders (partes interessadas) da empresa. É a partir desta consulta que a construção do relatório pode ser direcionada. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 30)

Para a definição dos stakeholders da Ester Agroindustrial, levou-se em consideração o trabalho realizado na implantação da ISO 9001 na companhia. Para o mesmo, foram selecionadas as partes interessadas por meio da elaboração de matriz de classificação da severidade e ocorrência. A partir da descrição dos riscos ou oportunidades de cada parte interessada, chegamos à conclusão de que os nossos principais stakeholders são: clientes, fornecedores, acionistas, órgãos reguladores e fiscalizadores, funcionários, e sindicatos e seus representantes. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 32)

No período deste relatório, a Ester Agroindustrial não sofreu nenhuma ação judicial por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio por conta de sua atuação no mercado sucroenergético. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 38)

É de conhecimento a grande proximidade da Ester Agroindustrial da comunidade local. Vale ressaltar que a empresa, que foi fundada em 1898, é mais antiga que o município em que está localizada. A cidade de Cosmópolis foi fundada em 1944. Desde que o município surgiu, a usina tem o papel fundamental para o desenvolvimento local e atendimento das demandas da comunidade. No período

deste relato, a Ester Agroindustrial teve importância para a população da cidade e localidades vizinhas em diferentes aspectos, como na geração de empregos diretos, na geração de riqueza, na contratação de serviços. A usina fez a doação de áreas para plantio de mudas, visando a compensação ambiental; e patrocinou a implantação da nova biblioteca da cidade, por meio do Projeto “Nova Biblioteca: Juntos Podemos Mais”. Independente da área, a Ester Agroindustrial tem o objetivo de continuar a parceria com o poder público local, como já ocorre há décadas. A empresa entende o seu relevante papel, direto e indireto, na economia, no meio ambiente e na prosperidade da sociedade como um todo. Mas não apenas na cidade de Cosmópolis, mas também na região metropolitana de Campinas, na qual a usina está inserida. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 39-40)

Com o surgimento da pandemia da Covid-19, no início de 2020, a sociedade brasileira e mundial passou a enfrentar um dos períodos mais delicados das últimas décadas.

Para contribuir com o enfrentamento dessa crise sanitária, organizações de diferentes áreas adotaram, de acordo com suas condições, diferentes medidas. Na Ester Agroindustrial não foi diferente. O primeiro passo foi levar informações aos colaboradores e adotar protocolos rígidos dentro da companhia, já que a integridade física de nosso time é prioridade. Além disso, utilizou-se da excelência fabril para produzir e doar álcool. Além de destinar álcool para diferentes instituições da sociedade de Cosmópolis e região, a empresa também fez doações do produto aos funcionários. Deste modo, foram doados:

- Safra 2019/2020: 1.618 embalagens de 1 litro;
- Safra 2020/2021: 1.430 embalagens de 1 litro. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 39-40)

Para a realização das operações rotineiras, uma usina sucroenergética conta com inúmeros fornecedores de equipamentos, insumos e serviços, especialmente nas áreas industrial, agrícola e de motomecanização. Na Ester Agroindustrial, estes fornecedores estão relacionados, principalmente, a insumos agrícolas, insumos industriais e serviços parcialmente realizados por terceiros na área de corte, carregamento e transporte (CCT) da matéria-prima, que é a cana-de-açúcar. Vale salientar que cerca de 99% das atividades de corte são mecanizadas nas

lavouras da empresa. Somente é realizado o corte manual em áreas pontuais, onde não é possível o acesso com a máquina, situação que é rara nos talhões da empresa.

Os nossos principais fornecedores são:

- Insumos agrícolas - Coplacana, FMC e Syngenta (fornecem insumos agrícolas, sendo que todos os produtos adquiridos são utilizados para preparo, plantio e tratos culturais);
- Insumos industriais - Suez, Dryller, Serquímica etc (todos os produtos que fornecem são usados na extração industrial do etanol e do açúcar, basicamente).

No período referente a este relatório, a Ester Agroindustrial não passou por mudanças significativas de operações ou na sua cadeia de fornecedores. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 40-41)

A Ester Agroindustrial aplica o Princípio de Precaução na medida em que:

- Não utiliza o fogo como forma de facilitar a colheita de cana-de-açúcar, uma vez que emprega o método da colheita mecanizada da matéria-prima, o qual dispensa totalmente o uso do fogo;
- Mantém o Programa de Gerenciamento de Riscos de Incêndios em Áreas de Produção de Cana-de-Açúcar, o qual gerencia as medidas implementadas para prevenir a ocorrência de incêndios, como a utilização de bloqueios nas entradas das áreas de cultivo de cana-de-açúcar. Assim, é possível alertar sobre o ingresso de pessoas não autorizadas e permitir a construção e correta manutenção de aceiros, os quais possuem, no mínimo, a largura estabelecida na legislação vigente (são calculados a partir da projeção da copa da árvore até a primeira folha da cana-de-açúcar);
- Desenvolveu e implantou o Projeto Águia, que consiste em um moderno sistema de monitoramento para localização e detecção automática de incêndios. Possui como principal atribuição ser o Centro de Monitoramento e Operações Telemáticas, objetivando o acompanhamento ininterrupto de ocorrências, o que permite uma rápida intervenção da Brigada de Incêndios da Ester Agroindustrial. Do orçamento realizado na safra 2019/20 para compra de produtos e serviços, 63,7% das aquisições foram com fornecedores locais, considerando uma distância de um raio de 100 km da nossa matriz operacional. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 41)

A Ester Agroindustrial tem uma considerável produção de energia elétrica através do bagaço da cana. Prova disso é que, em 2012, a CPFL Renováveis e a

Ester Agroindustrial firmaram contrato de compra e venda de quotas, por meio do qual a CPFL Renováveis comprometeu-se a adquirir 100% das quotas detidas pela Ester Agroindustrial. Assim, foi constituída a CPFL Bio Ester, que atualmente reúne ativos, recursos técnicos, humanos e financeiros para a produção de energia elétrica e vapor d'água. Nesta iniciativa, a Ester Agroindustrial se comprometeu com a operação e manutenção da planta. A usina é autossuficiente na sua operação, exportando o excedente de energia elétrica, conforme o acordo com a CPFL Bio Ester. A produção de energia na usina conta com o bagaço de cana como fonte renovável. A safra 2020/2021 apresentou uma moagem de 2.086.139,64 t/cana, que geraram 517.866,77 toneladas de bagaço de cana-de-açúcar. Durante a safra, a companhia consumiu 8.680 MWh. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 43-45).

A usina possui um moderno sistema baseado em IoT (Internet das coisas), que recebe os dados referentes às captações hídricas e transforma em informações para os protocolos de comunicação solicitados pelos órgãos reguladores. Esta estrutura replica os dados, não permitindo o acesso de terceiros ou de usuário/ prestador de serviço, e não altera a informação gerada pelo datalogger, garantindo, assim, a sua inviolabilidade, além de passar por auditoria, o que confirma a segurança do dado trafegado e a confiabilidade perante os órgãos ambientais. No que diz respeito aos impactos relacionados à represa, o critério primário da Ester Agroindustrial consiste no atendimento legal da empresa em relação às outorgas de captação e consumo de água emitidas pelo órgão regulador, o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo). Com as inovações implantadas e a adoção de medidas de economia na utilização da água (monitoradas via online), atualmente a companhia realiza a captação de cerca de 30% a 40% do volume total que a agência reguladora dimensionou na última outorga emitida. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 48)

A empresa também trabalha com os seus stakeholders para gerir os recursos hídricos de forma compartilhada, além de buscar o engajamento de fornecedores e clientes, visando mitigar os impactos significativos relacionados a água. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 48)

A Ester Agroindustrial prioriza o acompanhamento detalhado das emissões geradas por suas operações. Por isso, está atenta às emissões liberadas para a atmosfera por suas chaminés, que são monitoradas e controladas anualmente.

Entretanto, ainda não se realiza o mapeamento das demais fontes, como a frota de veículos relacionada aos negócios da usina. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 49)

Anualmente são realizadas análises, que são acompanhadas pela Cetesb e objetivam verificar a eficiência em relação aos sistemas de lavagem de gases, visando constatar deficiências e reduzir o volume de gases emitidos na atmosfera. Todo o CO2 emitido pelos processos relacionados às chaminés é proveniente de emissões biogênicas, pois é produto da queima de material biológico (biomassa) e não de combustíveis não renováveis, visto que a emissão proveniente de combustíveis fósseis na frota da usina ainda não é monitorada, o que é objeto de preocupação da empresa para os próximos dois anos. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.51)

A Ester Agroindustrial também possui elevada regeneração natural de espécies arbustivo-arbóreas. Essa classe é normalmente associada aos recuos de cana-de-açúcar antigos, próximos aos fragmentos florestais remanescentes, os quais fornecem propágulos para a regeneração dessas áreas ou ainda das faixas de baixa aptidão agrícola, onde a vegetação natural está se recuperando por estar neste processo há considerável tempo. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.51)

A Ester Agroindustrial possui entre as suas áreas de preservação ambiental a Arie Matão de Cosmópolis. Esta floresta e outros fragmentos florestais no seu entorno são responsáveis pela proteção de nascentes, córregos e rios; pela produção, regulação e abastecimento de água; pela regulação e equilíbrio microclimáticos e pela filtragem de poluentes da região; pela fertilidade e proteção dos solos; além de proporcionar paisagens cênicas e preservar um patrimônio histórico e cultural. Grande parte das áreas de preservação da Ester Agroindustrial serve como um corredor ecológico importante para a conservação da diversidade biológica do Estado, por meio de suas APPs (Áreas de Preservação Permanente) e de fragmentos de florestas. Sobre isso, destacam-se os frequentes avistamentos de “onças pardas” na propriedade do Funil. Esta espécie, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), encontra-se como ameaçada de extinção, embora esteja presente na nesta região predadora de topo de cadeia, esta onça desloca-se por grandes áreas. Este fato evidencia a presença de um ecossistema que sustenta a presença de uma fauna local diversificada em

menores níveis hierárquicos da cadeia trófica, isto é, consumidores primários e secundários de diversas ordens. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 51-52)

Com o intuito de gerar menos resíduos e mitigar impactos nas próprias atividades da organização, a Ester Agroindustrial adotou algumas medidas, inclusive de circularidade, na sua cadeia de valor. Em 2021, a companhia teve como meta efetuar o gerenciamento de todos os resíduos com o objetivo de reduzir as demandas para aterro, ampliar as reciclagens e compostagem e ainda manter a logística reversa como parte do seu gerenciamento. Como é de conhecimento, o mercado sucroenergético reaproveita, quase que na sua totalidade, os resíduos gerados. Portanto, há oportunidades de reciclagem e reutilização de resíduos relacionados à área de manutenção, aos restaurantes e a produtos toxicológicos, algo que está sendo tratado atualmente pela companhia. Aliado a isso, a Ester Agroindustrial segue atendendo aos requisitos legais de gestão interna na área ambiental em 2022, contando com uma terceirizada para fazer o gerenciamento deste processo, o que visa levar a organização ao patamar de conformidade/obrigatoriedade legal. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 55)

No período que corresponde a este relato, a empresa tinha em seu quadro 1.044 colaboradores. A companhia tinha 58 colaboradores integrando os órgãos de governança da organização, sendo um gestor PcD, 52 do gênero masculino, e 6 do gênero feminino. Destes, quatro profissionais possuíam menos de 30 anos de idade, 48 entre 30 e 50 anos, e seis com mais de 50 anos. Já os empregados por categoria funcional totalizavam 41 pessoas, sendo 23 do gênero masculino e 18 do gênero feminino. A faixa etária de todos eles estavam abaixo de 30 anos. Durante o período desse relatório, a companhia contabilizava 256 colaboradores safristas, sendo 231 do gênero masculino e 25 do gênero feminino. Destes, 112 tinham idade entre 19 e 30 anos; 78 colaboradores entre 31 e 40 anos; e 47 pessoas entre 41 e 50 anos. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 56)

Dentre os benefícios fornecidos aos empregados em tempo integral estão: seguro de vida, plano de saúde, licença maternidade/paternidade, plano odontológico, reembolso de óculos, vale alimentação, transporte fretado, vale transporte, fornecimento de refeição ou marmita, e convênio com farmácia. Em 2021, apenas uma colaboradora tirou licença maternidade, retornando à sua função no mesmo ano. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 58)

O compromisso da Ester Agroindustrial em Segurança e Saúde preza pela prevenção de fatalidades e lesões no trabalho com funcionários, prestadores de serviço e visitantes. Essa é a base de sua política, com o cumprimento dos requisitos legais e outros aplicáveis à segurança e à saúde ocupacional em todos os seus processos, produtos e serviços. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 59)

Um exemplo da política adotada é que todos os funcionários da Usina são orientados/ treinados no processo de integração (contratação), nos encontros do DDS (Diálogo Diário de Segurança) e nas reuniões de equipes. O mesmo conteúdo aplicado aos funcionários internos também é ministrado aos prestadores de serviços durante o treinamento de integração. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 60)

Princípios da Ester Agroindustrial em Segurança e Saúde:

- Nenhuma atividade é tão importante ou tão urgente que não possa ser realizada de maneira segura;
- Nunca priorizar resultados ou produção que coloque em risco a segurança ou a saúde ocupacional dos colaboradores e parceiros;
- Agir prontamente para eliminar ou controlar as atividades de alto risco;
- Todos os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, condições inseguras e comportamentos de exposição ao risco são evitáveis;
- Todos são responsáveis pela sua segurança e pela segurança de seus colegas;
- Todos os gestores agem de maneira proativa e responsável, e lideram a gestão de segurança em todos os níveis da Ester Agroindustrial. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 61)

Também faz parte do escopo da área ações preventivas, como Inspeções de Segurança que visam identificar se há algum risco para os colaboradores em suas áreas; avaliações sobre o uso correto de EPIs; abertura de Permissões de Trabalho, que tem como objetivo mapear e controlar todos os possíveis riscos das atividades consideradas críticas; inspeções relacionadas ao atendimento a requisitos legais nas atividades diversas do negócio; e participação em DDS, treinamentos e capacitações de todos os colaboradores. Há ainda ações corretivas, como investigação de acidentes e atendimento a emergências com observação e levantamento das lições aprendidas. Isso visa gerar um plano de ação com o intuito de corrigir eventuais falhas e garantir que não aconteçam posteriormente situações semelhantes. Também são

gerenciados indicadores como a Taxa de Frequência, que possibilita a análise parcial de acidentes ao longo do ano; e os OPAs (Olhar, Planejar e Agir), que foram abertos e fechados. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 61)

Sempre prezando pela capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores, a Ester Agroindustrial ofereceu, na safra 2020/21, 3.944,50 horas de treinamento, divididas em várias áreas. Aliado a isso, a empresa possui um Plano de Desenvolvimento de Performance/ Pessoal (PDP), que é um programa que visa potencializar a alta performance de seus colaboradores, estabelecendo processos e ferramentas claras e objetivas. Ele é constituído por um processo de Avaliação de Desempenho, Feedback e Desenvolvimento de Carreira. No momento, a Ester Agroindustrial não possui um programa de assistência para transição de carreira que vise facilitar a empregabilidade continuada e a gestão de final de carreira devido às aposentadorias ou rescisões de contrato de trabalho. A companhia possui vários funcionários aposentados e em vias de aposentadoria, visto que os funcionários que optam por se aposentar após a concessão do benefício avisam previamente seus gestores. Desta forma, é possível programar uma data que atenda à necessidade da empresa e do próprio funcionário. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 64)

Com o objetivo de evitar represálias aos funcionários, relacionadas a qualquer contato em que o mesmo deseja encaminhar comentários, denúncias ou sugestões à empresa, a Ester Agroindustrial oferece o Canal de Ética, composto por membros da direção e da alta liderança da organização. Desta forma, chegam até a gestão da usina diferentes comunicações e denúncias, que são devidamente analisadas e investigadas. Caso necessário, a questão é discutida entre diferentes gestores da empresa e soluções são adotadas, buscando oferecer o devido tratamento à comunicação encaminhada pelo funcionário, cuja identidade é mantida em anonimato. Em 2020, o canal não recebeu nenhuma queixa relacionada a episódios de discriminação, nem mesmo outros tipos de denúncias. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 65)

A Ester Agroindustrial prioriza a qualidade de vida e o bem-estar dos funcionários, o que inclusive é expresso no nosso Código de Conduta. Um dos princípios desse documento é o combate ao trabalho infantil. Nele, está descrito que a empresa não permite que em seu quadro de funcionários ocorra a prática deste tipo

de trabalho ou jovens expostos a trabalhos perigosos. Os jovens aprendizes, por exemplo, atuam na organização dentro dos princípios da ética e moral. Na organização, ainda não há mecanismos de identifiquem a existência de trabalho infantil em fornecedores e impeçam a contratação dos mesmos em caso de irregularidades. Entretanto, é objetivo da Ester Agroindustrial adequar-se para o atendimento a esse item. Felizmente, por outro lado, até hoje a empresa nunca teve conhecimento de trabalho infantil praticado por seus fornecedores. Atualmente, a companhia envia junto ao seu Pedido de Compras um texto informando que a Ester Agroindustrial não concorda com práticas de trabalho infantil e demais situações, destacando o Artigo 7, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. A Ester Agroindustrial, que veda terminantemente a prática deste tipo de trabalho, nunca registrou casos de trabalho infantil em suas atividades ou nas operações de seus fornecedores e, por isso, medidas corretivas na área nunca foram necessárias. No entanto, a empresa atua preventivamente, realizando continuamente ações informativas e de conscientização, de modo a evitar que esse cenário ocorra na empresa. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P. 65)

A Ester Agroindustrial está em constante preocupação com o engajamento, avaliação de impactos e desenvolvimento das comunidades locais, principalmente por entender o seu papel diante da cidade de Cosmópolis e região. Algumas ações estão em andamento como, por exemplo, contatos constantes com os sindicatos de empregados da empresa. O objetivo é entender e avaliar as necessidades dos funcionários. A empresa tem feito contato e interface direta com as secretarias de meio ambiente e desenvolvimento urbano com o objetivo de criar metas e estruturar questões ambientais relacionada à companhia e à comunidade, visando fortalecer o suporte oferecido no combate a incêndios, dentre outras ações. A propósito, a ocorrência de incêndios em áreas rurais de origem desconhecida é um grande problema para as cidades da região, trazendo desconforto à população devido à emissão de fumaça preta. Diante disso, a usina, através de ações já mencionadas, disponibiliza todos os recursos humanos e tecnológicos com o objetivo de sanar os problemas e reduzi-los, inclusive com atitudes preventivas por meio do sistema de

monitoramento por câmeras, que visa acompanhar e identificar, o mais rápido possível, focos de incêndios. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.66)

A Ester Agroindustrial, por meio da equipe de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, acompanha todas as áreas em que a usina pode gerar algum impacto sobre a comunidade. Assim, é possível identificar possíveis impactos ambientais, como descarte de resíduos, emissões atmosféricas, distanciamento de aceiros, dentre outras ações em que podemos interferir na comunidade. Atualmente, o Canal de Ética também pode ser utilizado para as demandas das partes interessadas. Assim, a comunidade pode encaminhar sugestões, demandas e reclamações para a organização. As operações também geram impacto por conta do transporte de cana. Este problema é mapeado e gerenciado, de modo a evitar que a frota de caminhões transite em áreas urbanas e se locomova em áreas estratégicas. Assim, conseguiu-se reduzir a circulação destes veículos nas vias dos municípios, evitou-se acidentes e reduziu-se o impacto que os caminhões causam sobre a qualidade do asfalto. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.66).

A usina é certificada no Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde, que tem como objetivo a adoção e renovação de práticas de sustentabilidade na cadeia de produção sucroenergética. A certificação é concedida em conjunto pelo Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria do Meio Ambiente; pela Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo); pelo setor sucroenergético, representado pela Unica (União da Indústria de Cana-de-açúcar), e pela Orplana (Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil). Para obter o certificado, a Ester Agroindustrial atendeu ao plano de diretivas técnicas exigidas pelo protocolo. Entre os parâmetros atendidos estão a adequação ao Novo Código Florestal, o aproveitamento dos subprodutos da cana-de-açúcar, a adoção de boas práticas no uso de agroquímicos, a conservação do solo, o reuso da água, a preservação da fauna, o combate a incêndios florestais, a restauração de matas ciliares e APPs hídricas no estado de São Paulo, entre outras exigências. (ESTER AGROINDUSTRIAL, P.67)

3.3.5: Tereos Açúcar & Energia Brasil

Comprometidos com a transparência, a Tereos Açúcar & Energia Brasil divulga seu segundo Relatório de Sustentabilidade elaborado em conformidade com

as normas da Global Reporting Initiative (GRI), opção Essencial, reunindo os principais resultados da Tereos Açúcar & Energia Brasil durante a safra 2021/2022. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.3)

Neste período reportado, houve 15,6 milhões de toneladas de cana processadas nas sete unidades na região noroeste de São Paulo, 1,4 milhões de toneladas de açúcar produzidas, 531 milhões de litros de etanol produzidos, sendo 36,2 milhões de litros exportados. O desempenho financeiro da safra foi de R$ 178 milhões de lucro líquido, R$ 4,42 bilhões em receita líquida, R$ 937 milhões de Ebitda. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.6)

A empresa investe há 22 anos no processamento de cana-de-açúcar no Brasil. A da empresa trajetória fortalece a proposta de valorizar ao máximo a matéria-prima agrícola para o desenvolvimento de produtos com alta qualidade. Mais do que participar do setor sucroenergético, opera em um modelo virtuoso de economia circular que coloca a sustentabilidade no centro de suas ações. A empresa acredita que atuar de forma responsável e sustentável, com metas claras para a sociedade e o meio ambiente, possibilita construir uma cadeia de produção compromissada no longo prazo com nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e a comunidade. Afinal, a Tereos entende que empresas são agentes importantes para o desenvolvimento socioeconômico e que o atendimento às necessidades atuais não pode comprometer as gerações futuras. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.8)

Uma das empresas líderes do setor sucroenergético do país e ocupa o terceiro lugar no ranking de produção de açúcar do Brasil. A empresa faz parte do grupo francês Tereos, o quarto maior produtor de açúcar do mundo, presente em 13 países com escritórios comerciais, centros de P&D e 44 unidades industriais. A sede está localizada em Olímpia (SP), com sete unidades agroindustriais localizadas na região noroeste do estado. Todas elas possuem certificação RenovaBio, a Política Nacional de Biocombustíveis, que busca reduzir as emissões de gases de efeito estufa do Brasil por meio do aumento da capacidade de produção e comercialização de biocombustíveis (etanol e biodiesel). (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.9)

O portfólio da empresa contempla açúcar, biocombustível (etanol), energia elétrica renovável (por meio do bagaço da cana) e, recentemente, o biogás

proveniente da vinhaça (resíduo da destilação do etanol). Atende clientes brasileiros e internacionais (Venezuela, Estados Unidos, Holanda e países asiáticos) dos mercados de alimentos e bebidas, energia e nutrição animal. O compromisso de ser socio ambientalmente responsável e promover uma melhoria contínua da gestão nas operações leva a gestão a fazer escolhas eficientes para os negócios e para o meio ambiente. Nesse sentido, a logística adotada possibilita diminuir as emissões de CO2 ao mesmo tempo em que otimiza as exportações. A parceria com a empresa VLI, que opera nas ferrovias Norte Sul (FNS) e Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e terminais intermodais, contribuiu com a redução as emissões de gases de efeito estufa de Escopo 3, em relação à safra anterior. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.10).

Em razão do clima adverso que atingiu a região Centro-Sul do Brasil, onde as usinas estão situadas, a empresa atingiu 15,6 milhões de toneladas de cana processadas na safra 2021/2022, 25% menos que a safra anterior e 20% menor do que a média dos últimos cinco anos. Os efeitos da seca e de três episódios de geada afetaram a produtividade das lavouras e os resultados do ciclo. Sendo assim, o lucro líquido da empresa ficou negativo em R$ 178 milhões, a receita líquida foi de R$ 4,42 bilhões e o Ebitda ajustado de R$ 937 milhões; quedas de 16%; 0,23%; 47%, respectivamente, em comparação ao período anterior. Para reduzir a exposição ao incerto mercado doméstico de etanol, pretende-se ampliar as exportações do biocombustível a partir da nova certificação para vender à Califórnia. Em março de 2022, A Tereos conquistou a certificação com a menor nota de intensidade de carbono entre as usinas brasileiras cadastradas na nova metodologia do governo do estado norte-americano. Os outros mercados internacionais em vista são Europa e Ásia. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.11).

Uma agenda sustentável agrega valor aos negócios, gera impacto positivo no longo prazo e estabelece um caminho claro de trabalho. Dessa maneira, a empresa passou a incorporar os parâmetros ESG de forma conectada às estratégias globais da Companhia. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.13)

Dentre as ações, destaca-se:

Agricultura sustentável: Objetivo: combinar práticas agrícolas ecologicamente corretas com a sustentabilidade econômica de nossos produtores. KPI's: 1) 75% de matérias-primas agrícolas avaliadas e certificadas como

sustentáveis. Status: 1) 42% de cana certificada (áreas próprias – Bonsucro; áreas de fornecedores – plataforma SAI). Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU atendido: Número 2. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.13)

Proteção ao meio ambiente: Objetivo: preservar a biodiversidade e aproveitar ao máximo os resíduos de nossas matérias-primas agrícolas. KPI's 1) Ter pelo menos um projeto de proteção à biodiversidade em cada uma de nossas unidades; 2) Continuar investindo para aproveitar ao máximo as matérias-primas, de acordo com os princípios de economia circular; 3) Inserir aspectos de mudanças climáticas e emissões atmosféricas nas tomadas de decisões. Status: Todas as unidades possuem projeto apícola e três unidades têm projetos de recuperação de nascentes; 1) Ampliação da estrutura de aplicação de vinhaça localizada por meio da aquisição de sete novos equipamentos de aplicação e pela padronização e otimização da performance dos aplicadores; 2) instalação da nossa primeira planta de biogás, gerado a partir da vinhaça; 3) Estabelecido o Comitê Tático de Mudanças Climáticas, que subsidia o processo de tomada de decisão por parte do Comitê Executivo de Sustentabilidade. Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU atendido: Número 12 e 15. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.13)

Indústria positiva: Objetivo: otimizar o consumo de água e energia em nossas unidades industriais e reduzir nossa pegada de carbono. KPI's: 1) Reduzir o consumo de água em nossas unidades industriais em 21,5% na comparação com a safra 2017/2018; 2) Atingir 100% da frota canavieira abastecida com biometano. Status: 1) 12% de redução de consumo em relação ao ano-base; 2) Geração de biometano ainda não iniciada, contudo já há uma planta de biogás em operação e testes em andamento com equipamentos (caminhões e tratores) abastecidos por biometano. Objetivo do Desenvolvimento Sustentável atendido: Número 6 e 13. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.14)

Nutrição responsável, saudável e de qualidade: Objetivo: ser um parceiro líder para nossos clientes na reformulação e no desenvolvimento de programas de educação sobre o consumo consciente de açúcar. KPI's: 1) Garantir que nossas embalagens de açúcar orientem o público em geral sobre o consumo consciente. Status: 1) As embalagens de açúcar contêm informações nutricionais e recomendações para valores diários de consumo. Objetivo do Desenvolvimento Sustentável atendido: Número 3. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.14)

Desenvolvimento local e bem-estar de nossos colaboradores: Objetivo: garantir a saúde e a segurança de nossos funcionários e parceiros. Promover a diversidade e a igualdade de oportunidades e lutar contra a discriminação. Influenciar de maneira positiva as comunidades em que atuamos. KPI's: 1) Atingir 17,5% de mulheres na liderança e 15% de mulheres na força de trabalho total até 2030. Status: 1) 6,4% de mulheres na liderança e 8,4% de mulheres na força total de trabalho. Objetivo do Desenvolvimento Sustentável atendido: Número 5, 8 e 9.

Construímos nossa primeira matriz de materialidade no ciclo anterior seguindo as normas da Global Reporting Initiative (GRI), formalizando a nossa jornada pela sustentabilidade. Entendemos que o desenvolvimento sustentável aplicado aos negócios é a forma ética de atuação e o modelo no qual o crescimento econômico, a governança, a preservação ambiental e a inclusão social estão em harmonia e equilíbrio. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.15)

Tabela 3 - Temas materiais Tereos Açúcar e Energia Brasil

TEMAS MATERIAIS	DEFINIÇÃO	CONEXÃO COM OS ODS / AGENDA 2030	META 2029/2030
1.Gestão da água	Gerenciar riscos ligados ao consumo de água: melhorar a eficiência no uso e consumo; gerenciar o estresse hídrico, outorgas e qualidade. Gestão de efluentes: promover políticas para reúso, tratamento e eficiência no uso.	6 e 12	Reduzir 21,5% de água captada por tonelada de cana em relação à safra 2017/2018.
2.Certificações e selos socioambientais	Garantir boas práticas agrícolas e operacionais alinhadas aos padrões socioambientais certificados, auditados e credenciados; propiciar atratividade de crédito e parcerias institucionais	2 e 15	Manter as certificações atuais e buscar a certificação Great Place to Work. Meta concluída

3.Cadeia de fornecimento sustentável	Promover a qualificação e a seleção de fornecedores baseados nos critérios socioambientais; garantir as melhores práticas de fornecimento responsável na cadeia de suprimentos	8, 12 e 15	Alcançar 75% de matéria-prima sustentável.
4.Economia circular e eficiência energética	Gerenciar recursos e insumos; promover a excelência operacional, incluindo gestão responsável de resíduos e melhor aproveitamento no ciclo de vida da cana-de-açúcar; garantir disponibilidade de energia de fontes renováveis.	7, 8 e 15	Aumentar as iniciativas para substituir fertilizantes químicos por orgânicos; substituir 100% do diesel utilizado nos caminhões canavieiros por biometano.
5.Mudanças climáticas	Gerenciar emissões de gases de efeito estufa (GEE) e poluentes atmosféricos; fazer gestão de riscos e oportunidades ligados à mudança do clima, incluindo riscos físicos e de transição (regulatórios e taxação de emissões); investir em ações de resposta e mitigação às mudanças climáticas; realizar a mensuração dessas iniciativas e dos compromissos assumidos.	7 e 13	Inserir aspectos das mudanças climáticas e emissões atmosféricas nas tomadas de decisões.

6.Saúde e segurança ocupacional	Adotar as melhores práticas em segurança do trabalho e saúde ocupacional; melhoria contínua na gestão de segurança e redução de acidentes e lesões; garantir condições dignas de trabalho na cadeia de valor.	3	Elevar a cultura de segurança do trabalho
7.Diversidade, inclusão e direitos humanos	Garantir equidade de gênero e representatividade em todos os níveis da empresa; promover a inclusão social; apoiar as políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, sem discriminações; dialogar, engajar e manter práticas de diligência com relação aos direitos humanos	5, 8 e 10	Alcançar 17,5% de mulheres na liderança e 15% de mulheres na força de trabalho.
8.Inovação e tecnologia	Garantir tecnologias de monitoramento remoto das áreas de cultivo; segurança e privacidade de dados; promover pesquisa, desenvolvimento e inovação no desenvolvimento de produtos; privilegiar soluções e tecnologias em energias renováveis; estimular o desenvolvimento e pesquisa para eficiência energética; inovação nos serviços.	7, 8 e 9	Focar na integração da cadeia; buscar a previsão para antecipação de decisões com cooperação e colaboração.

Tabela 3: Temas materiais Tereos Açúcar e Energia Brasil. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.16)

O fundamento que rege a gestão de negócios, considerando os riscos, é o respeito às legislações e às normas nacionais e internacionais aplicáveis, deixando essa prática evidente no Código de Ética e no Guia de Boas Práticas. Esses

documentos estabelecem os princípios de integridade e ética visando assegurar a sustentabilidade do negócio a longo prazo. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.19).

Em busca de identificar e tratar desvios e riscos, além de zelar pela imagem da Companhia e aperfeiçoar as boas práticas, existe a área de Compliance. Ela é responsável por buscar uma constante evolução no programa de integridade, composto por normas e políticas internas relacionadas à ética, integridade, comunicação, e treinamento nos temas relacionados e apuração de relatos. Todos os que ingressam na Tereos assinam o termo de responsabilidade do Código de Ética. O conteúdo ressalta, sobretudo, a importância do tratamento igualitário e da não discriminação, bem como o respeito aos direitos humanos e o incentivo ao cumprimento das normas e políticas internas. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.20)

Os relatos de potenciais violações às políticas da Companhia e à legislação vigente são recebidos pelo Canal de Ouvidoria, amplamente divulgado e que conta com atendimento independente e está disponível 24 horas por dia para todos os colaboradores, terceiros, parceiros de negócios e stakeholders, com confidencialidade e isonomia assegurada. Na safra 2021/2022, dos 250 relatos recebidos, 246 foram apurados e concluídos. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.20)

O sucesso do nosso negócio depende da terra, do clima e das pessoas. A sustentabilidade está no coração da estratégia e a empresa entende que aperfeiçoar a cadeia de produção nesse sentido é um trabalho constante. Com constantes investimentos e excelência no que fazem, encontram soluções para construir uma economia sem desperdícios e com menos emissões de gases de efeito estufa. É assim que a cana vira açúcar, biocombustível (etanol e biometano) e energia elétrica. Atualmente são quase 300 mil hectares para cultivo, sendo 173 mil hectares próprios e 122 mil de produtores parceiros. Sendo assim, mais de 49% da nossa matéria-prima vem de uma atuação próxima com 700 fornecedores de cana locais. Essa é uma das chaves para a garantia do sucesso e da sustentabilidade do negócio. Trabalhamos unidos para a geração de valor. Desde 2020, contamos com a biofábrica de mudas pré-brotadas (MPB) de cana-de-açúcar, em Guaíra (SP), para acelerar a produção de novas variedades com alta qualidade fitossanitária e genética. Considerada a maior do setor, a iniciativa faz parte do plano de melhoria de produtividade agrícola, que

inclui outras ações, como tratos culturais e colheita com uso de tecnologia. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.23).

A empresa produz energia limpa a partir do bagaço da cana (biomassa). Gerou-se, no ciclo 2021/2022, 1.209 GWh de energia, ante os 1.531 GWh da safra anterior. Houve redução de 39% na exportação de energia para a rede elétrica em relação à safra passada, também em função da menor oferta de matéria-prima impactada pela seca. Fornecemos energia no ambiente de contratação livre e regulada, podendo ser comercializada por contratos de leilões governamentais ou diretamente para consumidores finais. O potencial de exportação de energia é de até 1.454G Wh por ano, com base na capacidade dos equipamentos de geração instalados em nossas unidades industriais. A produção, porém, está limitada ao volume da moagem, uma vez que o bagaço de cana é a matéria-prima para esse processo. A estrutura também está em preparação para produzir biometano, combustível renovável derivado do biogás, utilizado para abastecimento de veículos. A intenção é que 100% da nossa frota de transporte canavieiro – aproximadamente 220 cavalos mecânicos – rode com esse biocombustível. Os próximos passos serão a adequação da estrutura e a construção do posto de abastecimento, bem como ampliação da capacidade de produção instalada, visando substituir gradualmente o uso do diesel em nossa frota até 2030. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.24).

A Tereos se considera uma empresa comprometida com a agricultura sustentável ao adotar e apoiar, em todos os elos de sua cadeia, práticas agrícolas ambientalmente responsáveis. Compartilham aprendizados, desafios e avanços. Usam indicadores e abordagens de gestão para os tópicos ambientais e sociais. Por isso, tem o reconhecimento de instituições como a Bonsucro (uma das principais iniciativas de sustentabilidade no setor sucroenergético) e a EcoVadis (plataforma que classifica a sustentabilidade de negócios), além da avaliação de alguns de nossos fornecedores parceiros na plataforma SAI/FSA. Por meio da economia circular, nossa cadeia de produção desempenha um círculo virtuoso, com aproximadamente 100% de utilização das matérias-primas e seus respectivos subprodutos. O compromisso com essas práticas sustentáveis nos permite acessar oportunidades financeiras diferenciadas, ligadas ao futuro. Assim, a Tereos já soma mais de R$ 2,3 bilhões em financiamentos verdes desde 2020, por meio de cinco transações financeiras, que

representam cerca de 50% do endividamento bruto da Companhia. De acordo com os dois contratos de financiamento vinculados à meta de sustentabilidade, a empresa se comprometeu com quatro indicadores-chave. Além dos relacionados à redução de emissões de GEEs (gases de efeito estufa), de consumo de água e do aumento da porcentagem de cana certificada utilizada nas operações, adicionamos um indicador social, incluindo uma meta de saúde e segurança (taxa de ocorrência de acidentes total) à linha de financiamento. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.25).

Sabendo que as matérias-primas são escassas e preciosas, a empresa tem atenção diária à toda a cadeia de processamento de nossos produtos. A Tereos é comprometida com práticas agrícolas sustentáveis e faz uso integral de suas matérias-primas, garantindo que nada seja desperdiçado, mas transformado. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.25)

Após extrair o caldo da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol (biocombustível renovável), o bagaço (subproduto) é usado para produção de energia elétrica renovável (cogeração). Da produção de etanol, tem-se como resíduo a vinhaça, que é destinada ao biodigestor para produção de biogás e, depois, utilizada para fertirrigação dos canaviais. Também se utiliza a torta de filtro (subproduto) como fertilizante orgânico, o que gera redução de emissões de GEE pelo não uso de fertilizantes nitrogenados. Atualmente, todas as unidades do Grupo contam com o uso de vinhaça localizada, que oferece maior precisão de aplicação e controle de vazão, garantindo qualidade na operação. O investimento é de cerca de R$ 23,5 milhões em um projeto para ampliar a utilização da vinhaça localizada nos canaviais, aumentando em cerca de 40 mil hectares de aplicação nas áreas da empresa. Na área agrícola, o foco foi na padronização e otimização da performance dos aplicadores. A empresa investiu também em melhorias na estrutura de carregamento e bombeamento de vinhaça, bem como em estratégias para redução de gargalos logísticos no transporte. Por fim, houve a ampliação da estrutura de aplicação de vinhaça por meio da aquisição de sete novos equipamentos de aplicação, totalizando 26 no Grupo. Do biogás, é possível gerar energia renovável (combustão do biogás nos geradores) ou produzir o biometano (biocombustível renovável) em substituição ao diesel para redução de emissões. No processo de purificação do biogás é feita a remoção do enxofre elementar, o que futuramente também poderá ser usado como fertilizante orgânico nas lavouras. De matéria-prima para a produção de açúcar a fonte renovável

de combustíveis e energia, a cana tem um aproveitamento recorde no setor sucroenergético, de praticamente 100%. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.26).

A empresa tem uma Política de Sustentabilidade e, por meio dela, a Tereos assume compromissos relacionados à gestão de resíduos que, por sua vez, prioriza a coleta seletiva. Todas as áreas – industriais, administrativas e de apoio (laboratório, restaurante etc.) – possuem lixeiras caracterizadas para a separação dos materiais e uma empresa terceirizada faz a coleta e triagem nas centrais de resíduos e pátios de sucata. Tudo o que é coletado vai para empresas parceiras com destinação ambientalmente adequada, seja para coprocessamento, reciclagem, re-rrefino, compostagem ou envio a aterro sanitário. Para evitar a geração de resíduos poluentes, prioriza-se a utilização de logística reversa, principalmente para as embalagens de IBC (usadas para grandes volumes), de agrotóxicos e baterias, e para as embalagens plásticas e de papel dos produtos para o consumidor final, que seguem a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) por meio da contratação de empresa especializada.

Implementou-se a compostagem *in company* para resíduos orgânicos gerados nos nossos refeitórios. O composto é utilizado internamente na jardinagem e no viveiro de mudas. Os resíduos de fuligem de caldeira são misturados à torta de filtro em pátios internos e utilizados na adubação do canavial. O acompanhamento semanal da saída dos resíduos é feito por meio de uma empresa parceira, com rastreabilidade dos dados. A Tereos tem o compromisso de destinar adequadamente 100% dos resíduos gerados, reduzindo a geração dos perigosos. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.28)

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, sendo um recurso natural limitado e essencial para o processo produtivo da empresa. Por isso, atua-se para aumentar a eficiência de seu uso na Companhia. Possuem metas atreladas ao tema até 2030 – como a redução de 21,5% de captação por tonelada de cana, tendo a safra 2017/2018 como ano-base. Investiu-se em melhorias no processo de reúso e contam com um comitê tático (em apoio ao Comitê Executivo de Sustentabilidade) que acompanha a gestão do recurso nas unidades. Nas operações, a captação é realizada por fontes subterrânea e superficial e a água passa por um tratamento para ser utilizada no processo industrial e para consumo humano. Tiveram uma redução

de 33% de captação na safra 2021/2022 em comparação com a safra 2020/2021, em razão da implementação de diversos projetos de diminuição de consumo nos processos industriais. O indicador de captação de água foi de 0,677 m³/tonelada de cana, abaixo da meta de 0,739 m³/tonelada de cana. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.31)

Por meio da Política de Sustentabilidade, também se assumiu compromissos relacionados à gestão de efluentes. Durante a safra 2021/2022, disponibilizou-se R$ 1,8 milhão para esse tipo de monitoramento. Todas as nossas unidades possuem licença (outorga) do órgão ambiental para realizar o lançamento desses resíduos em corpos hídricos, em conformidade com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). O efluente doméstico passa pelas estações de tratamento de esgoto (ETE) e o industrial (água residuária e vinhaça) é misturado e reutilizado como fertilizante nos canaviais, depois de análises que atestem atendimento ao padrão estabelecido. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.31).

Em relação ao compromisso com a economia de baixo carbono, a Tereos segue regulamentos e políticas ligadas ao tema, como as do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), do Programa Brasileiro GHG Protocol – por meio do qual realizam o inventário anual de nossas emissões de CO2 – e da ISO 14064-1. Adquiriram “financiamentos verdes”, com meta de reduzir a intensidade de emissões (kgCO2eq por tonelada de cana) em 4% ao ano até 2025. Entre as iniciativas adotadas para atingir essa meta estão a redução do uso de fertilizantes nitrogenados por meio da ampliação do uso de vinhaça localizada, composto orgânico e substituição do manejo clássico por alternativas orgânicas nas lavouras. Estão testando também o biometano para o abastecimento da frota de caminhões, que proporcionará a substituição gradual do diesel até 2030, reduzindo significativamente nossas emissões. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.32).

A cada ano são apresentadas reduções referentes às emissões absolutas em razão das iniciativas de mitigação. Na safra de 2021/2022, teve-se uma diminuição na quantidade de cana processada em decorrência da crise hídrica que afetou a região. Esse fator gerou uma menor demanda por combustível das máquinas agrícolas e um encurtamento da safra, tendo impacto direto na diminuição da emissão absoluta de gases de efeito estufa. Todas as formas de emissão foram impactadas por este cenário, porém as principais reduções ocorreram na geração de eletricidade,

calor e vapor e no transporte de materiais. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.32)

Possuem uma ampla cadeia de fornecedores com cerca de 3,5 mil parceiros de negócios, desde a matéria-prima (cana-de-açúcar) a serviços agrícolas, industriais e suprimentos em geral. A maior parte deles está localizada na região noroeste do estado de São Paulo, onde ficam unidades. O orçamento destinado a contratação desses serviços é de aproximadamente R$ 5 bilhões, incluindo materiais e aquisição de cana-de-açúcar, e mão de obra nas operações agrícolas e industriais. A política de aquisições de bens e serviços da empresa busca garantir uma prática de compras sustentável e duradoura. Em todos os contratos estão presentes cláusulas relacionadas ao respeito aos Direitos Humanos, a não exploração do trabalho infantil, degradante ou em condição análoga ao escravo, bem como exigências específicas de anticorrupção, trabalhistas e previdenciárias. O Código de Responsabilidade Social direciona os parceiros no cumprimento de leis e normas ambientais que contribuem inclusive para que eles reduzam os impactos em suas próprias atividades. Atualmente, cerca de 49% da cana (7,6 milhões de toneladas) processada pela empresa é proveniente de 700 produtores rurais parceiros. Para reforçar os laços entre agricultores e a Companhia, a empresa possui o "Programa Amigo Produtor", um programa de relacionamento baseado em seis alavancas: segurança, suporte técnico, atendimento, serviços, compras e sustentabilidade. Por meio dele, disponibilizam orientações sobre plantio, colheita, preservação do canavial e qualidade do produto. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.39)

A empresa também possui o programa Amigo Produtor Sustentável (APS), dando apoio na área de sustentabilidade, com orientações sobre legislação, tanto ambiental quanto trabalhista, como estímulo para que se envolvam em uma agricultura sustentável. Esse suporte técnico é prestado com o intuito de apoiar os fornecedores a conquistarem a avaliação do FSA (Farm Sustainability Assesment) da plataforma internacional SAI (Sustainable Agricultural Initiative), realizada por auditoria externa. Em 2021, cinco deles conquistaram o nível prata ou ouro. Os fornecedores que participam da plataforma SAI são auditados a cada três anos. São proporcionados aos produtores o acesso a serviços com custos reduzidos, tratamento diferenciado em nas unidades industriais e convênios com cooperativas, entre outros

benefícios. 90% do orçamento da empresa é gasto com fornecedores locais. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.40)

A empresa estimula uma cultura focada na valorização da equipe interna e tem como prioridade investir nos talentos próprios para proporcionar oportunidades de desenvolvimento e crescimento de carreira. Assim, 80% das oportunidades de vaga são preenchidas com aproveitamento interno. A gestão de remuneração é baseada nas diretrizes e políticas da Tereos, em linha com as práticas mais atuais do mercado. Todos recebem avaliação de desempenho, cujas notas influenciam na remuneração variável e nas promoções. A criação de um valor sustentável e de longo prazo direciona as nossas ações de desenvolvimento, engajamento e capacitação dos profissionais. Como reconhecimento do desempenho em Pessoas, a empresa recebeu, em 2022, a certificação GPTW (Great Place to Work), selo conferido às empresas com alto nível de qualidade do ambiente de trabalho e cultura organizacional. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.50)

Neste sentido, pensando no bem-estar e na qualidade de vida dos nossos colaboradores, a empresa proporciona uma série de benefícios que são concedidos a todos os colaboradores, independentemente do tipo de contrato (efetivo ou safrista, de abril a novembro), tais como: planos de saúde e odontológico, seguro de vida, licenças-maternidade e paternidade. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.50)

A empresa também afirma investir na formação dos colaboradores, buscando excelência em todos os processos. Foi elaborada uma política interna de treinamento com diretrizes para a promoção de cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional e técnico. Os colaboradores da empresa seguem um plano de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais com o intuito de qualificá-los para o bom desempenho de suas atividades. Nesse sentido, são incentivadas diferentes habilidades por meio de especializações. No ciclo 2021/2022, foram investidos cerca de R$ 3,8 milhões em ações voltadas a aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional. Definiu-se também indicadores e normas de treinamento para acompanhar o aproveitamento dos colaboradores nos programas e tornar claras as oportunidades de desenvolvimento na Companhia. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.50)

No quesito gestão da diversidade, equidade e inclusão, a empresa busca avançar na proporção de homens e mulheres em todas as áreas e cargos, assim como

na equalização de salários. Possui como meta ter 15% de mulheres na força de trabalho até 2030, garantindo que todo processo seletivo tenha, no mínimo, duas mulheres entrevistadas. Além disso, querem chegar a 17,5% de mulheres em cargos de liderança no mesmo período. Em março de 2022, um novo setor, dedicado à recuperação de áreas degradadas por meio do reflorestamento, foi criado com atividades a serem conduzidas e lideradas por turmas exclusivamente femininas. As equipes, formadas por cerca de 40 mulheres, atuam em três das sete unidades da empresa, nas cidades de Olímpia, Tanabi e Colina. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.58)

O engajamento da Tereos foi reconhecido e premiado na edição 2022 do Mastercana Social, que valoriza as iniciativas voltadas à responsabilidade social e desenvolvimento sustentável das empresas e entidades do setor sucroenergético. A empresa recebeu o troféu na categoria “Valorização da Diversidade”, com o curso para Operação de Máquinas Agrícolas, em Tanabi (SP). Voltado exclusivamente a mulheres moradoras da região e arredores, o curso promoveu a capacitação, o desenvolvimento de habilidades e a iniciação profissional das participantes, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e as oportunidades de emprego no local. Após a finalização do treinamento, com duração de 80 horas divididas em aulas teóricas e práticas, cerca de 65% das participantes passaram a integrar o quadro de funcionários da Companhia para a safra seguinte. Abriu-se também um processo seletivo de jovens aprendizes exclusivo para mulheres, na unidade Cruz Alta, localizada em Olímpia (SP). Todas as vagas são voltadas para atuação no setor agrícola, em áreas como motomecanização, tratos culturais e reflorestamento. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.58).

A empresa tem como premissa de que acidentes podem ser evitados e, assim, vidas podem ser preservadas. Para isso, a empresa conta com: Política de Sustentabilidade; adoção de medidas de alta hierarquia; análises quantitativas e qualitativas contínuas para mensuração dos riscos de nossos ambientes de trabalho; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA); Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT); e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI). Para todas as funções, há avaliações sobre riscos associados a elas nas esferas da segurança (PGR/PPRA) e da saúde no trabalho (PCMSO). Para auxiliar na utilização de melhores práticas, criamos um

manual com informações de segurança distribuído para todos os nossos colaboradores e contamos com programas de treinamentos em saúde e segurança. Em todas as nossas unidades há uma equipe formada por bombeiros civis, engenheiros e técnicos de segurança, além de médicos e analistas de saúde ocupacional especializados na saúde do trabalhador. Todos os casos de saúde ocupacional são monitorados por meio de indicador específico. A meta é aprimorar procedimentos, práticas e comportamentos seguros para fortalecermos uma cultura diária de preservação da saúde e da segurança. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.60)

O "Programa Colaborador Saudável", busca incentivar a alimentação saudável e a prática de atividade física no dia a dia, bem como assegurar às pessoas portadoras de doenças crônicas o acompanhamento e o controle de suas comorbidades. Também são realizadas campanhas anuais de saúde, como as de imunização, prevenção e combate ao câncer de mama, ao câncer de próstata e de saúde mental, entre outros. Embora não tenham comitês formais de saúde e segurança do trabalho, há uma rotina de reuniões semanais e mensais com gestores de sustentabilidade, superintendências (operacional e de excelência operacional), gerentes executivos e de unidades, e o presidente da empresa. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.61)

A empresa também afirma trabalhar para influenciar de maneira positiva as comunidades com as quais se relaciona. Busca contribuir para o desenvolvimento local por meio do diálogo e ações, sempre valorizando sua diversidade e seus saberes locais. As nossas principais ações com as comunidades na safra 2021/2022 foram:

Doação de energia: direcionamos parte da nossa energia gerada a partir da cana-de-açúcar para o Hospital de Amor de Barretos (SP).

Programa Pescar: promovemos a inclusão no mercado de trabalho de adolescentes e jovens em vulnerabilidade socioeconômica por meio da parceria com a Fundação Pescar. (TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL, P.64).

3.3.6: São Martinho S.A.

A São Martinho S.A. é uma companhia brasileira de capital aberto com atuação no setor sucroenergético e negócios que abrangem produção e comercialização de açúcar, etanol, energia elétrica e demais derivados da cana-de-

açúcar. Com mais de um século de história, a empresa conta hoje com mais de 12,6 mil colaboradores diretos e 3,4 mil fornecedores de bens e serviços. A estrutura operacional se divide em quatro usinas – São Martinho, Santa Cruz e Iracema, em São Paulo, e Boa Vista, em Goiás – e escritórios administrativos na capital paulista, em Ribeirão Preto (SP), na sede de Pradópolis (SP) e na unidade de Américo Brasiliense (SP). 70% da cana-de-açúcar processada em nas unidades é proveniente dos 250 mil hectares de terra que a empresa faz gestão, entre área própria, em arrendamento e parceria. Os outros 30% de matéria-prima provém de 100 mil hectares pertencentes a produtores agrícolas. Com um modelo de colheita 100% mecanizado desde a safra 2016/2017, a empresa construiu ao longo dos anos uma reputação atrelada à inovação, à alta produtividade e ao compromisso com a sustentabilidade. Desde 2007, a empresa integra o Novo Mercado da B3, atendendo a padrões elevados de governança corporativa. A disciplina e solidez financeira asseguram reconhecimentos: em 2021, a empresa obteve rating de crédito como grau de investimento global pela agência Standard & Poor's e foi reconhecida como uma das companhias mais inovadoras no agronegócio. A safra foi encerrada com posição financeira estável, com alavancagem abaixo de 1,0x e um Ebitda 43,6% acima do ciclo anterior. (SÃO MARTINHO S.A., P.8)

A empresa é uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil. Em 2021/2022, processou 19,9 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com produção de 1.303 mil toneladas de açúcar, 913 mil m³ de etanol e exportação de 760 mil MWh de energia excedente para o mercado. As usinas têm como diferenciais a flexibilidade no mix da produção, atendendo a necessidades de acordo com demanda e precificação, bem como a elevada capacidade produtiva e a localização estratégica, próximo de corredores logísticos e grandes centros consumidores. (SÃO MARTINHO S.A., P.10)

As usinas também detêm a Certificação da Produção Eficiente de Biocombustíveis, que autoriza a emissão e venda de créditos de descarbonização (CBIOs), de acordo com as normas estabelecidas pelo programa RenovaBio. (SÃO MARTINHO S.A., P.10).

Em 2021, a empresa reforçou a governança ESG com a criação de uma gerência e comitês específicos e definimos nossas ambições, de forma a contribuir para a redução dos impactos climáticos por meio do fornecimento de energia limpa e

renovável, uso eficiente dos recursos naturais, incentivo à cadeia de fornecedores na adoção de boas práticas e a inclusão e diversidade pela educação. (SÃO MARTINHO S.A., P.4)

A empresa também iniciou a construção inovadora da planta de etanol de milho na unidade Boa Vista e da nova usina termoelétrica da unidade São Martinho, investimentos estes financiados por meio do BNDES e do International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial. Nesta última captação, parte dos R$ 2,1 bilhões foram obtidos com “critérios verdes” (SÃO MARTINHO S.A., P.5)

Dentre os destaques da empresa, são apresentados: (SÃO MARTINHO S.A., P.12-13)

Capital Financeiro: 1) Sólida posição de liquidez com forte geração de caixa; 2) Listada no Novo Mercado da B3; 3) Investimento na expansão e manutenção das atividades agroindustriais. Impactos: Rating Global de grau de investimento pela S&P, com lucro caixa de R$ 1,53 bilhão e EBITDA Ajustado de R$ 3,14 bilhões; Valor adicionado total de R$ 4,32 bilhões e baixa alavancagem (0,93 x safra 2021/2022); Captação de R$ 1,098 bilhão com Selo Verde da S&P; Emissão de debêntures de R$ 500 milhões com Selo Verde SITAWI; Diversificação de negócios e produtos.

Capital Manufaturado: 1) Capacidade de moagem de 24,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em quatro unidades produtoras; 2) Capacidade de estocagem de 820 mil toneladas de açúcar e 740 mil m³ de etanol; 3) Malha ferroviária da Usina São Martinho conectada ao Porto de Santos. Impactos: Produção de 1.301 milhão de toneladas de açúcar e mais de 913 mil m³ de etanol atendendo mercados interno e externo; 760 mil MWh de bioeletricidade acrescidos à matriz energética brasileira; Agilidade no atendimento aos clientes, com custo logístico mais competitivo.

Capital Intelectual: 1) Centros de operações agroindustriais nas quatro unidades; 2) Cultura de inovação, melhoria contínua e sustentabilidade; 3) Parcerias com universidade, centros de pesquisa e startups. Impactos: Operação plena do COA em todas as unidades; Propagação mais eficiente e rastreabilidade de novas variedades de cana; Estruturação e otimização de processos por metodologias ágeis; Prêmio Valor Inovação Brasil 2021.

Capital Humano: 1) 12.652 colaboradores próprios, 485 estagiários, aprendizes e trainees e 471 terceiros em unidades agroindustriais e escritórios

corporativos; 2) Desenvolvimento de competências, habilidades e experiências diversas dos colaboradores: mais de 454 mil horas em treinamento e desenvolvimento de colaboradores. Impactos: Colaboradores em condições seguras em meio à pandemia; Melhor empresa em gestão de pessoas de 2021 na categoria 7.001 a 17.000 funcionários pela Valor Carreira.

Capital Social e de Relacionamento: 1) Processo estruturado de engajamento com stakeholders; 2) Destinação voluntária de recursos guiada pelas diretrizes de Investimento Social Privado (ISP); 3) Parcerias com instituições de aprendizagem de relevância nacional. Impactos: Maior empregadora de suas localidades de atuação; Manutenção dos painéis de engajamento com as comunidades; Capacitação de 427 jovens da comunidade, com aproximadamente 60% de efetivação.

Capital Natural: 1) Gestão de 250 mil hectares de terras, com manejo conservacionista do solo; 2) Autossuficiência de energia a partir de fonte renovável; 3) Dois viveiros para produção de mudas de árvores nativas e frutíferas; 4) Amplo escopo de certificação socioambiental, incluindo RenovaBio e Bonsucro. Impactos: Comercialização de cerca de 1,13 milhão de CBIOs; Plantio de cerca de 100 mil mudas de árvores nativas e frutíferas em 2021; Certificação Bonsucro na Usina São Martinho e ISO 14001 na Usina Iracema; Nota B no questionário Mudanças Climáticas do CDP de 2021; Verificação por terceira parte do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) de 2021.

Revisou-se a materialidade da companhia na última safra, avaliando a relevância de assuntos ESG à luz de seu impacto sobre o negócio e sobre os nossos públicos de relacionamento. Após análise, foram identificados seis temas materiais que se conectam à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e expressam nosso compromisso com temas-chave, como inovação, gestão de pessoas e diversidade, desempenho econômico do negócio, mudanças climáticas, água e segurança no trabalho.(SÃO MARTINHO S.A., P.15)

Tabela 4 - Temas Materiais São Martinho S.A.

TEMAS MATERIAIS	CONTEXTO E DESAFIOS DO TEMA	CONEXÃO COM OS ODS / AGENDA 2030
Inovação e tecnologia	O investimento em inovação permite à companhia se adaptar a novos cenários e tendências de mercado e promover a circularidade no modelo de negócio.	2, 7, 8, 9
Gestão de pessoas e diversidade	Engloba temas como atração e retenção, carreira, reconhecimento, remuneração, benefícios, engajamento e ações para promoção da equidade e da inclusão, além da pluralidade de opiniões.	1,3,4,5,8,10
Estratégia climática e emissões	Identificação de riscos e oportunidades ligados à mudança do clima que podem impactar o modelo de negócios, incluindo compromissos, metas, governança e ações de controle em gases de efeito estufa (GEE) e poluentes atmosféricos.	7,13
Saúde e segurança ocupacional	Aborda protocolos e processos que identifiquem riscos e garantam operações seguras, além de ações de engajamento para uma cultura de segurança.	3,8
Desempenho econômico do negócio	Gestão do desempenho econômico e transparência na prestação de contas	5,8,9,11,13
Gestão de recursos hídricos	Foco na gestão de impactos da operação sobre recursos hídricos associados à captação e ao consumo de água, bem como ao descarte de efluentes.	6,9,12

Tabela 4: Temas Materiais São Martinho S.A. (SÃO MARTINHO S.A., P.16),

Mantem-se como prioridades na gestão da inovação o investimento em tecnologias que impactam o campo, em especial conectividade; geração de conhecimento, estudos, patentes e parcerias com centros de pesquisa para aumentar a produtividade; e na aproximação com o ecossistema de startups e agtechs, por meio da inovação aberta e do estudo de soluções disruptivas. Um destaque foi a parceria com o Itaú BBA e a Corteva Agriscience na criação do Cubo Agro, vertical temática

dentro do Ecossistema Cubo Itaú que, no começo de 2022, teve, ainda, CNH e Suzano como novos parceiros. Trata-se de uma iniciativa de inovação aberta pioneira em nosso setor, que conecta empresas, agtechs, fintechs, fundos de investimentos e outros atores do ecossistema de inovação para estreitar laços e buscar soluções inovadoras para os desafios do setor. De acordo com dados do Radar Agtech Brasil 2020/2021*, o número de startups ativas na área aumentou 40%, sendo líder o estado de São Paulo, com 48% do registrado no país. A carteira de projetos de inovação reuniu iniciativas com investimentos de mais de R$ 20 milhões durante a safra 2021/2022. (SÃO MARTINHO S.A., P.17)

A estrutura de gestão agroindustrial com a integração lavoura-usina-distribuição e elevado percentual de automação e mecanização, possibilitou a redução de custos de produção. Terras próprias 70% de cana-de-açúcar fornecida por propriedades administradas pela companhia, permitindo monitoramento próximo e direcionamento de esforços e investimentos. Posição financeira consolidada. Com alavancagem abaixo de 1,0x (relação dívida líquida/Ebitda), mesmo em período intensivo de investimentos, a companhia está preparada para navegar por cenários de preço e custo desafiadores e mantém caixa coerente com suas necessidades. (SÃO MARTINHO S.A., P.25)

Projetos voltados à eficiência e à incorporação de novas frentes de negócios integram os objetivos estratégicos da São Martinho. Durante a safra, avançou-se em uma série de iniciativas que diversificam nossas fontes de energia, capacidade e frentes de negócios. Na Usina São Martinho, o projeto de ampliação de nossa UTE (unidade termoelétrica) é um caso de conexão entre premissas ESG e ganhos para o negócio. Hoje, a capacidade de geração é de 33 kWh/tc a partir do bagaço de cana-de-açúcar e, na safra, avançamos na segunda fase de obras das novas instalações, com sua entrada em operação na safra 2024/2025. (SÃO MARTINHO S.A., P.26)

Usando a mesma quantidade de bagaço consumido atualmente, a planta permitirá incrementar o volume para exportação de bioeletricidade da companhia, com capacidade para abastecer até 115 mil residências todos os anos, considerando a média de consumo brasileira. Além desses ganhos, o investimento contribui para evitar 85 mil toneladas de GEE emitidos para a atmosfera por ano, em comparação à

emissão gerada pela utilização da energia obtida via gás natural. (SÃO MARTINHO S.A., P.26)

Outro projeto relevante está na Usina Boa Vista, com a fábrica de etanol de milho. Com capacidade de processamento de 500 mil toneladas, a planta produzirá até 210 mil m³ de etanol, aumentando em 23% nossa produção anual, quando comparado a esta safra; 150 mil toneladas de Distiller's Dried Grains with Solubles (DDGS), utilizados para ração animal; e 10 mil toneladas de óleo de milho. Além disso, destacam-se a criação de empregos diretos e indiretos na região (cerca de 1,4 mil) e a geração de CBIOs por meio da operação. Trata-se de uma iniciativa atrelada à visão estratégica da companhia de investir em biocombustíveis, incrementando 33% das emissões evitadas de GEE pelo uso do etanol produzido pelas unidades da São Martinho. A unidade entrará em atividade na safra 2022/2023 e receberá, no total, investimentos de até R$ 740 milhões. (SÃO MARTINHO S.A., P.26)

Disciplina financeira é foco da empresa e, desde 2017, a Agenda ESG passou a integrar os objetivos da Área Financeira, quando foram emitidos os primeiros Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e foi captado pela primeira vez recursos com o IFC. A capacidade de captar recursos diferenciados em custo e prazo, em conjunto com o Grau de Investimento no Rating Global pela S&P, proporcionam um perfil de dívida bastante alongado. Nesta safra, ampliou-se ainda mais a participação de recursos verdes no perfil da dívida, captando volume expressivo para financiar os investimentos de etanol de milho na Usina Boa Vista e de cogeração na Usina São Martinho:

- R$ 942 milhões via Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES);
- US$ 100 milhões via IFC, braço financeiro do Banco Mundial, e Rabobank;
- R$ 300 milhões em recursos de crédito rural via Banco do Brasil;
- R$ 1,6 bi em debêntures de infraestrutura, sendo R$ 500 milhões em junho/21 e R$ 1,1 bilhão em abril/22. (SÃO MARTINHO S.A., P.27)

De forma inédita, foram emitidas debêntures de infraestrutura com Selo Verde das certificadoras externas, Sitawi e S&P. Estes selos reforçam alinhamento com os padrões globais de sustentabilidade Green Bond Principles (GBP) e Climate Bond Standards e definem critérios de rastreabilidade dos fornecedores de cana-de-açúcar e milho a serem cumpridos a cada compra de matéria-prima, até 2031. De

maneira similar, para acessar os recursos de crédito rural do Banco do Brasil, houve a necessidade de comprovar a rastreabilidade da cana-de-açúcar. No empréstimo bilateral com o IFC/Rabobank, a companhia se compromete com ações relacionadas a Saúde e Segurança e com as comunidades vizinhas, por meio do Plano de Ação Social e Ambiental. (SÃO MARTINHO S.A., P.27)

O Sistema de Gestão Integrado tem sido a principal ferramenta para acompanhar o atendimento aos indicadores e padrões de qualidade, eficiência, conformidade e desempenho operacional e dos temas de ESG na lavoura e na indústria. A empresa tem um rol de certificações que atestam os processos internos e, para 2022, a meta é expandir a quantidade de usinas certificadas em gestão ambiental (ISO 14001) e sustentabilidade (Bonsucro). Atualmente três unidades certificadas Bonsucro, protocolo que atesta o atendimento às melhores práticas socioambientais, com destaque para os aspectos relacionados aos direitos humanos, incluindo combate a prática de discriminação, trabalho forçado e infantil, garantia de cumprimento de normas trabalhistas e de segurança ocupacional, além de devido registro de absenteísmo. (SÃO MARTINHO S.A., P.28).

Os Comitês atuam assessorando o Conselho de Administração na análise de temas específicos, estudando os assuntos de sua competência e reunindo-se de forma ordinária trimestralmente ou conforme solicitação de membro do Comitê/Conselho de Administração.

São eles:

- Auditoria – Avalia informações trimestrais e econômico-financeiras; acompanha alterações nas práticas e nos procedimentos contábeis; opina na contratação/destituição da auditoria independente e interna e acompanha suas atividades, assim como as das áreas de conformidade, controles internos e gestão de riscos; avalia e monitora exposições a riscos e planos de tratamento, questões ligadas a ética, imagem, reputação corporativa, Canal Ético; e analisa aspectos legais e contingências (contencioso).

- Financeiro – Analisa orçamentos, resultados, riscos de caráter econômico-financeiro, viabilidade de projetos, novos negócios e investimentos, alternativas estratégicas de crescimento, evolução do endividamento, operações financeiras e gestão do hedge de moeda, e risco de crédito. Pode ainda propor ao Conselho de Administração a definição de indicadores de riscos e limites de

exposição.

- Gestão de Pessoas – Orienta o planejamento estratégico de gestão de pessoas, recomenda o plano e a política de remuneração e benefícios da administração e funcionários, propõe metas corporativas e objetivos para avaliação da performance da Diretoria.
- Inovações Tecnológicas – Apoia na identificação de tecnologias que propiciem aumento da produtividade, produtos e serviços que agreguem valor ao negócio, avalia o desempenho da Diretoria às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e analisa, em conjunto com o Comitê Financeiro, estratégias de crescimento e evolução nos resultados de novos negócios. (SÃO MARTINHO S.A., P.33)

Reclamações, desvios de comportamento e não conformidades podem ser comunicadas pelo Canal Ético (0800 777 3131, ligação gratuita), e-mail (etica@saomartinho.com.br), site e Intranet. O canal é administrado por empresa externa e independente, assegurando o sigilo e a não retaliação aos denunciantes. A área de Conformidade faz a gestão do canal, analisa os comunicados e envia aos Grupos de Trabalho das unidades para apuração. A área também é responsável pelas questões de LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), tem uma Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e disponibiliza um canal para comunicação (e-mail: privacidade@saomartinho.com.br). Monitora terceiros (fornecedores de matéria-prima, bens e serviços), prevenindo eventuais casos de não conformidade por meio de ações de duediligence e controles. (SÃO MARTINHO S.A., P.35)

Um Manual de Governança contendo as principais políticas (Anticorrupção, de Transações com Partes Relacionadas), o Código de Ética e Conduta Profissional e os Regimentos Internos é fornecido aos nossos administradores no início de seus mandatos. Aos colaboradores, são apresentados o Código de Ética e Conduta Profissional e a Política Anticorrupção no processo de integração. Além disso, nas Condições Gerais de Contratação, nossos parceiros de negócio concordam em observar e respeitar as normas internas e o Código de Ética. (SÃO MARTINHO S.A., P.35)

No quesito econômico-financeiro, ao final da safra, o Ebitda Ajustado somou R$ 3,14 bilhões, 43,6% acima de 2020/2021, recorde histórico. A margem Ebitda Ajustado ficou em 54,5%. Contribuíram os maiores preços médios de

comercialização de etanol e açúcar. A receita líquida acumulada foi de R$ 5.764,7 milhões, crescimento de 33,4% no comparativo com a safra, sob influência de receitas ligadas a negócios imobiliários e comercialização de CBIOs. (SÃO MARTINHO S.A., P.37)

Com relação à dívida líquida, a safra encerrou com posição de R$ 2,9 bilhões em março de 2022, 7,6% acima de março de 2021, sob influência dos investimentos em expansão (planta de etanol de milho e cogeração de energia). Sua composição era de 87,7% em reais e o restante, 12,3%, em dólares. O prazo médio reflete os esforços de alongamento, com 90% do valor em dívidas de longo prazo. A relação dívida líquida/Ebitda segue em patamares controlados, tendo fechado 2021/2022 em 0,93x – abaixo do dado de 1,24x ao final da safra anterior. (SÃO MARTINHO S.A., P.38)

A safra 2021/2022 foi encerrada com mais de 12.600 colaboradores diretos, sendo 92,8% deles homens, número que se soma a 29 trainees, 427 aprendizes e 29 estagiários. Por meio de diversas ações de reconhecimento, desenvolvimento e avaliação, a empresa trabalha para que todos tenham segurança, saúde, bem-estar e sintam-se respeitados e valorizados em suas rotinas profissionais. Essas premissas foram ainda mais importantes no enfrentamento das ondas de contágio da Covid-19 durante a safra. Paralelamente, a empresa segue investindo nos pilares estratégicos de gestão de pessoas definidos pela companhia. Durante a safra, alguns programas e projetos ligados à gestão de pessoas foram desenvolvidos, com destaque para o Programa de Sensibilização Comportamental. Realizado há mais de 20 anos, o programa, que abrange toda nossa equipe, nesta edição teve o objetivo de sensibilizar os colaboradores para que tenham um comportamento mais seguro. A Sensibilização Comportamental trabalha atividades teóricas e vivenciais com foco na conscientização sobre a percepção de risco e a tomada de decisão como fatores importantes para um trabalho seguro. (SÃO MARTINHO S.A., P.42)

- Programa de Estágio: porta de entrada para a companhia em diferentes áreas de formação, teve 29 participantes ativos na safra.
- Valores em Ação: com 13 anos de existência, acelerou o desenvolvimento de 287 pessoas para potenciais posições de promoção dentro da companhia.
- Programa de Formação de Mantenedores Agrícolas Usina São Martinho:

tem por finalidade desenvolver colaboradores nas atividades de manutenção em máquinas e equipamentos agrícolas.

- Programa de Trainees: ocorre desde 2008 e, durante 2021/2022, contou com a participação de 29 pessoas.
- Programa Aprendiz: realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), proporcionou a capacitação profissional de 427 aprendizes de 16 a 24 anos incompletos. O volume de investimentos no programa chega a R$ 7,1 milhões.
- Programa Segundo Tempo: destinado a colaboradores com 60 anos ou mais ou aposentados por tempo de contribuição, preparando-os para seu desligamento e transição de carreira.
- Programa de Sensibilização Comportamental: impactou mais de 11,4 mil colaboradores de todas as áreas com reflexões e ações de desenvolvimento de comportamento, atitudes e valores. (SÃO MARTINHO S.A., P.42)

No Código de Ética e Conduta Profissional e na Política de Responsabilidade Social, a empresa expressa seu compromisso com o respeito, contra o assédio e combate a toda forma de discriminação. Todas as violações a essas diretrizes devem ser denunciadas por meio do Canal Ético. O tema de diversidade apresentou relevância no radar da companhia no último processo de materialidade, quando incluído no rol de temas relevantes ESG. A companhia espera poder evoluir em compromissos, metas e indicadores sobre o assunto nos próximos anos. (SÃO MARTINHO S.A., P.43)

Historicamente, o compromisso com a diversidade e a igualdade de oportunidades compõe os investimentos da São Martinho e se traduz nos seguintes programas:

- Empresa Cidadã Desde 2010, a empresa adota a prorrogação do período de licença-maternidade de 120 dias para 180 dias. Com isso, em todas as unidades, 100% das mães podem optar por ficar seis meses em casa após o parto, antes de retornar ao trabalho. Além disso, a companhia adota a licença-paternidade prorrogada, de cinco para 15 dias. (SÃO MARTINHO S.A., P.43)
- Programa Qualificação para Mulheres: Com o objetivo de criar ações que promovam o 4º princípio do Empoderamento Feminino, proposto pela ONU Mulheres e assinado pela São Martinho em 2019, criou-se um programa de qualificação e

profissionalização de mulheres nas comunidades onde nossas usinas estão instaladas. A primeira turma, formada por dez mulheres, da região da Usina São Martinho, teve seu início em maio de 2021 com a qualificação Instrumentista 4.0 em parceria com Senai de Ribeirão Preto. Durante a safra 2021/22, houve também a implantação do mesmo curso nas demais unidades, atendendo às regiões das usinas Santa Cruz, Iracema e Boa Vista. (SÃO MARTINHO S.A., P.43)

- Saúde e Segurança: Acompanhamento de todos os casos e incidentes por meio de análises de taxas de frequência e gravidade, calculadas seguindo a metodologia ABNT-NBR 14280. Os casos e dados são discutidos pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e pelos comitês de Segurança e de Saúde presentes em todas as unidades. A governança do tema é exercida por três comitês: Estratégico (composto pelo Diretor-presidente e diversas diretorias), com encontros no mínimo mensais; Tático (composto por gerentes e coordenadores das áreas de SSO), com reuniões mensais; e Operacional (com diretores, gerentes e gestores de processos, bem como coordenadores de SSO e Operação), também reunido a cada mês. Todos os riscos mapeados são tratados por meio de planos de ação, e acidentes passam por investigação de causas e possíveis motivadores ou problemas a serem corrigidos. Todo colaborador tem direito a recusar serviços em que identifique risco grave iminente, sem que ocorram represálias. Para evitá-las, há suporte do Canal Ético, em que a identificação do colaborador é facultativa. São analisados riscos relacionados a agentes físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, e todo risco identificado conta com plano de ação e acompanhamento pelas equipes de Saúde e Segurança Ocupacional. São realizadas ações periódicas de sensibilização – campanhas, semanas e eventos promovidos por organismos como Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR). Outra ação importante é o Programa Bem Saudável, voltado à saúde integral dos colaboradores. Há, ainda, programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de Conservação Auditiva (PCA), de Proteção Respiratória (PPR) e de Gestão Ergonômica (PGE). (SÃO MARTINHO S.A., P.44-45)

Mesmo com a atenção ao tema segurança, na safra 2021/2022, lamentavelmente a empresa teve um acidente fatal durante a manutenção do vazamento em uma válvula na destilaria. As causas foram exaustivamente investigadas, levando à conclusão de que houve falha no procedimento de bloqueio

de energia para a realização da tarefa. As ações adotadas incluíram: (1) revisar procedimento de bloqueio; (2) revisar levantamento de perigos e riscos; (3) revisar procedimento de Autorização de Trabalhos Críticos e Especiais; (4) realizar estudo operacional de equipamentos e linhas de retirada de condensados; (5) criar um ambiente dedicado para o planejamento de atividades críticas e especiais; e (6) comunicar aos envolvidos nas atividades sobre as medidas tomadas e revisões feitas. (SÃO MARTINHO S.A., P.45)

Com um Portal de Fornecedores, existe um processo de compra que garante que 100% dos fornecedores sejam signatários das Condições Gerais de Contratação e do Código de Ética e Conduta Profissional, em que concordam que a observância e o respeito aos princípios socioambientais indicados no documento são fundamentais para execução da contratação. Os processos de seleção e gestão dos parceiros de negócios seguem aspectos de riscos, além de diretrizes de ética, relações justas e direitos humanos e trabalhistas. Existe um olhar especial, por exemplo, para os direitos humanos não apenas na cadeia produtiva de cana, mas também em diversas categorias de fornecedores – como equipes de segurança patrimonial e de instalações. Na safra, todos os mais de 160 profissionais de segurança foram treinados em direitos humanos. Tanto para os novos fornecedores como para os atuais, prevemos em contrato obrigações de respeito às leis e normas e compromisso com questões socioambientais. Ações de corrupção, discriminação e trabalho infantil, escravo ou degradante também são coibidas. Os processos de análise de novos fornecedores também levam em conta aspectos de preço, prazo e localidade. A empresa, sempre que possível, prioriza fornecedores locais situados a até 150 km de nossas unidades. (SÃO MARTINHO S.A., P.46)

Refletindo o amadurecimento como negócio, nos últimos anos, a São Martinho passou a enxergar o investimento no desenvolvimento social como parte da estratégia de futuro da companhia. Por meio da plataforma Investimento Social Privado e de ações de engajamento com sociedade civil e atores do entorno de nossas unidades, a empresa trabalhou no atendimento aos pedidos de doação e investimento social com olhar cada vez mais integrado aos temas materiais e eixos de impacto prioritários do nosso negócio. (SÃO MARTINHO S.A., P.49)

Na safra, a empresa fez a doação de R$ 356 mil para instituições comunitárias nos entornos das quatro usinas da São Martinho, em caráter de doação

voluntária. Além disso, apoiamos diversos projetos por meio de Incentivo Fiscal (Casa do Vovô, Inglês sem Fronteiras, Jovens Pesquisadores, APAE de Américo Brasiliense, Fundação Reviver, Brigada Mirim, Fundação Lions e Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto). (SÃO MARTINHO S.A., P.49)

Durante o período, a empresa manteve diversos programas e ações de capacitação e desenvolvimento de jovens para o mercado de trabalho, como Primeiro Emprego Projovem (que atendeu 45 jovens de 16 a 18 anos, com investimento de R$ 996 mil); Qualificação para Mulheres (na safra, o curso foi além da Usina São Martinho e chegou às três demais unidades); e Ler É Viver (patrocínio oficial da Feira Internacional do Livro). Destaca-se também as ações de voluntariado, como a Campanha Natal sem Fome (com 1,7 mil kg de alimentos arrecadados em dezembro de 2021), a Campanha do Agasalho (com 2 mil peças arrecadadas em junho de 2021), além de doações de sangue e medula óssea. Outra ação importante está nos Centros de Educação Ambiental (CEAs) das usinas, que trabalham a conscientização de colaboradores, estudantes e comunidade em geral. Juntos, os CEAs já receberam mais de 132 mil pessoas nos últimos 20 anos. (SÃO MARTINHO S.A., P.49)

Na safra 2021/2022, a empresa manteve-se atenta à temática da Covid-19 e buscou contribuir com o enfrentamento da crise sanitária nas comunidades de entorno. Foram realizadas dezenas de ações, incluindo reativação de leitos, apoio em infraestrutura hospitalar, doação de kits de testes de Covid-19, doações de alimentos e equipamentos de proteção individual e compra de tecnologias e equipamentos. (SÃO MARTINHO S.A., P.49)

O planejamento financeiro da empresa é diretamente impactado por fatores climáticos. O foco é contribuir com o cumprimento das metas do Acordo de Paris, reduzir as emissões de GEE e aumentar a oferta de energia renovável no país, por meio de nosso negócio (biocombustíveis e geração de eletricidade a partir de biomassa). Nas unidades, a empresa está exposta ao risco de escassez hídrica para abastecimento industrial, fenômeno que pode se materializar e ser agravado por estiagens como a vivenciada na safra 2021/2022. Para lidar com esse cenário, a companhia tem plano de contingência para diminuir a demanda de água captada. Avaliou-se custos diretos associados ao risco de baixa precipitação, com valor acima de R$ 50 milhões, sendo possível a sua ocorrência no médio prazo. Outro risco monitorado é o de incêndios em áreas agrícolas, com custos diretos na operação

superiores a R$ 30 milhões. Parte do impacto financeiro pode ser visto sob a ótica do custo de reflorestamento de vegetação de APPs, Reserva Legal e maciço florestal. Apesar da colheita de cana crua ser 100% mecanizada, sem queima, há a ocorrência de incêndios de diferentes naturezas. É possível, por exemplo, a ocorrência de incêndio nas áreas da companhia no médio prazo, com possibilidade de impacto legal de multas e advertências e impacto na imagem da companhia. Para mitigar riscos, temos o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios e os Planos de Ação Emergencial. Outro cenário avaliado é o impacto do clima na produtividade agrícola, influenciado pelo volume e pela distribuição da precipitação, implicando a disponibilidade da cana para a produção de açúcar, etanol e coprodutos. (SÃO MARTINHO S.A., P.54).

O controle da pegada hídrica é feito priorizando-se, cada vez mais, o reúso. As unidades adotam projetos como a utilização de água proveniente da concentração da vinhaça e o aproveitamento de água condensada. A companhia também monitora a qualidade dos efluentes devolvidos ao meio ambiente, garantindo um bom funcionamento do ciclo hidrológico e o atendimento às legislações ambientais pertinentes. (SÃO MARTINHO S.A., P.57)

Por meio do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), trabalha-se para reduzir o consumo de materiais e insumos, reutilizar os coprodutos gerados sempre que possível e destinar com foco em reciclagem quando viável. A empresa adota uma matéria-prima de origem natural, a cana-de-açúcar, resultando em diversos produtos e aplicações conforme é transformada. Para minimizar o impacto da produção, optou-se por modelos que exercitam o esforço pela circularidade, minimizando a geração de resíduos e convertendo muitos deles em coprodutos. Gera-se resíduos na utilização de insumos e nas atividades de manutenção, com embalagens e materiais destinados adequadamente.

Considera-se, em termos de quantidades significativas, os resíduos gerados no processo produtivo e reutilizados nos processos agroindustriais:

- Bagaço de cana-de-açúcar, utilizado como biomassa para queima em caldeira e geração de energia;
- Vinhaça, coproduto da destilação rico em potássio, é aplicada como fertirrigação;
- Torta de filtro, com incremento de cinzas, fuligem e outros elementos,

utilizada como fonte de diferentes nutrientes, como fósforo, cálcio, nitrogênio e magnésio, macronutrientes importantes para o desenvolvimento da planta.

Hoje, 99,97% dos resíduos são classificados como não perigosos. São reaproveitados nos processos agroindustriais ou em logística reversa, beneficiando-se do modelo da cultura de cana-de-açúcar. (SÃO MARTINHO S.A., P.59)

Em linha com o Código Florestal, a São Martinho mapeou suas propriedades por meio de diagnósticos ambientais, classificando o uso e a ocupação do solo. Todas as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) respeitam a legislação, e 100% das propriedades rurais foram incluídas Cadastro Ambiental Rural (CAR), independentemente de qualquer prorrogação legislativa. Outro projeto de destaque, existente desde 2000, é o Viva a Natureza, que trabalha para recompor e conservar matas ciliares, proteger nascentes e mananciais, reduzir riscos de assoreamento e preservar espécies nativas. O projeto tinha como objetivo o plantio de um milhão de mudas de árvores nas áreas de influência da companhia por um período de dez anos. Atualmente, o projeto Viva a Natureza ocupou, somente na Usina São Martinho, o total de 3,5 milhões de mudas nativas. Os plantios acontecem sob demanda em áreas de APPs, RLs (Reservas Legais) e áreas de interesse. (SÃO MARTINHO S.A., P.60).

3.3.7: BP Bunge Bioenergia

A BP Bunge Bioenergia foi criada em dezembro de 2019 a partir da união das operações de açúcar e etanol dos grupos BP e Bunge no Brasil, com participação de 50% cada um na *joint venture*. Uma empresa brasileira, sociedade anônima, de capital fechado. A formação da joint venture foi anunciada em julho de 2019 e concluída em dezembro de 2019, unindo a experiência, o conhecimento, as pessoas e os ativos de ambas as empresas, com o objetivo de criar uma companhia capaz de atender às demandas do mercado por etanol, bioeletricidade e açúcar, a partir das melhores práticas agrícolas, industriais e comerciais disponíveis. A empresa está focada na produção de energia sustentável, atuando com ênfase também na transição energética. (BP BUNGE BIONERGIA, P.9)

A empresa trabalha comprometida com a segurança, a ética e a sustentabilidade nas operações e nos negócios, e está apta a atender à crescente demanda do mercado brasileiro por energias renováveis e do mercado mundial por

açúcar. A empresa se encontra em todo o processo produtivo da cana-de-açúcar, desde o cultivo até a venda de biocombustível, bioeletricidade e açúcar. (BP BUNGE BIONERGIA, P.9)

Em 2021, a empresa desenvolveu o seu primeiro planejamento estratégico, com visão consolidada de cinco anos, incluindo um roadmap de crescimento, mas também olhando a janela de dez anos (até 2030), em linha com a agenda de sustentabilidade, os “Nossos Compromissos 2030”. Um dos passos importantes oriundos desse plano foi a construção de um Plano Diretor para cada área da Organização, para alinhamento da estratégia com as ações. Criou-se, ainda, um processo de planejamento integrado, para monitoramento, avaliação e possíveis revisões do planejamento a cada período. (BP BUNGE BIONERGIA, P.9)

Como no processo produtivo a colheita de cana de-açúcar é 100% mecanizada, nunca se utiliza o fogo no manejo dos canaviais, em nenhuma das áreas de atuação da empresa.

Também é importante ressaltar que, em nas práticas agrícolas, não se efetua desmatamento. As unidades da BP Bunge não estão situadas em locais pertencentes ou próximos ao bioma Amazônia. Mantem-se um amplo Programa de Prevenção e Combate a Incêndios, no qual investe-se tempo, comprometimento dos times e recursos financeiros para que os riscos de incêndios sejam controlados e eliminados. (BP BUNGE BIONERGIA, P.17)

As iniciativas incluem: (BP BUNGE BIONERGIA, P.17)

- Monitoramento contínuo.
- Aquisição e manutenção de equipamentos e materiais.
- Disponibilização, formação, treinamento regular e gestão de equipes locais.
- Promoção de campanhas de prevenção.
- Gestão de processos e sistemas de apoio.

Na parte de prevenção, possui programas que contemplam a classificação e a avaliação das áreas de risco. As equipes atuam em ações preventivas, para evitar a ocorrência de incêndios, a partir da limpeza regular de áreas próximas a rodovias, carreadores e aceiros, entre outras. A empresa promovemos, regularmente, campanhas internas e externas sobre o tema para conscientização dos colaboradores diretos e prestadores de serviços terceirizados, além da população das comunidades

em que a empresa está presente. Atua, ainda, em parcerias locais com o Corpo de Bombeiros. Todos os colaboradores dedicados ao trabalho de prevenção e combate a incêndios contam com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) específicos para o enfrentamento ao fogo, como macacões antichamas, máscaras de proteção, sobretudos de bombeiros, assim como máscaras com suprimento de oxigênio, entre outros. (BP BUNGE BIONERGIA, P.17)

O foco maior da BP Bunge é em energia sustentável. Busca-se ter a sustentabilidade presente, intrinsecamente, em todas as atividades e iniciativas, em linha com os nossos princípios orientadores de atuação. (BP BUNGE BIONERGIA, P.20)

Nesse sentido, no dia a dia: (BP BUNGE BIONERGIA, P.20)

- Busca-se atuar de maneira ética, com segurança e respeito às pessoas e ao planeta;
- Trabalha-se para produzir de maneira sustentável, com apoio de boas técnicas e práticas, tecnologia de ponta e processos estruturados;
- Não se utiliza fogo nem se efetua desmatamento nas práticas agrícolas;
- Fomenta-se o desenvolvimento local das comunidades onde a empresa opera;
- Respeita-se as legislações;
- Visa-se aprimorar continuamente as operações para o menor impacto ambiental possível.

No processo evolutivo, em 2021 a empresa divulgou suas metas ESG para os 10 primeiros anos de operação, os “Nossos Compromissos 2030” (vide adiante), organizadas considerando os princípios orientadores de atuação – Princípios de Governança, Pessoas, Prosperidade e Planeta. Alinhados à estratégia de operação e ao direcionamento de negócios, e em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, os compromissos estão relacionados a aspectos de mudanças climáticas, economia circular, eficiência energética, recursos hídricos, biodiversidade, capital humano, saúde e segurança, relacionamento com fornecedores, desenvolvimento das comunidades, governança e desenvolvimento econômico e operacional. (BP BUNGE BIONERGIA, P.20)

Em 2022, a empresa passou a integrar o Pacto Global da Nações Unidas (ONU). A entidade visa mobilizar a comunidade empresarial na adoção e promoção

de princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A iniciativa conta com cerca de 17 mil participantes e visa, também, engajar o setor privado na agenda mundial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). (BP BUNGE BIONERGIA, P.20)

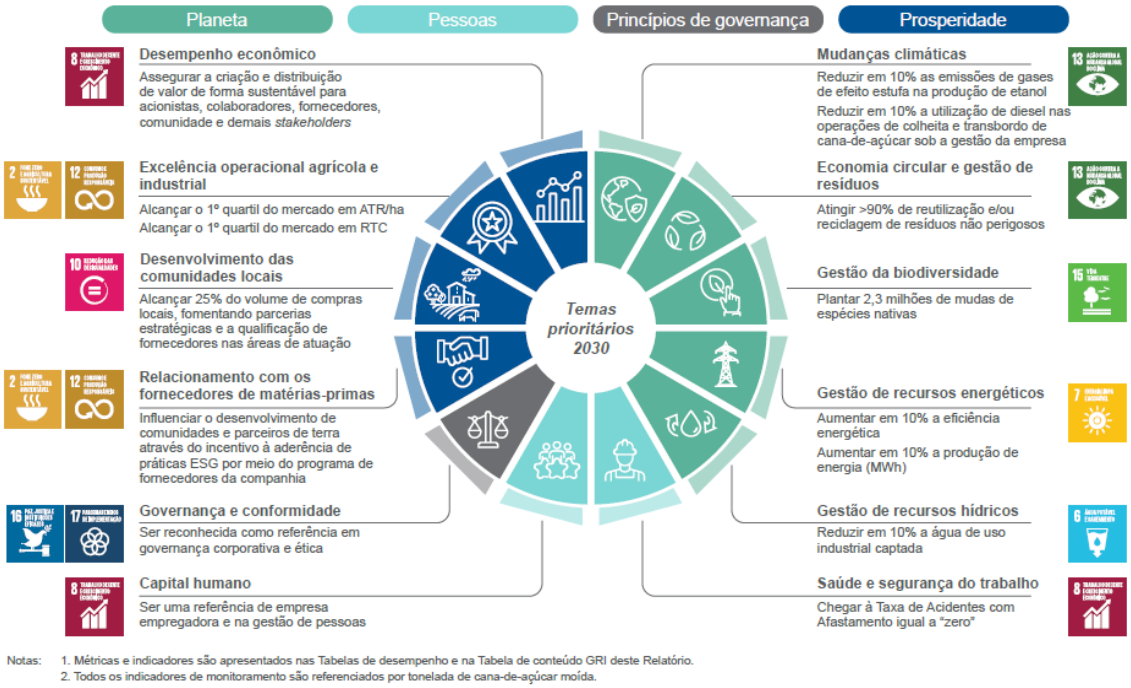

Figura 6 - Agenda de Compromissos 2030 BP Bunge Energia. (BP BUNGE BIONERGIA, P.20)

O desenvolvimento sustentável é elemento norteador para o negócio e para as operações no dia a dia, e isso está fundamentado, também, nos "Nossos Compromissos 2030", em que foi definido proposições e metas em vários tópicos, distribuídos de acordo com os pilares de atuação, que se completam e se interligam – Princípios de Governança, Pessoas, Prosperidade e Planeta. A empresa avançou no fortalecimento do RenovaBio, com a venda de mais de 1,3 milhão de CBIOs e tem trabalhado para alcançar a meta de redução de emissão dos gases de efeito estufa (GEE) em 10% até 2030. Para reforçar ainda mais o alinhamento às premissas da sustentabilidade, a empresa aderiu ao Pacto Global da ONU. Um marco que reforça o nosso comprometimento com uma atuação ética e voltada para elevar o negócio para níveis cada vez mais sustentáveis. (BP BUNGE BIONERGIA, P.5)

Destaques: (BP BUNGE BIONERGIA, P.7)

- Na área agrícola, destaque para o maior uso de biofertilizantes, a expansão da aplicação de vinhaça, o aumento do controle biológico de pragas (com o apoio de drones) e a ênfase nas variedades de Mudas Pré-Brotadas (MPB), bem

como o uso maior de irrigação – para buscar minimizar os impactos dos eventos climáticos entre outras ações.

- No início de 2022, pelo segundo ano consecutivo houve renovação da Certificação EPA (Environmental Protection Agency, ou Agência de Proteção Ambiental dos EUA), que atesta a sustentabilidade do processo produtivo do etanol e permite a exportação dos produtos para o mercado norte-americano.
- Lançamos o Allia, programa de serviços e benefícios voltado aos fornecedores de cana-de-açúcar da empresa.
- Receita total de R$ 7,8 bilhões, valor 18% acima em relação à safra anterior.
- EBITDA (resultado operacional após o pagamento de despesas) de R$ 4,6 bilhões, crescimento em torno de 45% em comparação com safra anterior.
- Baixa alavancagem da Companhia (0,4), ainda mais com renegociação bem-sucedida da dívida de longo prazo.
- Melhoria da eficiência operacional na indústria – RTC (Rendimento Total Corrigido) foi de 93,71%, ante 92,82% na safra anterior.
- Redução de 15% nas áreas totais (ha) de incêndios agrícolas. Entre as iniciativas de destaque na safra, fortaleceu-se a estrutura de aceiros, consolidaram a adoção de sistema de monitoramento de incêndios em áreas de canaviais a partir do uso de imagens captadas por satélite e aumentou-se o número de caminhões-bombeiro.
- Realizaram o primeiro inventário de gases de efeito estufa (GEE).
- Avançaram no nosso plano de transformação digital das atividades e infraestrutura, especialmente nas operações agroindustriais.
- Dentre as ações de prevenção e combate à COVID-19, doaram materiais de apoio às equipes de postos de vacinação, fixos ou móveis (drive-thru), bem como a secretarias de saúde e hospitais, de 77 municípios nos estados de São Paulo, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Principais reconhecimentos: (BP BUNGE BIONERGIA, P.7)

- Reconhecida entre as “Melhores Empresas em Gestão de Pessoas”, no anuário “Valor Carreira” de 2021, do jornal Valor Econômico. 4º lugar na categoria “de 7.001 a 17.000 funcionários”.
- Na edição 2021 do ranking das Melhores e Maiores da Exame, foi

destaque na categoria “empresas que mais cresceram”.

- Já no Anuário 360° da revista Época Negócios, que avalia o desempenho financeiro das 500 maiores empresas instaladas no Brasil, em parceria com a Fundação Dom Cabral, a empresa ficou em 2º lugar entre as empresas que mais cresceram em receita líquida.
- Na edição 2021 do Prêmio MasterCana Centro-Sul, houve reconhecimento em duas modalidades: “Disponibilidade e Confiabilidade Agroindustrial – Performance” e “Produção de Etanol”.
- A unidade Monteverde (Ponta Porã – MS) ganhou, em novembro de 2021, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Excelência 2021, do Programa Cana – IAC (Instituto Agronômico de Campinas), pela adoção das melhores práticas no uso de variedades de cana-de-açúcar no Estado do Mato Grosso do Sul.

Metas relativas aos "Nossos Compromissos 2030":

1) Desempenho econômico: Assegurar a criação e distribuição de valor de forma sustentável para acionistas, colaboradores, fornecedores, comunidade e demais stakeholders. Na safra 2021/2022, a distribuição de valor adicionado para a sociedade como um todo foi 41% superior à safra anterior. (BP BUNGE BIONERGIA, P.22)

2) Excelência operacional agrícola e industrial: a) Alcançar o 1º quartil do mercado em ATR/ha: Houve, nesta safra 2021/2022, um ligeiro decréscimo (menos de 2 pontos percentuais) no índice de ATR. No entanto, se for levado em conta que houve 14% de redução de moagem em relação à safra passada, devido, principalmente, aos impactos climáticos, o resultado do ATR mostra que a empresa seguiu firme no propósito de alcançar o primeiro quartil. b) Alcançar o 1º quartil do mercado em RTC (Rendimento Total Corrigido): Na safra 2021, o RTC alcançou 93,71%, acima dos 92,82% da safra passada. (BP BUNGE BIONERGIA, P.22)

3) Desenvolvimento das comunidades locais: Alcançar 25% do volume de compras locais, fomentando parcerias estratégicas e a qualificação de fornecedores nas áreas de atuação. Ficou estabelecido um grupo de trabalho, com representantes de inúmeras áreas de atuação, dedicado ao mapeamento de oportunidades e ao desenvolvimento de fornecedores locais para todas as regiões de atuação da empresa. (BP BUNGE BIONERGIA, P.22)

4) Relacionamento com os fornecedores de matérias-primas: O

respeito às questões trabalhistas e socioambientais são premissas na seleção de fornecedores. Os contratos têm cláusulas que refletem a preocupação com questões financeiras, de ordem legal, trabalhista e ambiental. Na safra 2021/2022, 100% dos fornecedores foram selecionados com base, também, em critérios socioambientais (ESG). Além disso, o Manual do Fornecedor da BP Bunge reforça a nossa preocupação com uma atuação sustentável por parte de todos. Dessa forma, a empresa quer influenciar positivamente a operação de seus fornecedores. (BP BUNGE BIONERGIA, P.22)

5) Governança e conformidade: A governança corporativa busca estar alinhada às melhores práticas do mercado, e a empresa está avançando em suas iniciativas de ética e conformidade. (BP BUNGE BIONERGIA, P.22)

6) Capital humano: Os esforços em gestão e desenvolvimento de pessoas já têm sido reconhecidos. Em 2021, a empresa ficou entre as “Melhores Empresas em Gestão de Pessoas”, no anuário “Valor Carreira”, do jornal Valor Econômico. A empresa se posicionou entre os cinco melhores na categoria “de 7.001 a 17.000 funcionários”. (BP BUNGE BIONERGIA, P.22)

7) Mudanças climáticas: a) Pela primeira vez foi implementado o inventário de emissões de GEE para quantificar e realizar o acompanhamento mais detalhado das emissões de escopo 1 e 2. Esse entendimento direcionará as ações para seguir buscando a redução de GEE na pegada ambiental. A empresa está cientes de que as atividades agrícolas e a combustão móvel representam a maior parte das emissões e são, portanto, o foco de atuação nos próximos anos, com o objetivo de minimizar as emissões específicas ao longo do tempo. b) Reduzir em 10% a utilização de diesel nas operações de colheita e transbordo de cana-de-açúcar sob a gestão da empresa. Na safra 2021/2022, a redução de utilização de diesel nessas operações foi de 5%. (BP BUNGE BIONERGIA, P.23)

8) Economia circular e gestão de resíduos: Atingir >90% de reutilização e/ou reciclagem de resíduos não perigosos. Na safra 2021/2022, o percentual de resíduos classe II gerados que foi reutilizado e/ou reciclado foi de 85,96%. (BP BUNGE BIONERGIA, P.23)

9) Gestão da biodiversidade: Plantar 2,3 milhões de mudas de espécies nativas. Na safra 2021/2022, no período de novembro/2021 a março/2022, foi realizado o plantio de 365.592 mudas nativas em Áreas de Preservação Permanente

e Reserva Legal. (BP BUNGE BIONERGIA, P.23)

10) Gestão de recursos energéticos: A intensidade energética nessa safra teve uma redução de 0,4 GJ/ton de cana moída comparada a safra passada. O objetivo é aumentar em 10% a produção de energia (MWh). Na safra 2021/2022, houve um decréscimo de cerca de 20% na energia produzida exportada, em virtude, principalmente, da redução de moagem. (BP BUNGE BIONERGIA, P.23)

11) Gestão de recursos hídricos: Na safra 2021/2022, houve uma captação de água de 28.161,86 ML, enquanto que na safra anterior captamos 34.178,10 ML, ma redução de cerca de 18%. O objetivo é reduzir em 10% a água de uso industrial captada. (BP BUNGE BIONERGIA, P.23)

12) Saúde e segurança do trabalho: Chegar à Taxa de Acidentes com Afastamento igual a “zero”. A empresa está direcionando muitos esforços e muita atenção a isso. A segurança é o nosso principal valor e a empresa acredita que está no caminho certo, por meio do monitoramento de indicadores, da implementação de ferramentas como “Stop Work”, da melhoria de processos e procedimentos e da ênfase na conscientização. (BP BUNGE BIONERGIA, P.23)

A BP Bunge é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos, desde 2021. Trata-se de um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é uni-las na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção. Ao se tornarem signatárias do pacto, as empresas assumem o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e stakeholders, a fim de que seja cumprida integralmente. Além disso, se comprometem a vedar qualquer forma de suborno e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário. (BP BUNGE BIONERGIA, P.33)

A cultura organizacional está pautada em valores como respeito, segurança, integridade, excelência e “um time”. Somam-se a isso também outros aspectos, como a ênfase na integridade, a agilidade organizacional, a liderança responsável, o ambiente de trabalho saudável, a forma justa de recompensar, carreiras atrativas, indivíduos prósperos e o engajamento dos colaboradores. Para integrar e padronizar práticas e processos de gestão de pessoas, realiza pesquisas, ouve seus colaboradores e entendem as fortalezas da BP Bunge, identificando e atuando nos aspectos que podem ser melhorados. Isso permitiu à Companhia criar

uma jornada de desenvolvimento com foco na formação de times inspirados e preparados para alcançar os objetivos do negócio e superar desafios futuros, além de proporcionar crescimento pessoal e profissional. (BP BUNGE BIONERGIA, P.35)

Entre os principais programas de treinamento e capacitação, destacam-se: (BP BUNGE BIONERGIA, P.37-38)

- **Energizando:** Programa de integração para novos colaboradores, direcionado aos primeiros 60 dias na Empresa, contemplando ações para os novos colaboradores e para os gestores, que são os responsáveis por acompanhar seus liderados nesse processo.
- **Programa Jovem Aprendiz:** Programa de desenvolvimento voltado a jovens de até 24 anos. Conta com uma trilha de aprendizagem para apoiar o processo de adaptação ao mercado de trabalho.
- **Programa de Trainees:** Com duração de 12 meses, o Programa de Trainees tem o objetivo de estimular e preparar jovens recém-formados para desenvolverem suas carreiras em cargos de especialista nas operações agrícola e industrial e nas áreas corporativas como comercial, finanças e TI, numa jornada de muita aprendizagem, desafios e crescimento. Conta com uma trilha de desenvolvimento focada nas competências necessárias para o negócio. O principal objetivo é ajudá-los a adquirir experiência e competências necessárias para alavancar suas carreiras. Lançamos, em outubro de 2021, a segunda edição desse programa. Participaram do processo seletivo formados entre dezembro de 2018 e julho de 2021 nos cursos de Economia, Administração de Empresas, Ciências da Computação, Ciências Contábeis e nas Engenharias de Produção, Produção Mecânica, Agronômica, Agrícola, Alimentos, Química, Mecatrônica, Elétrica, Mecânica, dentre outras.
- **Programa Jovens Engenheiros:** No final de 2021, foi lançada a segunda edição do Programa Jovens Engenheiros, dedicado à formação de futuras lideranças operacionais. Esse programa acelera a carreira de profissionais com três a cinco anos de formação e vivência no setor sucroenergético ou em operações de grandes indústrias. O objetivo é capacitar colaboradores para cargos de liderança como coordenadores e especialistas nas operações. A iniciativa também tem duração de 12 meses e é destinada a profissionais das áreas de Engenharias de Produção, Produção Mecânica, Agronômica, Agrícola, Alimentos, Química, Mecatrônica, Elétrica

e Mecânica. Os selecionados participam de um processo com entrevistas com o RH e com o gestor, além de visita ao local de trabalho. Os aprovados têm um programa de desenvolvimento em temas importantes para a formação de liderança, como a cultura BP Bunge e liderança com segurança, bem como conhecem toda a cadeia de valor (agrícola, indústria, comercial e financeiro) e a metodologia de projetos, além de contarem com um job rotation e com programas de tutoria e mentoria.

- **Programa de Estágio:** Com ênfase na formação e na qualificação de futuros profissionais, o objetivo principal é oferecer um programa de desenvolvimento de estudantes do ensino superior que tenham interesse em conhecer e atuar no setor sucroenergético para ocupar, inicialmente, posições como assistentes ou analistas nas operações das áreas da indústria, agrícola, administrativas e corporativas. O programa identifica novos talentos de diversas áreas, bem como contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades. É oferecido a todos os participantes do programa uma trilha de aprendizagem bastante robusta, para que os estagiários possam se desenvolver nos aspectos técnicos e comportamentais, além de garantir uma imersão profunda no negócio da empresa. A primeira edição, realizada em 2021, ofereceu 124 vagas. Os estagiários iniciaram suas atividades em maio de 2021. O programa tem duração de um ano.

- **Programa Cultivando Conhecimentos:** Estrutura de desenvolvimento e conhecimento, implantada em fevereiro de 2021, baseada no conceito de educação ao longo da vida, voltada ao desenvolvimento de lideranças, e que estimula de maneira voluntária, proativa e permanente o desenvolvimento pessoal e profissional, a partir das mais diversas experiências de aprendizagem. Contempla ações que endereçam as principais necessidades de capacitação dos líderes, tendo como base a cultura de aprendizagem.

- **Coaching:** Processo de desenvolvimento que consiste em um conjunto de ferramentas e métodos que têm como foco melhorar a produtividade e a performance de pessoas, no contexto da evolução da Organização. Uma novidade interessante, em 2021, foi o lançamento do Café com Conhecimento, encontros (virtuais) mensais que representam um espaço construído para o compartilhamento de conhecimento, muitas vezes com convidados externos, reforçando a cultura de aprendizagem contínua dentro da Empresa. A iniciativa completou um ano em 2022, com um live com os psicólogos de entretenimento “Os Mentalistas”.

Além desses programas, há também os treinamentos técnicos, os treinamentos obrigatórios atrelados a normas regulatórias ou a legislações e os treinamentos ligados aos temas de ética e conformidade.

Para que nossos colaboradores estejam permanentemente engajados e informados sobre os negócios, a cultura e as operações da Empresa, sobre as questões de saúde e segurança e sobre as rotinas de trabalho, além de dicas e informações sobre assuntos diversos considerados relevantes, a empresa conta com uma estratégia de comunicação que envolve ações externas e internas, como releases para imprensa, posts nas redes sociais, notícias e informações no site da Companhia, bem como campanhas de endomarketing, comunicados administrativos, serviços na intranet, entre outras. (BP BUNGE BIONERGIA, P.39)

A empresa também afirma que respeita e valoriza a diversidade de raças, gênero, orientação sexual, idade, crenças e pensamentos. No entanto, a ambição é continuar evoluindo nessa direção, buscando estimular a representatividade de todas a vozes na Companhia. Está sendo desenhada uma atuação mais robusta nessa frente, e inclusive está sendo preparado, nos próximos dois anos, o lançamento do Comitê de Diversidade, no âmbito de um projeto estruturado de diversidade e inclusão. Por enquanto, contam com um Programa de Inclusão de PCDs, que contempla uma série de iniciativas de promoção e inclusão, como sensibilização e capacitação de lideranças, mapeamento de colaboradores e de candidatos externos, palestras e ações de conscientização nas comunidades próximas às nossas unidades, além de ações de adaptação e acessibilidade de equipamentos, entre outras. A empresa entende que a inclusão de PCDs deve ocorrer não por exigência trabalhista, mas porque há a convicção de que a ação gera oportunidades e desenvolve profissionais. (BP BUNGE BIONERGIA, P.40)

Não há, em dentro das operações, diferenças entre salários e oportunidades para homens e mulheres em uma mesma função. Na mesma linha, todos os benefícios da Empresa são oferecidos a todos os colaboradores, sem distinção de gênero ou tipo de contrato. (BP BUNGE BIONERGIA, P.40)

Nesse contexto, a empresa também respeita os direitos de seus colaboradores, dos integrantes das comunidades vizinhas e de todos os demais públicos afetados pelas operações da empresa e se empenham em influenciar positivamente os terceirizados e fornecedores a se comprometerem na mesma

direção. Os compromissos incluem ações de combate a todas formas de trabalho forçado ou obrigatório, ao trabalho infantil e à discriminação no emprego e na ocupação. Há processos internos para identificar e mitigar riscos de direitos humanos às pessoas envolvidas e/ou afetadas pelas operações. É importante reforçar que as metas da agenda dos “Nossos Compromissos 2030” estão em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), com as premissas da Carta Internacional de Direitos Humanos e com as principais diretrizes da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios Fundamentais no Trabalho. (BP BUNGE BIONERGIA, P.40)

A BP Bunge entende que a saúde ocupacional engloba não apenas as condições de trabalho oferecidas aos colaboradores. Estão incluídos, também, fatores como qualidade de vida, motivação, relacionamentos empresariais, saúde e satisfação dos profissionais em relação às suas funções, ou seja, tudo o que contribui para construir um ambiente profissional agradável. Foi lançado, em 2021 o programa de qualidade de vida "Conexão Bem-Estar", que tem por objetivo pensar de forma holística em ações e iniciativas que contribuam para a melhora da qualidade de vida dos colaboradores. O programa está sendo implementado de forma gradual, e contará com um conjunto de ações que ainda serão implantadas. Os ambulatórios funcionam com 24 horas de cobertura, com profissionais capacitados e respostas emergenciais adequadas, previstas em nosso Plano de Atendimento à Resposta Médica. Possuem, em todas as nossas unidades, equipes de saúde dedicadas, compostas por técnicos de enfermagem, enfermeiros e médicos, os quais avaliam periodicamente, conforme o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), todos os nossos colaboradores, por meio de exames específicos para identificação de possíveis danos à saúde decorrentes do trabalho. Caso seja identificada qualquer situação nesse sentido, esta é tratada conforme acompanhamento médico especializado. Para todos os terceiros/prestadores de serviços que irão trabalhar nas operações, também são exigidas e avaliadas as documentações relacionadas a exames admissionais, para verificação das condições de saúde. Ao longo do ano, conduz-se, com frequência, campanhas de conscientização e sensibilização sobre temas de saúde, como o Outubro Rosa – que tem por objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e sobre o câncer de colo do útero – e o Novembro Azul, com foco na conscientização a respeito

de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata, o segundo mais comum entre os homens, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA). (BP BUNGE BIONERGIA, P.42)

Foi investido em segurança, na safra 2021/2022, o montante de R$ 30 milhões. Foram realizadas 31.900 horas de treinamento de colaboradores em segurança. Mesmo com todos os esforços e cuidados despendidos, e embora alguns números e controles tenham apresentado evolução, aconteceu, ao longo da safra, 17 acidentes com consequência grave e 3 fatalidades, as quais lamentamos profundamente. A empresa se mostra ainda mais empenhada em reforçar processos e comportamentos, aprimorar regras, medidas e iniciativas de segurança e perseguir a meta de acidentes com afastamento igual a zero, pois a vida está acima de tudo. Esse triste acontecimento nesta safra enfatizou ainda mais o sentido de urgência e prioridade para o aperfeiçoamento das regras e dos processos e procedimentos relacionados à segurança. (BP BUNGE BIONERGIA, P.45)

No que se refere aos resultados obtidos na safra 2021/2022, destaca-se: (BP BUNGE BIONERGIA, P.47)

- Mesmo com o agravamento da pandemia de COVID-19 em 2021, na safra 2021/2022 a empresa manteve suas operações e nossos negócios de maneira ininterrupta, com apoio de processos e de gestão estruturados, rígidos protocolos sanitários e total adaptabilidade ao panorama do mercado.
- Receita bruta de R$ 7,8 bilhões, valor 18% acima em relação à safra anterior.
- EBITDA (resultado operacional após o pagamento de despesas) de R$ 4,6 bilhões, crescimento em torno de 45% em comparação com a safra anterior.
- Patrimônio líquido de R$ 5,2 bilhões, cerca de 54% maior do que na safra passada.
- Redução da dívida líquida (EBITDA ajustado excluindo impacto de ativo biológico) de 46% com uma alavancagem de apenas 0,4.
- Moagem de 23,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (redução de 14% em relação à safra anterior), com produção de 1,2 bilhão de litros de etanol (-13%) e de 1,2 milhão de toneladas de açúcar (-19%) além de 1.000.581 MWh de bioeletricidade exportada para o Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Valor adicionado distribuído: quase R$ 3 bilhões, montante cerca de 41%

superior ao valor da safra anterior.

A empresa tem um Sistema de Gestão de Contratados, para os fornecedores de materiais e prestadores de serviços, com os objetivos de garantir aderência às orientações de conformidade (compliance), reforçar a importância dos conceitos e das práticas de segurança e alcançar maior produtividade e eficiência. No que diz respeito ao uso de fornecedores locais, utiliza-se o parâmetro de “mesmo estado” para definição de fornecedor local. Houve, na safra 2021/2022, 100% dos gastos com fornecedores direcionados para fornecedores locais. Para fins de monitoramento, atualmente 25% da cana-de-açúcar proveniente de fornecedores são auditados quanto a parâmetros legais trabalhistas, ambientais e de segurança. (BP BUNGE BIONERGIA, P.49)

O respeito ao meio ambiente e às questões sociais e trabalhistas também são premissas da seleção de fornecedores. Os contratos com fornecedores possuem cláusulas que refletem as preocupações da empresa com questões comerciais, financeiras, legais, trabalhistas e ambientais, como, por exemplo, cláusulas de proteção contra trabalho infantil e trabalho análogo ao escravo (igualmente mencionados em nosso Código de Conduta), bem como estimula-se as empresas contratadas no sentido de seguir orientações de respeito ao meio ambiente e à legislação trabalhista. Na safra 2021/2022, 100% dos novos fornecedores foram selecionados com base, também, em critérios socioambientais. (BP BUNGE BIONERGIA, P.49)

No início de abril de 2022, A BP Bunge também firmou parceria com a Tereos, outro player de destaque na produção de açúcar, etanol e energia a partir da biomassa da cana-de-açúcar, para uma transação inédita de troca e reutilização de peças industriais, sobretudo as de reposição automotiva para tratores e colhedoras, para reduzir impactos financeiros e ambientais. Ao todo, serão cerca de seis toneladas de materiais funcionais, em plena vida útil, no valor de R$ 260 mil, envolvidos na negociação. (BP BUNGE BIONERGIA, P.51)

A iniciativa permite reduzir impactos financeiros da operação industrial, sem a necessidade, por exemplo, de as empresas assumirem prejuízos com aprovisionamentos de compras e reposição de peças. Os valores dos itens são mais competitivos, vendidos a custo médio de mercado, com alguns materiais chegando a custar até 70% do preço de peças novas. (BP BUNGE BIONERGIA, P.51)

Na parte de investimentos sociais, a empresa tem por objetivo estabelecer uma orientação estruturada para o relacionamento com as comunidades locais e entidades governamentais, além de promover a gestão da reputação da Companhia. Os investimentos sociais são direcionados para ajudar a resolver desafios locais diretamente relevantes para nossa estratégia de negócios de longo prazo, com atuação em quatro pilares:(BP BUNGE BIONERGIA, P.52)

- Programas de apoio educacional, com foco principalmente em qualificação profissional e desenvolvimento de habilidades de indivíduos (técnicas, de negócios e de liderança), além de apoio à educação básica.
- Apoio ao desenvolvimento econômico local, oferecendo assistência técnica, treinamento em administração de empresas, saúde e segurança e ética ou até acesso a financiamento. Em uma abordagem mais ampla, também estimulamos o empreendedorismo, que gera valor e diversidade e contribui para a geração de renda.
- Programas e projetos de valorização e conscientização sobre o meio ambiente.
- Ações de voluntariado e engajamento dos colaboradores nas comunidades onde residem, seja em iniciativas de acesso à água, higiene, saúde e alimentação, seja no apoio a comunidades em estado de calamidade pública ou durante um desastre natural. No decorrer da safra 2021/2022, houveram 98 colaboradores envolvidos em atividades de voluntariado. O foco foi atender as necessidades básicas de subsistência, tais como acesso à água, higiene, itens de saúde e alimentação, com ações de voluntariado e parcerias com o poder público e com outras organizações.

Resíduos: Em linha com os conceitos de economia circular, busca-se reaproveitar e/ou reutilizar tudo o que é produzido e não é comercializado ou utilizado imediatamente, e isso se aplica aos resíduos gerados em nossas atividades agroindustriais. Como maiores exemplos, pode-se citar a vinhaça – toda a vinhaça produzida é aproveitada, e volta ao campo como fertilizante/nutriente – e o bagaço de cana-de-açúcar, que é totalmente reaproveitado para a geração de energia elétrica. (BP BUNGE BIONERGIA, P.54)

Emissões: O monitoramento das emissões atmosféricas é feito periodicamente (a cada semestre ou anualmente, conforme a unidade). Busca-se atender, com os resultados das análises realizadas, aos padrões exigidos pela

Resolução 382, de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A gestão da frota de veículos é efetuada considerando sempre as opções mais sustentáveis. A frota leve de veículos é abastecida somente com etanol. Nos caminhões movidos a diesel, incluiu-se o agente redutor Arla 32, componente que ajuda na redução de emissão de óxido de nitrogênio. Todos os veículos movidos a diesel apresentam índices de fumaça preta em conformidade ao estabelecido pela Portaria 85, de 1996, do Ibama. (BP BUNGE BIONERGIA, P.55)

Recursos hídricos: Para que a captação de fontes externas seja menor, diversas etapas da operação industrial e agrícola fazem reúso de água. É o que acontece na lavagem da cana-de-açúcar e nos lavadores de gases. O volume captado de água em cursos d´água naturais ou por meio de barramentos segue o que é autorizado pelos órgãos ambientais, por intermédio das Portarias de Outorgas, emitidas pelos órgãos competentes. Ou seja, o volume de água captado, para utilização no processo industrial, é controlado. Na safra 2021/2022, o volume de água captado foi de 28.161,86 ML, enquanto que na safra anterior a captação foi de 34.178,107, uma redução de cerca de 18%. A reutilização da água em circuitos fechados no processo industrial, em itens como lavagem da cana-de-açúcar, mecanismos de lavadores de gases, caldeiras e resfriamento de água, contribui para que a captação de fontes externas seja menor. Em complemento, a utilização da água residuária e da vinhaça no processo de fertirrigação faz com que também a empresa tenha menor necessidade de captação de água nos cursos d'água, para fins de irrigação. As unidades realizam o monitoramento do consumo mensal de água industrial. Todo o volume que é consumido está dentro do que foi autorizada pelos órgãos de controle. O consumo de água por tonelada de cana-de-açúcar processada nas nossas unidades tem como referência o benchmark interno das unidades que apresentam melhor indicador de m³/tonelada de cana-de-açúcar processada, sendo esse benchmark igual a 1,0 m³ (um metro cúbico) de água por tonelada de cana-de-açúcar moída. Tal indicador é medido e reportado mensalmente, havendo meta anual estabelecida para todas as nossas unidades. Não se realiza o descarte de águas e efluentes (águas residuárias e vinhaça) provenientes do processo industrial em corpos hídricos, pois são utilizados no processo de irrigação dos canaviais. Os corpos hídricos que fazem parte das áreas de influência de nossas unidades são monitorados, a fim de verificar a sua qualidade. Para monitorar a qualidade dos

recursos hídricos, periodicamente, a empresa realiza análises para monitoramento dos parâmetros estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 357/2005, a qual dispõe sobre a classificação dos corpos de água e as diretrizes para o seu enquadramento. (BP BUNGE BIONERGIA, P.56).

Biodiversidade: As operações da BP Bunge se espalham por cinco estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Tocantins). A importância do cuidado é essencial com a biodiversidade em cada um desses locais. A empresa realiza atividades, ações e projetos que refletem o compromisso com a sustentabilidade no longo prazo. É fundamental reforçar que, nas práticas e atividades agrícolas, não se utiliza fogo e não se pratica desmatamento. (BP BUNGE BIONERGIA, P.57)

Reflorestamento: A empresa efetua reflorestamento com espécies nativas dos biomas Cerrado e Mata Atlântica, em Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal (ARL) que se encontram degradadas e inseridas na área de influência das nossas unidades. Essa atividade tem sido intensificada. Todas as mudas destinadas ao reflorestamento são produzidas no Viveiro de Mudas da empresa, localizado na unidade Ituiutaba - MG. Para operar de forma a reduzir ou mitigar qualquer impacto negativo ao meio ambiente onde a empresa está inserida, realiza-se monitoramento de emissão atmosférica das caldeiras e fumaça preta dos veículos movidos a óleo diesel em nossas operações, monitoramento da qualidade de água superficial, monitoramento da fauna local e arrendamento apenas de áreas caracterizadas como de uso consolidado, ou seja, sem conversão de vegetação em áreas de cultivo de cana-de-açúcar, além de restauração de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, com plantio de mudas nativas produzidas pelo Viveiro de Mudas. Nessa direção, a empresa também participa do Programa Nascentes, do governo do Estado de São Paulo. Esse programa foi criado em 5 de junho de 2014 (Dia do Meio Ambiente), numa iniciativa do governo estadual para promover a restauração ecológica em áreas prioritárias, visando à proteção e à conservação de recursos hídricos e da biodiversidade. Tem como ponto forte a conversão de multas em restauração ecológica, com o objetivo de fortalecer e aprimorar os serviços ecossistêmicos, por meio do plantio de mudas nativas. A empresa aderiu voluntariamente a esse programa em 2018. Um dos diferenciais do programa é a conversão de multas em ações para a preservação ambiental. Até 90% do valor

consolidado de infrações identificadas pelos órgãos fiscalizadores podem ser convertidos em serviço ambiental. Para isso, é preciso firmar um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental. (BP BUNGE BIONERGIA, P.57)

Monitoramento da fauna: A cada ano, a empresa realiza campanhas de monitoramento da fauna nas terras sob nossa gestão e nas áreas de nossas unidades, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar especializada em monitoramentos dos mais variados grupos faunísticos. Técnicos especializados percorrem pontos previamente definidos inseridos dentro da área de influência da unidade, a fim de registrar todo e qualquer indício da presença de fauna, sejam indícios diretos (visualização, sons) ou indiretos (fezes, pegadas, carcaças). Com os monitoramentos anuais que são realizados, observa-se um aumento significativo de diversas espécies animais em seu habitat natural, o que indica não haver interferências significativas das atividades praticadas pelas nossas operações.

Viveiro de mudas: O Viveiro de Mudas tem capacidade de produção anual de mais de 200 mil mudas de espécies nativas do Cerrado e da Mata Atlântica, para o replantio e o reflorestamento. O viveiro fica na unidade Ituiutaba (Ituiutaba - MG) e é composto por uma estufa principal e uma sementeira. Na safra 2021/2022, no período de novembro/2021 a março/2022, foi realizado o plantio de 365.592 mudas nativas em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. As 11 unidades da empresa preveem o plantio de 2,3 milhões de mudas nativas até o ano de 2030, além de plantios estimados em projetos de sustentabilidade junto às comunidades locais, como, por exemplo, a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) de nascentes no estado de São Paulo. Já foram produzidas mais de 100 espécies, como ipê-amarelo, pequizeiro, jacarandá, aroeira, jatobá-do-cerrado e goiabinha. (BP BUNGE BIONERGIA, P.59)

Principais impactos positivos: (BP BUNGE BIONERGIA, P.59)

- Produção de mudas nativas de qualidade e com variedade de espécies.
- Uso próprio e fomento à recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal (ARL) dos parceiros, por meio de doação de mudas.
- Criação e ligação de corredores ecológicos, por intermédio da recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP).
- Oportunidade de realizar educação ambiental junto às comunidades

locais.

- Maior aproximação entre as comunidades e as nossas unidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo a respeito do tema responsabilidade social, sustentabilidade e práticas ESG dentro do âmbito empresarial tem ganhado cada vez mais força e relevância nas últimas décadas. Além do tema estar profundamente atrelado à questão ambiental e consequentemente tratar sobre o futuro da própria humanidade, o ESG também tem um grande impacto para as empresas e investidores. O conceito não é apenas uma estrutura de programas e projetos que as instituições financeiras e investidores devem relatar. Ele está no radar de funcionários, reguladores e todos os envolvidos no ecossistema. Neste sentido, os recentes fenômenos como o surto de coronavírus e o agravamento das mudanças climáticas, cada vez mais confirmam a importância de todos serem administradores da natureza para garantia de vida humana na Terra para as gerações futuras. Baseando-se nisso, o ESG está assumindo uma importância ainda maior à luz dos eventos recentes: as empresas têm a responsabilidade e os recursos para realizar ações positivas a nível social e ambiental, alocando capital onde ele precisa estar para construir um futuro mais sustentável e resiliente.

Dados da pesquisa Future Consumer Index (FCI), realizada em março de 2021, apontou que a pandemia da COVID 19 intensificou a preocupação da população em consumir produtos que contribuam com o impacto social. Cerca de 53% dos entrevistados afirmaram ter mais propensão para adquirir produtos de empresas que estejam ligadas à geração de impacto positivo na sociedade e métodos sustentáveis. Este diferencial competitivo coloca empresas à frente da concorrência, atraindo novos públicos que optam por consumir produtos sustentáveis e ganha-se na geração de valor do mesmo, na otimização do esforço produtivo pela redução do desperdício e na implementação de inovações nos processos gerenciais.

Em setembro de 2015, na sede da ONU em Nova York foi publicado os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, as medidas adotadas para o alcance destes objetivos compuseram a chamada de Agenda Universal 2030: esta busca demonstrar a ambição por medidas ousadas e transformadoras que buscam direcionar o mundo por um caminho sustentável e resiliente, através de atividades imprescindíveis e desafiadoras. Baseando-se no conceito de o desenvolvimento sustentável é aquele "que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas", entende-se que as medidas da agenda universal 2030 são, sem dúvidas,

importantes no âmbito de avanços rumo a uma sociedade em que haja mais justiça e equidade. Entretanto, é necessário ter clareza que no caso do Brasil, país de capitalismo tardio, econômica periférica e marcado pelas desigualdades sociais estruturais, os ODS são inalcançáveis em sua plenitude, sendo ainda mais prejudicado diante de um cenário potencialmente agravado pelas mudanças político-econômicas ratificadas a partir de 2016. O fortalecimento do Estado neoliberal corroborou para o progresso das diretrizes da política econômica que, essencialmente, objetiva assegurar a ampliação dos lucros e apropriação privada das riquezas socialmente produzidas pelas elites dominantes. Isso traz a reflexão das contradições intrínsecas do próprio sistema capitalista e evidencia que, dos três pilares da sustentabilidade - social, ambiental e econômico, claramente os três não tem o mesmo peso e o mesmo investimento por parte das empresas. Existem muitas dificuldades de conciliação entre todas as partes acerca deste tema e necessita, urgentemente, de maior disseminação desta consciência pois todos fazem parte desta problemática.

Houve um momento mundial em que o desenvolvimento sustentável aparentou ser mais possível de ser implantado, na época da adoção das políticas keynesianas. Elas traziam consigo um aparato de ações e medidas que promoviam condições sociais básicas à sociedade de modo geral e garantiram, na época certo equilíbrio à economia e apoiou na reconstrução de vários países do pós-guerra. Entretanto, com este modelo econômico colocado em questionamento de sua eficácia, a estratégia de avanço da globalização rumo à países mais periféricos, a desregulamentação dos mercados e o conjunto de recomendações do Consenso de Washington a partir da década de 1990 rumou para uma profunda dependência dos países considerados de "Terceiro Mundo" em relação aos Estados Unidos, de modo que somente se render à estas imposições seria possível sobreviver às constantes crises econômicas que os países estavam vivendo a partir da década de 80.

Considerando a evolução dos conceitos de responsabilidade social, sustentabilidade e práticas ESG, a partir de 2004 percebe-se uma maior adesão das empresas que recebem capital de investidores ao modelo baseado nos conceitos de desenvolvimento sustentável, justamente por regulações que foram acontecendo ao longo do tempo na concessão de empréstimos para que o capital começasse a ser alocado em empresas que demonstrassem maior grau de profissionalização de sua

gestão e consciência sobre seu papel global, pois tudo está conectado através da grande rede de comunicação inserida de modo muito competitiva entre os atores do mercado e que está atenta a tudo e a todos: um grande evento negativo de uma empresa coloca toda uma cadeia de investimentos em risco em poucos segundos, podendo levar até a falência inúmeros investidores envolvidos.

Diante deste cenário, esta pesquisa trouxe com mais evidência um panorama do setor sucroenergético, trazendo o resumo dos relatórios de sustentabilidade publicados por algumas destas empresas. Como amostra do estudo, foram utilizados alguns critérios para a seleção, sendo: usinas o setor sucroalcooleiro, com mais de 1.000 funcionários, que possuem atividade produtiva dentro do Estado de São Paulo e publicam relatórios de sustentabilidade. A partir desses critérios, identificou-se sete empresas que apareceram com maior relevância nas fontes de pesquisa de plataformas online.

Claramente, em seus relatórios, todas as empresas buscarão sempre evidenciar seus melhores pontos e garantir uma boa imagem pública a partir de suas práticas. Diante disto, esta pesquisa parte do princípio que nenhuma destas práticas devem ser invalidadas ou receberem críticas, ou ainda apontar se são plenamente efetivas apenas a partir da ótica da teoria. A compreensão é que as práticas elencadas nos relatórios de sustentabilidade estão inseridas dentro do contexto capitalista e que uma transformação efetiva da sociedade brasileira só pode realmente acontecer se as 21 milhões de empresas cadastradas existentes no Brasil contribuírem para uma transformação social, o que reconhecemos ser uma realidade ainda muito distante. Recentes pesquisas mostram que o Brasil está 80% atrasado em relação às metas dos ODS, apresentando graves retrocessos em todos os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável.

Das empresas analisadas através dos relatórios de sustentabilidade publicados, há grande ênfase em transições para energias limpas (renováveis) e novas tecnologias, tornando a economia menos dependente do petróleo, que é um recurso natural não-renovável.

As empresas também demonstram preocupação no quesito segurança e saúde ocupacional, apontando o seguimento das normas regulamentadoras no quesito exames periódicos, por exemplo, apontando ações orientativas quando identificadas alterações nos exames realizados. Dentro do quesito segurança,

infelizmente algumas empresas da amostra apontaram a ocorrência de fatalidades dentro do ambiente de trabalho e acidentes graves, mostrando que há ainda avanços urgentemente necessários neste item que depende do fator humano.

Outra ação que demostra cuidado com pessoas foi o programa terceirizado que é disponibilizado para funcionários que consistem em orientação psicológica, jurídica e financeira gratuita e sigilosa através de um 0800.

As empresas da amostra também trouxeram, de modo geral, ações no quesito ambiental. Programas de reflorestamento, preservação do solo, biodiversidade, fauna e flora foram abordados. Além disso, o conceito de economia circular foi bastante utilizado pelas empresas da amostra, mostrando que a redução de insumos, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia estão sendo cada vez mais incorporadas nas estratégias empresariais. A vinhaça, por exemplo, é um resíduo gerado durante a produção de etanol da própria usina. Esse resíduo é utilizado amplamente como fertilizante agrícola. A atenção quanto a este resíduo é o fato de ser poluente e exigir rígidos controles em sua utilização, tendo em vista que caso atinja os rios e o lençol freático, pode constituir uma séria fonte de poluição incalculável para os seres humanos, fauna e flora. Já a geração de energia é realizada por meio do bagaço da cana de açúcar, sendo resultado do próprio processo de moagem da cana-de-açúcar e, antigamente, esse resíduo era descartado. Atualmente, além de abastecer o maquinário industrial das usinas da amostra, seu excedente é comercializado, sendo considerada uma energia limpa e renovável.

No quesito meio-ambiente, ainda é apontada a não utilização da queima da palha da cana de açúcar e também a realização de coletiva seletiva no interior da empresa.

Outro importante fator, é a adesão de todas as usinas ao programa de baixo carbono, que é um controle realizado referente a emissão de Co2 na terra. Este controle é feito por exemplo nas caldeiras, caminhões, etc, onde por exemplo, empresas tem utilizado o biometano para o abastecimento da frota. Vale lembrar que esta ação gera créditos verdes, que é um modelo financiamento voltado para empresas que comprovam práticas sustentáveis.

O tratamento de água e efluentes também é citado entre as empresas da amostra. A importância do tratamento de efluentes industriais está diretamente

atrelada a escassez de água potável. Por este motivo, as empresas têm investido em medidas como captação, reaproveitamento de água da chuva, tratamento de efluentes e reúso. A indústria é responsável pelo consumo de 22% da água, enquanto a agricultura utiliza 70% e o uso doméstico fica com 8%. Um levantamento feito pela Organização das Nações Unidas (ONU) prevê que em 2030 o planeta vai precisar de 40% a mais de água. Para a indústria, que em muitos casos não necessita de água potável, alternativas é por meio do tratamento dos efluentes industriais. A água descartada pela indústria não tem os parâmetros necessários para o consumo humano, mas pode ser reutilizada para outros fins. Por exemplo, a indústria aplica em lavagem de reatores e tanques móveis, torres de resfriamento, caldeiras, lavagem de maquinário e de pátios, entre outros. O efluente tratado é destinado adequadamente e a poluição nos cursos d'água diminui, o que melhora as condições das águas das cidades. O tratamento também gera economia para a empresa, com menor captação de água potável.

As empresas também têm se utilizado de parceria com seus fornecedores de cana. Esta parceria acontece devido às empresas não serem detentoras de 100% das áreas plantadas de cana de açúcar, onde se faz necessária a parceria com produtores da região onde a usina está instalada para que ao final, consigam atingir os resultados de moagem esperados. A consolidação de parcerias dos fornecedores de cana a partir de formalizar códigos de conduta está atrelada principalmente às condições em que muitos produtores estabelecem suas relações de trabalho com seus empregados. Em muitas situações, normas básicas de saúde e segurança são negligenciadas, além de muitas informalidades nas contratações. As fiscalizações governamentais de 2023 já multaram várias empresas ao encontrar funcionários de pequenos produtores em outros segmentos de atuação em situações análogas à escravidão, o que gera a responsabilidade solidária de grandes empresas. Um evento como esse, em empresas que recebem capital de investidores pode ser, no mínimo, catastrófica para os negócios, além de inadmissível contra a dignidade da vida humana.

No quesito social, muitas empresas trouxeram suas ações contra a COVID 19, principalmente com doações de álcool 70 para hospitais, asilos e instituições sociais que precisavam de apoio para conter a contaminação. Além disso, doações diversas para instituições e projetos educacionais ganham destaque. Além disso, a

tradicional Campanha do Agasalho também contribui para muitas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os programas de capacitação de lideranças vêm ao encontro de desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para seus planejamentos futuros. É interessante pensar que dentro destes programas de capacitação, percebe-se uma necessidade nítida do desenvolvimento de uma nova mentalidade quanto a temas como a inclusão, diversidade, igualdade de gênero. Muitos líderes não foram preparados para este novo cenário atual que vivemos e um clima organizacional favorável ao trabalho, nos tempos atuais, perpassam exatamente quanto a essas questões que envolvem o respeito à diversidade. Atualmente, mesmo o tema de pessoas com deficiência ainda é visto como o cumprimento de cotas, e não como a necessidade de se aprender sobre cooperação, inclusão e valorização.

Como visto, os desafios são enormes em relação a implantação de práticas ESG, mas principalmente no que tange uma nova mentalidade para uma adesão verdadeira aos conceitos de desenvolvimento sustentável. As empresas, de modo geral, para além do setor sucroenergético, tem grande força dentro desta problemática global e precisam, urgentemente, se ligar aos vários atores sociais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De modo geral, desejar a paz, a segurança e harmonia, são valores que perpetuam a maioria dos seres humanos e negligenciar os aspectos que envolvem o âmbito social e ambiental e, colocando como supremacia, o econômico, gera os efeitos opostos a estes valores esperados para a harmonia social. Que verdadeiramente um modelo de sustentabilidade possa ser disseminado em prol, principalmente, da perenidade da vida humana na Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dirce *et al.* **Brazilian sugar cane production and rural worker´s health**. Rev Bras Med Trab.2011;9 (2) DOI:49-61, 2011.

AGENCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE. **ONLINE**, 2023. **Cana-de-açúcar.** Disponível em: https://www.investe.sP.gov.br/setores-de-negocios/agronegocios/cana-de-acucar. Acesso em 18/10/2023.

AIRES, Regina Wundrack do Amaral; KEMPNER-MOREIRA, Fernanda; FREIRE, Patrícia de Sá. **Indústria 4.0: competências requeridas aos profissionais da Quarta Revolução Industrial**. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO E** INOVAÇÃO (CIKI), 7, 2017, Foz do Iguaçu. Anais. Foz do Iguaçu: EGC, UFSC, 2017.

BACELLAR JUNIOR, José Edson; KNORICH, Paulo**. Manual Indicadores Ethos de Responsabilidade Social**. Instituto Ethos de Responsabilidade Social. São Paulo: Ethos, 2000.

BNDES, **ONLINE**. **Panoramas Setoriais 2030 – Sucroenegergético.** Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14245.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2.

BP BUNGE BIONERGIA. **Relatório de Sustentabilidade da BP Bunge Bioenergia, safra 2021/2022.** Disponível em: https://bpbunge.com.br/relatorio-de-sustentabilidade/

CAMPOS, Vicente Falconi; **O verdadeiro poder** - Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2009.

CAVALCANTI, Vera Lucia *et al.* **Liderança e motivação**. Reimpressão - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

COMPANHIA ENERGÉTICA NARDINI. **Relatório Anual de Sustentabilidade da Nardini, safra 2021/2022.** Disponível em: https://www.nardini.ind.br/relatorios/nardini-relatorio-anual-de-sustentabilidade-21-22.pdf

CORTELLA, Mario Sergio. **Por que fazemos o que fazemos?:** Aflições vitais sobre trabalho, carreira e realização. São Paulo: Planeta, 2016.

DALY, Herman. FARLEY, Joshua**. Economia Ecológica**. São Paulo: Annablume, 2016.

DRUCKER, Peter. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

_____. **Fator humano e desempenho: o melhor de Peter Drucker sobre a administração**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1981.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política.** Tradução de texto em língua francesa, com revisão de U. F. Pinto, S. R. Costa e M. F. Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

EMBRAPA, **ONLINE, 2015.** Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/cana/pos-producao/processamento-da-cana-de-acucar/tratamento-do-caldo/fermentacao/destilacao 2015). Acesso em 09/10/2022.

ESPING-ANDERSEN. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. Lua Nova, Nº 35. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n35/a04n35.pdf.

ESTER AGROINDUSTRIAL**. Relatório de Sustentabilidade da Ester AgroIndustrial safra 2020/2021.** Disponível em: https://www.esteragroindustrial.com.br/institucional/Relatorio_Ester_21102022.pdf
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O minidicionário da Língua Portuguesa.** 4ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, P. 348.

FERREL, O.C.; FRAEDRICH, John.; FERREL, Linda. **Ética empresarial : dilemas, tomadas de decisões e casos.** 4ªed. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado.** Rio de Janeiro, Insight. 1995.

FIORI, José Luis. **Condenados da terra.** Folha de São Paulo. Abril, 1996.

FIORI, José Luis. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, Vozes. 1997.

FOSTER, John Bellamy. **Ecology against capitalism.** New York: Monthly Review Press, 2002.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **ONLINE**, 2023. Disponível em: https://fpagropecuaria.org.br/2023/02/24/panorama-setor-sucroenergetico/#:~:text=Atualmente%2C%20no%20Brasil%2C%20existem%20367,em%20a%C3%A7%C3%BAcar%20em%20escala%20global.Acesso em 18/10/2023

GIL, Antônio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2002.

GRAJEW, Oded. **Por um mundo mais seguro.** Revista Exame. Guia de boa cidadania coorporativa 2001. Parte integrante da edição 754.

GUITARRARA, Paloma. **Protocolo de Kyoto.** Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/protocolo-kyoto.htm. Acesso em 20/12/2022.

GURSKI, Bruno. GONZAGA, Roberto. TENDOLINI, Patrícia. **Conferência de Estocolmo: Um marco na questão ambiental. ONLINE**. Acesso em 20/12/2022.

HACON, Vanessa de Souza. LOUREIRO Carlos Frederico Bernardo. **Estruturas de poder e a questão ambiental: a reprodução da desigualdade de classe.** 2014, **ONLINE**.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1998.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão.** São Paulo, Globo, 1977.

_____. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 5 ed. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Teorias da Globalização.** 9ªed. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.

_____. **Teorias da Globalização.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **As ciências sociais na época da globalização.** São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 37, jun. 1998, P. 33-41.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Práticas empresariais de responsabilidade social: relações entre os princípios do Global Compact e os indicadores Ethos de responsabilidade social.** São Paulo: Instituto Ethos, 2003. Disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-ons/responsabilidade-social/o-que-e> Acesso em 15/12/2020

JONES JUNIOR, Joel; LACERDA, Paulo Sérgio Bergo de; SILVA, Flávia Martins da. **Desenvolvimento sustentável e química verde**. Quim Nova, v.28, nº1, 103, 110, 2005

JORNAL DA CANA, **ONLINE**, 2021. **ESG estende suas raízes ao setor sucroenergético.** Disponível em: https://jornalcana.com.br/esg-estende-suas-raizes-ao-setor-sucroenergetico/. Acesso em 14/10/2023.

_____. **ONLINE**, 2022. **O que fazer para inserir os princípios do conceito ESG no dia a dia da empresa?** Disponível em: https://jornalcana.com.br/o-que-fazer-para-inserir-os-principios-do-conceito-esg-no-dia-a-dia-da-empresa/ Acesso em 14/10/2023.

_____. **ONLINE**, 2023. **Cosan unifica políticas ESG nas empresas do grupo.** Disponível em: https://jornalcana.com.br/cosan-unifica-politicas-esg-nas-empresas-do-grupo/. Acesso em 14/10/2023.

KEYNES, John Maynard. **O fim do "Laissez-Faire" (1926)** In: Essays in Persuasion. Disponível em http://disciplinas.stoa.usP.br/pluginfile.php/16852/mod_resource/content/1/O%20fim%20do%20Laissez-faire.pdf>

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing,** 14ª ed., São Paulo: Pearson Education Brasil, 2012.

LE PRESTE, Philippe. **Ecopolítica Internacional.** São Paulo: Senac-SP, 2000.

LE PRESTE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. 2 ed. São Paulo. Senac-SP, 2005

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder** / Enrique Leff: tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth.
11. Ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

MARQUES, Rosa Maria. **Notas sobre o avanço do neoliberalismo no campo da proteção social.** In: III Encontro de Economia Política, 1998, Niterói. Anais do III En contro de Economia Política, v. 2, P. 11431151, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org). – **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999. – (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

MARTINS, José Pedro Soares. **Responsabilidade Social Corporativa: como a postura responsável compartilhada pode gerar valor** / José Pedro Soares Martins.—Campinas, SP: Komedi, 2008.—(Coleção Sustentabilidade Corporativa).

MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. (Orgs). **Cultura Organizacional e cultura brasileira.** São Paulo: Atlas, 1997.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional: a teoria e prática de inovar.** Rio de Janeiro: QualityMark, 1999.

MOTA, Ana Elizabete. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. São Paulo: Cortez, 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, pagina 413-429, jul/set. 2012 – Cortez, 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1994.

_____. **A conjuntura brasileira:** O Serviço Social posto a prova. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2004, n. 79.

OLIVEIRA, Julio Moraes, 2016. **A importância do Discurso do Presidente John Kennedy para o Direito do Consumidor.** Disponível em: https://jus.com.br/artigos/47308/a-importancia-do-discurso-do-presidente-john-kennedy-para-o-direito-do-consumidor. Acesso em 20/12/2022.

PACHECO, Luzia. **Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas** / Luzia Pacheco, Anna Cherubina Scofano, Mara Berckert, Valéria de Souza. 2.ed. – Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2009.

PROGRAMA EDUCAÇÃO TUTORAL. **Vendas do setor sucroenergético representam 1,5% do PIB.** Disponível em: https://pet.agro.ufg.br/n/6839-vendas-do-setor-sucroenergetico-representam-1-5-do-pib. Acesso em 18/10/2023
RAÍZEN. **Relatório Anual de Sustentabilidade da Raízen, safra 2020/2021.** Disponível em: https://www.raizen.com.br/relatorioanual/2021/pt/

SACHS, I. (2007) **A la recherche de nouvelles stratégies de développement**. 2a ed. Enjeux du Sommet Social. Paris : UNESCO.

SACHS, Ignacy (2007) **“The biofuels controversy”.** Genebra: UNCTAD, novembro 2007.

SACHS, Ignacy**. Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____ . **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____ . **Estratégias de transição para o século XXI.** In: MENDES, Armando Dias; BURSZTYN, Marcel. Para pensar o desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 29-56.

_____ . **Rumo à ecossocioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

SÃO MARTINHO S.A.. **Relatório Anual de Sustentabilidade da São Martinho S.A., safra 2021/2022**. Disponível em: https://www.saomartinho.com.br/ListRelatorio.aspx?idCanal=E/5CI5hbGiTfjZ7mhu2y5w==

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As Pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso**. Desenvolvimento sustentável.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

URDAN, Flávio Torres. **Gestão do Composto de Marketing** / Flávio Torres Urdan, André Torres Urdan. 2.ed. São Paulo: Atlas,2013.

TEREOS AÇÚCAR & ENERGIA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade da Tereos Açúcar & Energia Brasil, safra 2021/2022.** Disponível em: https://tereos.com/app/uploads/sites/7/2022/12/relatorio-de-sustentabilidade-21-22-tseb.pdf

TOLDO, M. **Responsabilidade social empresarial,** In: GARCIA, B.G. (Colab.). Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Editora Peirópolis, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva, 1928 – **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**/Augusto Nibaldo Silva Triviños. – São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. 1999. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB. 2 v.

ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS. **Relatório Anual de Sustentabilidade da Zilor Energia e Alimentos, safra 2022/2023.** Disponível em: https://www.zilor.com.br/relatorio-de-sustentabilidade-2020-2021-2022/

ZHOURI, Andrea.; LASCHEFSKI, Klemens.; PEREIRA, Doralice Barros. **Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 11-24. (Coleção Sociedade e Meio Ambiente).